

ISABEL CAMPOS DE ARRUDA

**O COTIDIANO DE UM ABRIGO  
PARA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES: UMA  
SIMPLICIDADE COMPLEXA**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

PUC/SP  
SÃO PAULO  
2006

ISABEL CAMPOS DE ARRUDA

**O COTIDIANO DE UM ABRIGO  
PARA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES: UMA  
SIMPLICIDADE COMPLEXA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Myriam Vêras Baptista

PUC/SP  
SÃO PAULO  
2006

Banca Examinadora

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Terminar uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil. Exige do pesquisador muita dedicação. Horas de estudo, noites mal dormidas, paciência e muitos feriados e finais de semana “perdidos”. Mas no final tudo valeu a pena, e valeu porque encontramos nessa caminhada pessoas extremamente importantes e que nos ajudaram e nos encorajaram a enfrentar os momentos difíceis.

À minha queridíssima orientadora, Professora Doutora Myriam Vêras Baptista, um exemplo de mulher, de professora, de dedicação, de inteligência, de paciência e de sabedoria. Sou grata pelo seu incentivo e pelo seu afeto.

A Capes pela bolsa concedida para a concretização dessa pesquisa.

A Deus por quem eu sou, pela minha vida, pela minha saúde, pelas minhas idéias, pela minha trajetória. Agradeço a minha família e principalmente a minha mãe. Mulher batalhadora que sempre amei e que tenho certeza que também sempre me amou com os seus conselhos, com as suas broncas, com o seu companheirismo e com a sua presença.

A todas as crianças e aos adolescentes do Abrigo Casa Coração de Maria. Com eles ultrapassei vários desafios e fui muito feliz. A todos os funcionários do Abrigo, que agüentaram os meus momentos de irritação, de falta de paciência, de cansaço. A todas as mães e pais que vivenciaram o cotidiano do Abrigo e que também são muito importantes na minha vida.

À Irmã Judith Elisa Lupo, presidente da Entidade Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, pela confiança no meu trabalho, pela autorização para a realização desta pesquisa e, principalmente, pelo seu afeto.

Aos funcionários da sede administrativa do Centro Social, Marilda, Darci, Sr. Moacir e Ana Maria.

Aos meus amigos da PUC: Ana Paula, Tânia, Renata, Profa. Mara, Prof. Axel, Catarina, Marcos, Cristina e Elba. Sou grata também aos amigos de caminhada e militância: Theodora, Ana Sílvia, Roseli, Lia, Nelson, Danila, Cecília, Sueli, Cirlene, Alessandra, Flávia, Adriana, Tati, Silmar, Ana Cotic, Maria Lúcia Gulassa, Silmara, Monete, Fábio, Neide, Isa e Nancy.

À Dra. Maria de Fátima, pela sua contribuição como médica homeopata, que acompanhou por um bom tempo as ações desenvolvidas no Abrigo, orientando-nos com firmeza e competência.

Às queridas pessoas que compõem a banca examinadora: Prof. Dra. Maria Lúcia Martinelli e Dra. Isa Guará, pelas excelentes contribuições no exame de qualificação e na convivência.

Aos meus anjinhos Ana Carolina,  
Gabriel e Raquel  
Com muito amor

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos que envolvem o cotidiano da Casa Coração de Maria, abrigo para crianças e adolescentes, em situação de risco social e pessoal.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA preconizar, que o acolhimento em instituição é uma medida provisória e excepcional, a ausência de políticas públicas eficazes, de programas oficiais de auxílio às famílias entre outros fatores, leva as crianças e os adolescentes a permanecerem muito tempo abrigados. Além disso, várias instituições ainda organizam suas rotinas com características repressivas, punitivas e disciplinantes. Verificamos também que a cultura da institucionalização ainda se faz presente, em detrimento ao direito à convivência familiar e comunitária.

Este estudo procura destacar, que a responsabilidade pelo processo de reintegração familiar não é só do abrigo, mas também da rede de proteção integral à criança e ao adolescente. Todos os envolvidos – Varas da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, Organizações Sociais, Poder Público, Comunidade – precisam assumir efetivamente suas responsabilidades. Esta dissertação também procura, a partir das reflexões obtidas, fornecer subsídios para a melhoria da qualidade dos espaços institucionais.

O cotidiano do abrigo é permeado de histórias, acontecimentos, sentimentos, comportamentos que “mexem” demais com os educadores e que os leva, em muitos casos, a lidar com fatos de suas próprias histórias de vida, proporcionando ou não situações agradáveis. Frente à impossibilidade em atender a todas as demandas “emocionais” do dia a dia institucional por todos as pessoas que ali convivem (crianças, adolescentes, educadores e famílias), cria-se uma sensação de insatisfação de todos os lados, o que pode levar a comportamentos hostis e ao aumento no número de conflitos. Diante disso, é necessário um processo de capacitação e formação nos abrigos que contemple os aspectos mais gerais ligados à cotidianidade em uma perspectiva que garanta direitos, mas que também acolha o educador, para que ele possa conhecer a si próprio e reconhecer os seus limites, para lidar melhor com a complexidade do dia-a-dia institucional.

## SUMMARY

This work has a purpose to analyze some of the aspects that involve the quotidian in Casa Coração de Maria, a shelter for children and teenagers in situation of personal and social risk.

In spite of Children and Adolescents Statute – ECA – recommends that the reception in the institutions is a provisory and exceptional admeasurement, the absence of efficiente public politics, of official assistance programs to the families among other factors takes children and adolescents abide for a long time in a shelter.

Besides so many institutions still organize their routine with repressing, punishing and disciplinarian characteristics. We have also checked that the culture of te institucionalization still is present in detriment of the right to the communal and familiar company.

This study searches to detach that the responsibility for the familiar process of restoration is not only of the shelter but also of the integral protection net to the child and adolescent. All the involved people – Childhood and Youth County, Tutor Council, Social Organizations, Public Powe, Community – need to shoulder effectively their responsibilities. This discourse also demands from the reflections got to supply subsidies to improve the quality of the institutional spaces.

The shelter quotidian is permeated by stories, events, feelings, attitudes that touches too much the educators and that takes them, in so many cases, to handle with facts of their own life experiences, proportioning or not agreeable situations. In face of the impossibility of answering all the daily emotional demands of all the people that live with (children, adolescents, educators and families), in both sides is created a feeling of dissatisfaction, causing hostile behaviour and increasing the number of conflicts.

Before this is necessary a process of capacitation and formation in the shelters meditating general aspects attached to the daily routine in a perspective that assures rugths, but also shelters the educator, so that he will be able to know himself and recognizes his limits to deal in a better way with the complexity of the institutional daily life.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>PARTE 1 – DESTRINCHANDO A HISTÓRIA: A HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL</b> .....	19
<b>PARTE 2 – DESVENDANDO O ABRIGO CASA CORAÇÃO DE MARIA</b> .....	44
2.1. O abrigo e os seus marcos legais .....	44
2.2. O nascimento do Abrigo Casa Coração de Maria .....	52
2.3. Localização e espaço físico .....	53
2.4. Funcionários .....	57
2.5. Origem das crianças e dos adolescentes .....	59
2.6. Perfil das crianças e dos adolescentes .....	63
2.7. Motivos para o abrigamento .....	64
2.8. A rede de proteção integral .....	70
<b>PARTE 3 – TECENDO A METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	78
3.1. O universo pesquisado e a operacionalização da pesquisa .....	78
3.2. Análise dos dados .....	89
<b>PARTE 4 – ANALISANDO O COTIDIANO DO ABRIGO CASA CORAÇÃO DE MARIA</b> .....	90
4.1. A categoria cotidiano a partir das reflexões de Agnes Heller .....	90
4.2. A formação dos funcionários e a organização da rotina e do espaço físico do Abrigo no processo de individualização do sujeito .....	94
4.2.1. A formação e a capacitação dos funcionários .....	94
4.2.2. As atitudes de convivência no Abrigo .....	98
4.2.3. O espaço físico .....	100
4.3. As relações entre os sujeitos no Abrigo .....	108
4.3.1. A chegada no Abrigo .....	108
4.3.2. A relação entre os educadores e as crianças e os adolescentes .....	115
4.3.3. A questão da sexualidade .....	127
4.3.4. A relação entre os abrigados .....	135
4.4. A relação com a comunidade .....	138
4.5. Concepções de família e a preservação dos vínculos familiares no Abrigo ....	143
4.6. A vida após o Abrigo Casa Coração de Maria .....	163
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	166
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	178
<b>ANEXOS</b> .....	182

## INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, fruto de um movimento que reuniu vários segmentos organizados da sociedade, veio para romper com as amarras históricas que aprisionavam as crianças, os adolescentes e as suas famílias às práticas paternalistas e punitivas, colocando a proteção integral como direito a ser assegurado.

O abrigo, uma das medidas de proteção estabelecidas pelo ECA, garante às crianças e aos adolescentes que não podem conviver com seus familiares por diversos motivos, um lar que tem como característica principal ser provisório e excepcional.

Entretanto, essa lei tão democraticamente construída não tem sido efetivada em nosso país. A medida de proteção - abrigo - tão bem definida quanto aos seus princípios, não está sendo concretizada com qualidade e nem sob a perspectiva da garantia de direitos.

Em São Paulo, ou em outros estados do país, o serviço de abrigo nunca despertou o interesse merecido no que se refere a uma discussão mais elaborada de sua função enquanto medida de proteção e de sua utilização na sociedade em que vivemos.

Como a opção do Brasil sempre foi pela institucionalização de crianças e adolescentes para ‘minimizar’ os problemas da desigualdade social, não houve preocupações em serem discutidas as determinações socioeconômicas, políticas e culturais que levam as crianças e adolescentes a viverem longe de suas famílias.

Mesmo a Prefeitura do Município de São Paulo, assumindo esse serviço no final de 1996, propondo uma estrutura física e funcional diferente dos antigos orfanatos, pouco discutiu sobre essa medida. A discussão pairava sobre os altos valores que esse serviço demandava.

As organizações sociais, que hoje dirigem praticamente todos os abrigos para crianças e adolescentes da cidade de São Paulo, com ou sem parceria financeira e técnica com os órgãos governamentais, demonstram muita resistência a uma discussão mais crítica sobre suas práticas.

Chauí (1998, p.03) aponta que “[...] as ONGs deixam de ser vistas e pensadas como partes de movimentos sociais mais amplos ligados à cidadania, para serem reduzidas à condição assistencial que a imagem das vítimas impõe à consciência culpada dos privilegiados”.

Parece-me uma tendência atual das organizações sociais trabalharem sozinhas, isoladas, sem compartilharem suas experiências e lutando apenas por interesses particulares.

A idéia de realizar esta pesquisa surgiu das minhas inquietações<sup>1</sup> no meu trabalho na Casa Coração de Maria, abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e da minha militância no Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo.

---

<sup>1</sup>As minhas inquietações derivavam principalmente do olhar fatalista e preconceituoso que muitas pessoas que trabalhavam comigo, tinham em relação às famílias.

Quando assumi a coordenação do Abrigo Casa Coração de Maria, logo percebi que não seria uma tarefa fácil. A organização social que executava o serviço o deixou em péssimas condições. Entretanto, eu tinha muita vontade de atuar na construção de novas possibilidades de convivência dentro do Abrigo e na melhoria da qualidade do trabalho.

Comecei o meu trabalho solicitando a realização de reparos na estrutura do imóvel e na organização do espaço físico para que nós já pudéssemos perceber mudanças.

Paralelamente a essas ações no serviço, comecei a buscar referências tanto em profissionais que já atuavam em abrigos, como em materiais teóricos, para que pudesse dar um melhor direcionamento às minhas ações.

Quando comecei a visitar alguns abrigos, percebi que cada um realizava seu trabalho de um jeito. Era o “jeito da entidade de fazer”. Uns conheciam o ECA, outros não. Cada um havia encontrado respostas para seu serviço de uma forma isolada e solitária como várias pessoas me relataram.

As concepções de abrigo eram as mais diversas; algumas entidades, mesmo que assinando o convênio para o atendimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, atendiam apenas crianças pequenas. As casas, algumas muito bonitas, outras sujas e feias, não favoreciam um ambiente de lar. A maior dúvida era: como atender com qualidade no abrigo? E qual abrigo poderia ser usado como referência?

Apesar dessas características, encontrei ótimos profissionais e bons serviços. Esses profissionais, assim como eu, tinham várias inquietações quanto às ações que realizavam e principalmente quanto à posição de subalternidade que nós, trabalhadores de abrigos, éramos colocados e nos colocávamos dentro da rede de

proteção integral. Foi a partir desses contatos que nasceu a idéia da criação do Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo<sup>2</sup>.

Em vários encontros que participávamos, era sempre enfatizado que, por causa da precariedade do trabalho desenvolvido nos abrigos, as crianças e os adolescentes não retornavam para as suas casas. A responsabilidade pelo processo de reintegração familiar parecia só nossa. Não interessava se o Poder Público não investia técnica e financeiramente nos abrigos e não assumia efetivamente as suas funções quanto à criação de programas oficiais de auxílio às famílias e de políticas públicas eficazes. Não interessava destacar que o abrigo faz parte de uma rede e, se ela não funciona, ele também não tem condições de atuar sozinho com qualidade. Não interessava se não conseguíamos constatar em muitas ordens de abrigamento os reais motivos que levavam à aplicação da medida de proteção, ou seja, que era realizado um processo de institucionalização desnecessário de muitas crianças e adolescentes. A única coisa que importava era ressaltar a incompetência dos abrigos.

Quanto aos referenciais teóricos, poucos materiais discutem o cotidiano do abrigo com profundidade. Geralmente esses trabalhos enfatizam as ações que devem ser realizadas no abrigo, mas que não levam em consideração a complexidade que envolve o seu dia-a-dia. Em outros estudos são discutidos os prejuízos ocasionados às crianças e aos adolescentes institucionalizados e alternativas para evitar o abrigamento, que, evidentemente, são importantes e necessários, mas não podemos esquecer que no Brasil existem muitos abrigos, que eles são necessários e que não sabemos mensurar até quando irão existir (principalmente em relação à quantidade), frente às questões conjunturais e culturais de nosso país.

---

<sup>2</sup> O primeiro encontro do Fórum aconteceu em 04 de junho de 2003, no Centro Pastoral São José do Belém, no bairro do Belém. Apesar de termos enviado mais de 60 cartas convites, apenas 06 pessoas compareceram. No decorrer do processo o Fórum cresceu tanto que no final de 2005 realizamos dois encontros de capacitação para os educadores de abrigos, nos quais contamos com a presença de 300 pessoas.

Não devemos fechar os olhos e somente criticar os abrigos. Precisamos propor e discutir ações para que os espaços institucionais possam ser possibilitadores de pertencimento, de construção de identidade e de autonomia, de respeito à individualidade e de garantia de direitos, principalmente no que concerne às suas principais características: a excepcionalidade e a provisoriedade. E isso só será possível se forem garantidas condições para tal e se todos os envolvidos na efetivação dessa medida assumirem as suas responsabilidades.

Este estudo não tem como intuito refletir sobre todas as questões que permeiam o cotidiano do abrigo, mesmo porque são necessárias outras pesquisas para tentarmos nos aproximar de sua complexidade - complexidade que envolve todos os seus sujeitos -, mas o meu desejo é que a partir das reflexões aqui obtidas sejam fornecidos e criados subsídios para que o espaço institucional possa ser um local de mais qualidade.

Portanto, este trabalho procurou analisar alguns aspectos do cotidiano do Abrigo Casa Coração de Maria administrado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS pela Organização Social Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto.

Apreendi no decorrer desta pesquisa alguns fatos que demonstram a complexidade que envolve o dia-a-dia do abrigo pesquisado. Apesar de, no imaginário das pessoas, as tarefas de cuidar e educar serem vistas como ações simples e que: “amando as crianças e os adolescentes, tudo dará certo na instituição”, este estudo procurou demonstrar como essas tarefas são intensamente difíceis.

O cotidiano do abrigo é permeado por histórias, acontecimentos, sentimentos, desejos, solicitações que fazem com que todos os sujeitos que ali convivem lidem com sensações que podem ser agradáveis ou não e com fatos de suas próprias histórias de vida.

Apesar das funções delimitadas dos funcionários, das atitudes de convivência estabelecidas na Casa, do conhecimento que tínhamos desta sobre vários aspectos, da formação oferecida - que constatamos que não foi suficiente - todos os sujeitos que participaram desta pesquisa demonstraram que o cotidiano institucional exige muito mais. Acredito que esse “muito mais” está no âmbito também do que chamei nesta pesquisa de “competências emocionais”. Enfatizo isso, porque as relações no abrigo não são unicamente formais e lineares, principalmente se considerarmos a particularidade de cada ser.

A categoria central de análise desta pesquisa foi o cotidiano, sobre o qual utilizei as considerações de Agnes Heller sobre o tema. Em sua reflexão, Heller (2004, p.17) enfatiza que

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologias.

Portanto, podemos considerar que a vida cotidiana do abrigo se constitui e se amarra partindo da individualidade de cada ser. As crianças, os adolescentes, os funcionários e as famílias se relacionam partindo de suas características particulares que, conforme Heller, envolvem sentimentos, paixões, idéias e ideologias.

Por isso, se desejamos que o abrigo seja um espaço de respeito à individualidade de cada indivíduo, é necessária uma formação/capacitação que também respeite a individualidade do funcionário e que, em face da complexidade institucional, o educador seja extremamente acolhido. A formação não deve ser apenas um “repasso” de conhecimentos, mas uma ação que discuta valores, crenças, ideologias e, conforme Gulassa (2005, p.02), um espaço em que os educadores possam ter conhecimento sobre “suas funções, sobre suas práticas e sobre si mesmos”.

Diante do exposto, é essencial a presença de profissionais que não atuem diretamente no abrigo para apontar os aspectos que, pelo nosso envolvimento com a rotina, não conseguimos enxergar.

Na Parte 01 desta dissertação, procurei destrinchar a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Todos os momentos históricos que exigiram ações do Estado e da sociedade no âmbito do atendimento principalmente às crianças, aos adolescentes e às famílias pobres, a resposta foi praticamente única: a institucionalização. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, mudanças importantes começaram a ocorrer. A criança e o adolescente passam a ser considerados como sujeitos de direito e o direito à convivência familiar e comunitária é assegurado. Apesar do marco legal, podemos destacar que ainda muitas mudanças precisam surgir. É necessária a efetivação de políticas públicas para que a garantia dos direitos estabelecidos possa ser efetivada. É indispensável também a mudança do paradigma pelo qual se olha a criança, o adolescente e a sua família. A cultura da institucionalização ainda se faz presente em detrimento do direito à convivência familiar e comunitária.

Na Parte 02, procurei desvendar o abrigo pesquisado, realizando uma reflexão e descrição dos seus marcos legais; do seu nascimento; da sua localização e espaço físico; dos seus funcionários; da origem dos encaminhamentos das crianças e dos adolescentes; do perfil das crianças e dos adolescentes; dos motivos para o abrigamento; e sobre a rede de proteção integral. A Parte 2 tem como objetivo fazer com que o leitor conheça as características do abrigo pesquisado, antes de entrar em seu cotidiano. Procurei fazer um contraponto com alguns itens, principalmente, com as pesquisas realizadas sobre abrigos em São Paulo<sup>3</sup> e em nível nacional<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo*. São Paulo: SAS, 2004.

<sup>4</sup> SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

Na Parte 03, descrevi a operacionalização da pesquisa, as técnicas utilizadas, os sujeitos participantes e a análise de dados. Procurei entrevistar os principais sujeitos que compõem o universo do Abrigo: um pai e uma mãe, 04 adolescentes e 04 educadores. Com os pais utilizei a técnica de entrevista e com os abrigados e com os funcionários utilizei a estratégia de grupo focal. Todas as pessoas que participaram das técnicas tinham muita vontade de falar sobre o abrigo pesquisado, como se posicionavam e como se viam nele. Constatei que a complexidade que envolve o cotidiano desse abrigo faz emergir nas pessoas a necessidade de colocar para fora suas angústias, seus medos, seus desafios, suas perguntas sem respostas. Os grupos focais foram bastante intensos e os sujeitos, com o gravador nas mãos, falavam como se estivessem desabafando, demonstrando que aquele ato era importante para a pesquisa, mas também para eles.

Na Parte 04 desta dissertação, procurei analisar alguns pontos do cotidiano do Abrigo. Iniciei com as contribuições da autora Agnes Heller sobre o cotidiano. Descrevi algumas características da Casa para situar melhor o leitor no entendimento das relações que são intrínsecas ao cotidiano desse abrigo e destaquei os seguintes aspectos: as dificuldades enfrentadas pelas adolescentes na chegada ao abrigo pesquisado em decorrência da ruptura que realizaram com as suas famílias. Para os educadores a chegada também não foi fácil; a relação entre os educadores e as crianças e os adolescentes é marcada por inúmeros sentimentos, desejos, solicitações, características que demonstram a complexidade desse cotidiano institucional: a questão da sexualidade; a relação entre os abrigados como forma de superação das carências e afronta aos educadores; a relação com a comunidade como fonte de prazer, de aumento da auto-estima e de possibilidade de construção de vínculos afetivos e novas referências; as concepções de família e a preservação dos vínculos familiares no Abrigo; e a vida após o Abrigo Casa Coração de Maria. Para a análise, procurei estar atenta àquilo que me pareceu estar mais latente na fala de todos os sujeitos.

Nas considerações finais, enfatizo que é necessário que todos os envolvidos e responsáveis pela efetivação e acompanhamento dessa medida de proteção de crianças e adolescentes em situação de risco assumam efetivamente as suas responsabilidades para assegurar a provisoriedade e a excepcionalidade implicadas nessa medida. Também, pela complexidade que envolve o dia-a-dia institucional, há a necessidade de um maior investimento no corpo de funcionários do abrigo, se quisermos que o serviço seja um espaço de pertencimento, de construção de identidade, de autonomia e de respeito à individualidade. Mais uma vez aponto que serão necessárias outras pesquisas e outros subsídios para uma maior aproximação dos aspectos do dia-a-dia do Abrigo Casa Coração de Maria.

## **PARTE 1 – DESTRINCHANDO A HISTÓRIA: A HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL**

O Brasil possui uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições. Desde o período colonial, foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes de artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.22).

Essa tradição iniciou-se em 1549, com a Congregação Religiosa Companhia de Jesus, que investiu todo o seu trabalho apostólico em território brasileiro na conversão dos nativos. O grande otimismo no começo das atividades se transformou em um grande desafio, já que os padres foram percebendo a dificuldade na evangelização dos nativos adultos.

Diante disso, o ensino das crianças foi uma das primeiras e principais preocupações da missão da Companhia de Jesus na América portuguesa. Consolidava-se a convicção de que os meninos índios não somente se convertiam mais facilmente, como também seriam o grande meio para a conversão dos adultos. “Outras ordens como a dos Frades Menores, se ocuparam da conversão no século XVI, e também do ensino dos filhos dos portugueses” (CHAMBOULEYRON, 2004, p.56). Entretanto, os jesuítas ocuparam um papel central em todo esse processo.

Para auxiliar nesse processo de conversão, entre 1550 e 1553, foram criadas as “Casas dos Muchachos”. Estas casas eram custeadas pela Coroa portuguesa, abrigavam os “curumins” ou “meninos da terra” e se constituíam em “um posto avançado de transmissão e inculcação dos valores do invasor aos invadidos no processo de colonização portuguesa” (Janice Theodora da SILVA 1984 apud SPOSATI, 1988, p.62).

A instrução nas Casas, que também eram escolas, facilitava a evangelização e os meninos instruídos desde cedo com os padres aprendiam um ofício e finalmente ganhavam a vida ao “modo dos cristãos”.

Essas Casas foram mais tarde ocupadas também pelos órfãos e enjeitados de Portugal. Esses meninos tinham uma função primordial: auxiliar os padres no trabalho de conversão dos nativos, já que eles aprendiam com rapidez a língua indígena e se aproximavam com mais facilidade dos “curumins”.

As “Casas dos Muchachos” também iam ao encontro dos desejos dos indígenas, pois “entregando” seus filhos aos padres para os ensinamentos, criava-se uma possibilidade de estabelecer alianças entre os dois grupos.

Os castigos físicos eram freqüentes nas Casas, principalmente àqueles que fugiam delas. Entretanto, os padres não tinham o costume de aplicar pessoalmente os castigos delegando a alguém de fora da Companhia essa tarefa.

Com o passar do tempo o ensino dos meninos prosperava, abriam-se mais escolas e as crianças davam excelentes mostras de virtudes, bons costumes e aprendizado das letras. Apesar desse crescimento, os padres tinham muito temor que todos esses esforços não dessem frutos no futuro. Conforme Chambouleyron (2004, p.68),

... receava-se que crescendo, os antigos alunos esquecessem tudo o que haviam aprendido com os padres. Uma das causas principais desse medo era um dos “estranhos” costumes dos índios, que tinham por hábito mudar-se de uma parte para outra. Longe dos religiosos, os filhos levados pelos pais não só desaprenderiam o que se lhes havia sido ensinado, mas, pior, poderiam até mesmo voltar para os seus antigos costumes.

Para muitos religiosos o problema era também a chegada da puberdade, porque os meninos se corrompiam com as “diversões” que ocorriam nas aldeias. Tanto os problemas com os meninos, como a própria evangelização dos adultos

levaram os padres a optar cada vez mais por uma conversão pela sujeição e temor, com a estruturação de um rígido sistema disciplinar, de vigilância e castigos corporais.

Como o número de escolas crescia rapidamente e não havia religiosos suficientes para o trabalho de evangelização, Padre Manuel da Nóbrega, responsável pela evangelização e conversão, chegou a mandar a Portugal um menino nascido no Brasil para se tornar um “grande obreiro”, facilitando assim o trabalho. Entretanto, a experiência não se realizou conforme desejo do Padre Manuel da Nóbrega, ficando proibida a entrada de filhos de índios e mamelucos na Companhia de Jesus.

Ao longo do século XVI, além das ações para evangelização dos nativos, foram criados vários colégios no Brasil pela Companhia de Jesus. Esses colégios tinham como objetivo maior a formação dos religiosos e a instrução superior dos filhos daqueles que pertenciam às camadas mais privilegiadas.

Azzi (1992, p.11) retrata que “Os jesuítas criaram colégios nas principais vilas e cidades dos primeiros tempos da colonização: Salvador, Porto Seguro, Vitória, São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Olinda, e, no século XVII, Recife, São Luís do Maranhão e Belém do Grão-Pará”, constituindo-se assim os principais agentes educacionais no Brasil, até serem expulsos pelo Marquês de Pombal, em 1759.

É importante ressaltar que durante o tempo em que os jesuítas estiveram no país, nunca criaram uma única instituição destinada à infância desamparada. Nenhum exposto pôde ser admitido em um dos seus colégios.

Marcílio (1998, p.131 e 132) aponta que “no período colonial nem o Estado nem a Igreja assumiram diretamente a assistência aos pequenos abandonados [...] Foi a sociedade civil, organizada ou não, que se compadeceu e se preocupou com a sorte da criança desvalida e sem família”.

Na época da escravidão, em tempos de grandes desembarques dos negros oriundos da África, as crianças representavam apenas dois entre dez adultos (homens e mulheres). Não existia propriamente um mercado de crianças cativas. As transações se faziam com freqüência nas etapas finais da infância. Segundo Góes e Florentino (2004, p.177), “As crianças que as fazendas compravam não eram o principal objeto de investimento senhorial, mas sim as suas mães, que com eles se agregavam aos cafezais, plantações de cana de açúcar e demais”.

Devido às condições precárias de sobrevivência nessa época, as crianças que escapavam da morte, perdiam muito cedo seus pais, seja pela morte, seja por mudança de local de trabalho ou pela sua doação.

Entretanto, as crianças não ficavam sós. Existia uma rede de relações sociais escravas, em especial as de tipo parental. A criança teria irmãos, um ou outro tio, primos, além de, por vezes, avós que cuidavam uns dos outros. Os pais muito freqüentemente providenciavam um padrinho ou uma madrinha logo no nascimento da criança, para não correr o risco de deixá-la abandonada. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.28),

... não se descobriu até hoje a existência de qualquer instituição que tenha atendido exclusivamente a filhos de escravos ou ingênuos<sup>5</sup>. Estes estavam submetidos ao domínio dos senhores. Os proprietários eram responsáveis por alimentar, vestir, preparar para o trabalho e disciplinar os escravos e também os ingênuos, se assim o preferissem, pois a Lei do Ventre Livre (1871) permitia aos senhores manterem seus ingênuos até os 21 anos, com o compromisso de educá-los.

As primeiras instituições exclusivas para proteção à criança desvalida no Brasil datam do século XVIII. Foram elas as Rodas dos Expostos e os Recolhimentos para Meninas Pobres.

---

<sup>5</sup> Designação dada aos filhos de escravos nascidos após a Lei do Ventre Livre (1871).

A Roda dos Expostos destinava-se à proteção dos bebês abandonados. O sistema foi inventado na Europa medieval e era um meio encontrado para garantir o anonimato dos expositores e assim estimulá-los para que levassem o bebê para a roda, ao invés, de abandoná-lo no caminho, nos bosques, nas ruas, no lixo etc. A roda servia também para defender a honra das famílias cujas filhas tinham engravidado fora do casamento.

A roda tinha uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, e era fixada no muro ou na janela de uma instituição. Esses cilindros rotatórios de madeira originaram-se nos mosteiros e nos conventos medievais, onde eram utilizados como meio de receber objetos, alimentos e mensagens para os seus residentes.

No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criança, girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar o vigilante ou a rodeira, e o expositor ia embora.

No Brasil, a Roda dos Expostos foi uma das instituições de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. De acordo com Marcílio (2003, p.53), foi criada “na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950!”.

As primeiras Rodas implantadas no Brasil foram a de Salvador em 1726, juntamente com o Recolhimento de Meninas, a do Rio de Janeiro em 1738, e a de Recife em 1789. Assim, nas considerações de Zarur (1992, p.09), “De 1738, quando foi implantada, até 1821, às vésperas da Independência do país, a roda de expostos do Rio de Janeiro recebera 8.713 crianças”.

A obrigação de assistir essas rodas era da Câmara dos Municípios, que o fazia com grande relutância. Em 1828, foi criada a Lei dos Municípios, para eximir algumas Câmaras dessa “pesada e incômoda obrigação”. Essa lei ditava que, em toda cidade onde houvesse uma Santa Casa de Misericórdia, a Câmara poderia usar de seus serviços para a instalação da Roda. Só que nessa parceria, seria a Assembléia Legislativa Provincial, e não mais a Câmara, quem entraria com o subsídio para auxiliar o trabalho da Santa Casa de Misericórdia.

No entanto, antes dessa lei, uma Roda foi instalada na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em 1825. A Câmara Municipal de São Paulo relutou em contribuir com as despesas, parando de pagar sua cota em 1830. Segundo Merisse (1997, p.29), “A roda de São Paulo foi posteriormente transformada em instituição que ficou conhecida como Asilo de Expostos ou Asilo Sampaio Viana”.

A Lei dos Municípios também tinha como objetivo incentivar a iniciativa particular a assumir a tarefa de cuidar das crianças abandonadas, liberando as municipalidades desse serviço. No rastro dessa lei, desde que na cidade houvesse uma Santa Casa de Misericórdia, foram criadas no Império mais algumas Rodas como as das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), Vitória (ES), Desterro (SC) e Cuiabá (MT). De acordo com Marcílio (2003, p.66) essas Rodas “tiveram vida curta; na década de 1870 essas pequenas rodas praticamente já haviam deixado de funcionar”.

O encargo com os expostos era uma tarefa pesada, custosa e difícil para as Santas Casas de Misericórdia. Era freqüente a população ajudar para manter essas instituições.

Diante do alto custo para cuidar dos expostos foram trazidas, com o apoio do governo provincial, as irmãs de caridade de São José de Chamberry e mais tarde as irmãs de caridade de São Vicente de Paula, que assumiram a administração das Casas e Rodas de Expostos de Salvador, do Rio de Janeiro e de outras mais.

Como era impossível dar conta de todas as crianças abandonadas, aquelas que não recebiam proteção das Câmaras ou das Rodas dos Expostos eram cuidadas por famílias que as criavam por caridade ou compaixão.

Foram poucos os casos de Roda de Expostos que tiveram condições de asilo para os expostos. Quando o bebê chegava, já era encaminhado para uma ama-de-leite, com quem ficaria, em princípio, até a idade dos três anos. Estimulava-se para que a ama ficasse com a criança, em alguns casos, até os 12 anos. A Santa Casa em alguns casos pagava um estipêndio pequeno.

As amas-de-leite em quase sua totalidade eram mulheres pobres, solteiras e residentes nas cidades. Algumas eram mulheres casadas ou escravas e em sua maioria após acabarem de receber o salário devolviam as crianças para as Santas Casas de Misericórdia. Muitas crianças acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas e pequenos furtos, pois muitas Santas Casas de Misericórdia não tinham mais condições de cuidá-las.

Em 1700, um rico comerciante deixou toda sua herança para a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, para a fundação do primeiro Recolhimento destinado ao amparo das meninas pobres. O Recolhimento seria complementar a Roda e teria como objetivos proteger a honra das meninas, oferecer instrução e treinamento pessoal e fornecer um dote para o seu futuro casamento. De acordo com Marcílio (1998, p.164), “A primeira parte ficou pronta em 1716 e logo foram recebidas doze moças. O grandioso projeto inicial de construção de um edifício somente foi concluído em 1739, com 106 celas, claustro, lavanderia e escritórios”.

A menina, tendo em vista ser preservada a sua honra e a castidade, era alvo de maiores preocupações das Santas Casas de Misericórdia e por isso elas iam quase que diretamente para os Recolhimentos, após saírem da Casa dos Expostos ou retornarem das casas das amas de leite.

Marcílio (1998, p.164) aponta que o termo 'recolhimento' "era usado para identificar instituições femininas de reclusão, erguidas com fins devocionais, caritativos ou educacionais".

O segundo Recolhimento para meninas foi criado em 1739 no Rio de Janeiro. Como a orfandade, nesse período, se dava pela perda de ambos os pais ou somente de pai, a instituição substituía a tutela do pai, oferecendo meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem seu lugar na sociedade. Aprendiam a educação para o lar e faziam o enxoval de casamento. De lá só podiam sair casadas, com dote garantido pela instituição, através de legados e doações, ou através de "favor" dos governos provinciais.

Havia divisores sociais e raciais dentro dos recolhimentos. Nesse sentido, para as meninas "órfãs brancas" era oferecida a formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa, para as "meninas de cor" era oferecida a formação de empregadas domésticas e semelhantes" (Irma RIZZINI 1993 apud RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 27).

Em 1825 foi criado o Seminário da Glória, recolhimento para as meninas em São Paulo. É preciso ressaltar que, nesses abrigos, o controle sobre a sexualidade foi intensamente exercido. Birolli (2000, p.170) afirma que:

Havia uma seleção para saber para onde as meninas deveriam ser encaminhadas: quando virgens poderiam ir, para os mais diversos recolhimentos, caso contrário, eram enviadas ao Asilo Bom Pastor que foi criado em 1895, e era a única instituição que se propunha ao trabalho de recuperar as meninas "perdidas". Nesse asilo havia uma seção "especial" onde as meninas que eram ali recolhidas vinham mandadas pelos tutores e até pelos próprios pais, quer seja para castigá-las, quer seja por vergonha diante da perda da virgindade das filhas.

O destino dos meninos que, aos três anos, voltavam da casa das amas-de-leite, era mais problemático. Acrescenta Marcílio (1998, p.178) que "Como eles não eram alvo das mesmas preocupações com a honra e a virtude, como no caso das

meninas, raras foram as instituições criadas para protegê-los, antes de meados do século XIX”.

Em número muito pequeno, os meninos voltavam para as suas famílias ou eram criados pelas amas-de-leite. Entretanto, muitos meninos negros e mulatos foram transformados em pequenos escravos pelas amas-de-leite. Cabe ressaltar, também, que muitos senhores depositavam os bebês escravos nas Rodas dos Expostos e, depois de passada a fase da maior mortalidade, iam reclamar o escravo de volta.

A primeira instituição para cuidar dos meninos abandonados foi a Casa Pia e o Seminário de São Joaquim, na cidade de Salvador. A segunda foi criada em São Paulo em 1824, Seminário de Santana.

Além dos seminários, houve uma outra tentativa para abrigar, instruir e capacitar os meninos desvalidos, ou seja, a criação de espaços de moradia e profissionalização. Surgiram, então, as Companhias de Aprendizes Marinheiros e, depois, as Companhias de Aprendizes do Arsenal da Guerra, onde os meninos podiam permanecer por nove anos ou até atingir a maioridade.

Muitos meninos, após aprenderem um ofício, eram encaminhados aos navios de guerra e, conforme Nascimento (1999, p.75) “as Companhias de Aprendizes Marinheiros, por exemplo, forneceram, entre 1840 e 1888, 8.589 meninos aptos para o serviço nos navios de guerra, contra 6.271 homens recrutados à força e 460 voluntários”.

Nos últimos anos do Império, surgiram várias instituições para o atendimento de imigrantes, devido ao grande incremento da corrente imigratória em nosso país. Birolli (2000, p.24) informa que “Esse era o caso, por exemplo, do Orfanato Cristóvão Colombo fundado em 1895 e inicialmente voltado à amparar e educar os filhos de imigrantes italianos”.

Novas formas assistenciais surgiram em São Paulo quando se tornou necessário desenvolver novos hábitos produtivos disciplinadores da mão-de-obra substituta dos escravos libertos e, conforme Maricondi (1997, p.06), “Com a Lei do Ventre Livre uma avalanche de crianças negras e mulatas juntaram-se ao número de abandonados provenientes de famílias pobres e filhos de prostitutas. Mais tarde o cenário agravou-se com a abolição da escravatura. A pobreza e a miséria expandiram-se e, conseqüentemente, o abandono acentuou-se”. Esses fatos contribuíram para que, as obras filantrópicas dirigidas à crianças se multiplicassem. Conforme Sposati (1988, p.103) entre o século XIX e início do século XX foram criadas várias instituições. Em 1874 foi criada a Associação Protetora da Criança Desvalida por iniciativa da família Souza Queiroz. Essa Associação era destinada à formação de meninos órfãos. Nessa direção também foram criados: 1923 – Casa Dom Gastão, iniciativa da Igreja Católica; 1936 – Educandário Dom Duarte, iniciativa da Liga das Senhoras Católicas; e, 1930 – Cruzada Pró-Infância, iniciativa de Pérola Byington. Já em atenção às meninas órfãs: 1897 – Asylo Bom Pastor; 1894 – Casa Pia São Vicente de Paula; 1893 – Orfanato Sant’Ana; 1885 – Asylo das Meninas Órfãs Nossa Senhora do Ipiranga; 1902 – Casa da Divina Providência da Mooca; e, 1902 – Abrigo Santa Maria.

O processo de industrialização, o crescimento demográfico, a concentração urbana das populações e o aumento dos índices de pobreza colocaram em evidência a criança e o adolescente abandonados e/ou infratores, o que exigiu do Estado respostas à questão social que vinha se configurando.

Essas respostas exigiam urgência já que as instituições filantrópicas próprias para o atendimento de adolescentes não queriam acolher adolescentes “incriminados judicialmente”. Diante do aumento da demanda e das pressões sofridas, o Estado criou várias instituições de regime prisional no Brasil para o atendimento desses “menores”. Em 1902, foi criado o Instituto Disciplinar de São Paulo, na Chácara Belém, depois chamado de Reformatório Modelo, onde estão até hoje várias unidades da Febem. Esse instituto se deu em regime prisional, para recuperação do “menor” infrator.

Conforme Marcílio (1998, p.218), nesse período “Para a correção preventiva dos meninos viciosos pelo abandono ou pela má educação familiar – ‘que forma uma classe perigosa’, voltada para o crime – seriam necessárias instituições especiais, ‘além das de pura caridade’”.

A movimentação em torno da elaboração de leis para a proteção e a assistência à infância culmina na criação, no Rio de Janeiro, do primeiro Juízo de Menores do país e na aprovação do Código de Menores em 1927, idealizado por Mello Mattos - primeiro juiz de menores do país.

Nele as crianças e adolescentes são distinguidos entre “menores abandonados” e “menores delinqüentes”. Os infantes expostos são as crianças até 07 anos em estado de abandono, cujas características incluem desde as precárias condições de habitação, subsistência até a negligência dos pais, exploração e maus-tratos. Os “menores” são distinguidos entre vadios, mendigos e libertinos” (In: Reordenamento de Abrigos Infante Juvenis da Cidade de São Paulo, SAS, 2004, p.30).

Rizzini e Rizzini (2004, p.31) retratam o teor preconceituoso acerca do modo como eram rotulados os “menores”: “A produção discursiva de todo o período da forte presença do Estado no internamento de menores é fascinante, pelo grau de certeza científica com que as famílias populares e seus filhos eram rotulados de incapazes, insensíveis, e uma infinidade de rótulos”.

Em 1941, no Rio de Janeiro, é implantado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. Nesse momento intervir junto ao “menor” tornou-se uma razão de defesa nacional. O SAM, principalmente por intermédio dos meios de comunicação, criou fama de “fabricar criminosos”. A passagem pelo SAM tornava o jovem temido e rotulado. Eram feitas várias denúncias em relação a esse serviço, desde desvio de dinheiro, má administração até agressão aos meninos.

A partir da década de 40 em São Paulo, a situação dos “menores” institucionalizados já era pauta de várias discussões, principalmente por causa da violência ocorrida nos internatos. Em 1948 tiveram início as Semanas de Estudos de Problemas dos Menores. Os Anais da I Semana (apud FÁVERO, 1999, p.34) apontaram que:

... quando, de um modo geral, se analisa o que há em São Paulo no capítulo da assistência aos menores, ninguém há de espírito bem formado que possa conter um frêmito de indignação. Os menores abandonados [...] são realmente abandonados, principalmente quando recolhidos aos abrigos oficiais que se destinam a protegê-los. Neles se transformam em coisas, em quantidades, em seres amorfos que não exigem cuidados e às vezes nem mesmo alimentação [...] Em autômatos se transformam as crianças, deformadas psicologicamente para o resto da existência quando não viciadas, pervertidas, imbuídas de um sentimento falso de vida, como se durante o resto de seus dias carregassem atrás de si o espectro do vigilante ou do diretor, ou a ameaça dos castigos corporais.

Como saída para essa situação, a proposta defendida pelos participantes nas “Semanas” era que se instituíssem programas que privilegiassem a família como “lócus de ajustamento e reajustamento” e que ela tivesse condições de exercer o seu papel na sociedade a partir dos princípios cristãos.

Como resultado dessas discussões, o Juizado de Menores da cidade de São Paulo, em 1949, instituiu através da Lei de Colocação Familiar, o Serviço de Colocação Familiar. Fávero (op.cit., p.73) ressalta que este serviço evitaria a internação de menores e garantir-lhes-ia “o direito a um ambiente familiar e com recursos materiais possibilitadores de atendimento às suas necessidades naturais de crescimento e desenvolvimento. A colocação familiar foi uma medida de caráter assistencial – com uma face de justiça social – com objetivos de substituição às correccionais-repressivas, até então adotadas”.

Além da ação de colocação em lar substituto, essa lei dava margem ao atendimento do “menor” em sua própria família. Conforme Fávero (op.cit., p.76), “contando com um auxílio financeiro complementar ao seu orçamento, que contribuiria para atender às suas necessidades de subsistência, e recebendo a

orientação do serviço social, a família reuniria condições para manter a criança no próprio lar, evitando-se assim a internação”. Para isso a família tinha que se ajustar aos padrões dominantes do que se considerava uma família normal.

Apesar deste enquadramento à um modelo de família, estava se delineando um outro olhar para a criança, para o adolescente e para a família.

Em 1964, surge a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, vinculada diretamente à Presidência da República, com propostas para a instauração de um novo órgão nacional com autonomia financeira e administrativa e rejeição aos “depósitos de menores”. Tinha por objetivo formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a partir do estudo da questão, planejamento de soluções, bem como da orientação, coordenação e fiscalização das organizações que executavam essa política.

Também em 1964, cria-se a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), com a tônica da valorização da vida familiar e da integração do “menor” na comunidade. A partir desse período, nos estados foram criadas as FEBEMs – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, que seguiam as diretrizes da FUNABEM. A única Febem existente até hoje no país é a do Estado de São Paulo.

Altoé aponta que apesar da tônica da não internação, “o grande modelo difundido no período foi o internado de menores, ou os ‘internatos prisão’” (Sônia ALTOÉ 1990 apud RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.37). A antiga prática do recolhimento de crianças de rua foi intensificado e o tratamento empregado dentro das instituições foi herdado do antigo SAM com suas práticas repressivas e inadequadas.

O silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais no sentido de manter a política de internação, nas piores condições que fossem, longe dos olhos e ouvidos da população. Rizzini e Rizzini (2004, p.37) informam que “De 1967 a 1972, havia-se ‘recolhido’ das ruas, na cidade do Rio de Janeiro, cerca de 53 mil crianças. Em São

Paulo, eram 33 mil internos, valorizando assim, a ação institucional pela demonstração da gravidade do ‘problemas dos menores’”.

Em São Paulo a prática de enviar as crianças para internatos no interior era freqüente, afastando a criança da família e realizando uma “limpeza” nas ruas da cidade. As crianças eram internadas onde houvesse vagas, independente do local de moradia da família.

Conforme Rizzini e Rizzini (op.cit., p.40), “as famílias não foram passivas nesse sistema, passaram a dominar a ‘tecnologia do internamento’, interferindo, manejando e adquirindo benefícios do sistema”.

A maioria das famílias internava seus filhos em idade escolar, para garantir a formação escolar e profissional. O uso da instituição para controle dos filhos rebeldes era de incidência muito pequena. Muitas mães que trabalhavam como domésticas acabavam internando seus filhos por não terem outras opções. Elas tinham longas jornadas de trabalho e a obrigação de dormirem no emprego.

Em 1979 foi instaurado o novo Código de Menores, que não muito diferente do Código de 1927, expunha as famílias populares à intervenção do Estado, por sua condição de pobreza.

Aliado às discussões e aos movimentos que vinham ocorrendo, nos anos 70 alguns fatos foram importantes para a reestruturação do pensamento brasileiro em relação às crianças e aos adolescentes. Barbetta (1993, p.39) aponta alguns deles: surgimento da Pastoral do Menor, ação criada pela Igreja Católica; realização em 1979 do Ano Internacional da Criança; e a fundação do Movimento de Defesa do Menor em São Paulo, liderado por Lia Junqueira.

Somando todas essas ações em favor da criança e do adolescente, a partir da década de 1980, a história da institucionalização de crianças e adolescentes toma outros caminhos. Os protestos dos meninos e meninas internados, expressos nas rebeliões e nas denúncias veiculadas pela imprensa, começam a motivar discussões. Outras questões também começavam a mobilizar mudanças: o fortalecimento da cultura democrática; a pressão dos movimentos sociais; vários estudos que demonstravam os prejuízos da institucionalização para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.46).

A FEBEM-SP, já em 1984, começa a instalar mudanças no modelo institucional de atenção ao adolescente. Foi criado o primeiro pensionato masculino no bairro da Praça da Árvore e em 1986, mais sete pensionatos foram implantados. Em cada um desses pensionatos passaram a viver de 15 a 20 adolescentes que eram preparados para o estudo e o trabalho na comunidade.

Em junho de 1987, após a criação da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, foi instalado o SOS Criança, que funcionou como uma central de triagem e encaminhamento de situações que requeriam o abrigo de crianças e adolescentes, funcionando 24 horas ininterruptas. As crianças e adolescentes eram encaminhadas para as casas de retaguarda que eram próprias da Secretaria do Menor e também para as instituições particulares ou conveniadas.

Em 1988, uma grande vitória foi conquistada com a inclusão do artigo 227 na Constituição Federal, sobre os direitos das crianças e adolescentes, e com a sanção em julho de 1990 da Lei 8.069, instituindo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O ECA instala o novo paradigma de direitos e da proteção integral à criança e ao adolescente e determina um novo modo de gestão participativa entre Estado e Sociedade. A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social em 07 de dezembro de 1993 também reforçou a necessidade de se continuar avançando na estruturação de serviços de qualidade na área da infância e da adolescência em situação de abandono.

Com a aprovação do ECA, a FUNABEM foi substituída pela FCBIA – Fundação Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência. Em janeiro de 1995, ao assumir a presidência do país, Fernando Henrique Cardoso extingue a FCBIA e a LBA (Fundação Legião Brasileira de Assistência) criando o Programa Comunidade Solidária.

Nesse momento, “os programas de atendimento às crianças e aos adolescentes em abrigos, bem como as ações de apoio àqueles em situação de risco pessoal e social e de apoio sócio familiar e sócio-educativo em meio aberto são afetos ao Ministério de Assistência Social”. (In: *Reordenamento de Abrigos Infanto Juvenis da Cidade de São Paulo*, SAS, 2004, p.35). Inicia-se o processo de municipalização do atendimento à criança e ao adolescente.

Em 1992, a FEBEM-SP foi incorporada à Secretaria do Menor, e conforme Maricondi (1997, p.16) essa Secretaria “assumiu o desafio de construir uma proposta educacional que de fato alterasse profundamente a modalidade de atendimento dos Grandes Complexos”. Nesse momento, a FEBEM-SP contava com os Complexos: Imigrantes, Raposo Tavares e Sampaio Viana, para o atendimento de crianças e de adolescentes que necessitavam de medidas de proteção.

Diante disso, foi elaborado o Projeto Casas de Convivência, que contava com 22 casas. Com o fechamento do Complexo Imigrantes (com capacidade para 200 atendimentos), as crianças e os adolescentes foram transferidos para as Casas de Convivência.

O Complexo Raposo Tavares, que atendia 400 crianças e adolescentes, foi desativado em 1995. As crianças e os adolescentes foram transferidos para instituições particulares conveniadas com o governo do Estado de São Paulo.

A etapa seguinte foi a desativação da Unidade Sampaio Viana, após quase 100 anos de funcionamento. Essa unidade atendia 450 crianças com até 07 anos de idade. Tratava-se de um centro de triagem e encaminhamento, local de transição, pois a partir de uma melhor configuração da situação da criança e de sua família, era buscado o encaminhamento para outro local.

Para a desativação dessa Unidade, foram criadas três unidades de recepção e encaminhamento, regionalizadas, com capacidade total de 250 vagas, que, a princípio estiveram sob responsabilidade direta da Febem-SP e que, posteriormente, foram terceirizadas. Outras vagas foram instaladas em quatro organizações conveniadas, completando 515 vagas (In: *Reordenamento de Abrigos Infante Juvenis da Cidade de São Paulo*, SAS, 2004, p.37).

Atualmente, a FEBEM-SP vem buscando restringir sua ação à medida sócio-educativa de internação dos adolescentes em conflito com a lei.

Em 2000, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo–SEADS (ex Secretaria do Menor), tinha 26 abrigos com a capacidade para o atendimento de 1.231 crianças e adolescentes. O objetivo dos abrigos era atender crianças e adolescentes cujos direitos básicos tinham sido violados ou ameaçados.

O município de São Paulo assume o serviço de abrigo pela primeira vez, em 1996, no final da gestão do prefeito Paulo Maluf. Foram criadas 20 casas de passagem que eram dirigidas diretamente pelo CASA – Centro de Apoio Social e atendimento do Município de São Paulo, órgão dirigido pela primeira dama.

O município de São Paulo quando assumiu o serviço de abrigo, através das Casas de Passagem, procurou respeitar os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A ação política veio ao encontro dos princípios do artigo 92 dessa Lei. Criaram-se Casas que atendiam pequenos grupos de crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos, proporcionando assim um ambiente de lar e, principalmente, não separando os grupos de irmãos, o que ocorria muito em

outras instituições que determinavam as faixas etárias. As Casas funcionavam em regime de co-educação e os recursos da comunidade foram amplamente usados, rompendo com a prática de serem oferecidos todos os serviços no mesmo espaço, sem que a criança e o adolescente pudessem participar da vida em comunidade.

Em 1997, a maioria dessas Casas, já incorporadas à Secretaria de Assistência Social do Município e não mais ao CASA, foi conveniada com entidades sociais. Conforme o Plano de Assistência Social do ano de 2000, a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS tinha em sua rede 23 Casas de Passagem com capacidade para 480 crianças e adolescentes. Elas tinham como objetivo o acolhimento de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de risco pessoal e exclusão social.

O CASA ainda administrava 08 Casas de Passagem com capacidade para 88 crianças e adolescentes. Atendia crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e onze meses em situação de risco pessoal e exclusão social.

Em 2000, os equipamentos Casas de Passagem (todos conveniados com entidades sociais) foram transformados em abrigos. Pela denominação Casa de Passagem, as crianças e adolescentes ficavam até três meses acolhidos. Como em muitos casos era difícil a reintegração familiar, a colocação em família substituta ou a adoção, as crianças e os adolescentes eram transferidos constantemente de uma casa para outra para atender a normatização. Com a denominação “Abrigo”, passou-se a falar em provisoriedade, sem estipular tempo, já que em muitos casos as crianças e os adolescentes teriam que permanecer por mais tempo acolhidos (mães e pais presos, falecidos, desaparecidos, de outros estados, violência doméstica, abandono etc.).

Em 2002 foi extinto o órgão CASA e todas as Casas de Passagem que ainda pertenciam ao órgão, foram incorporadas à Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo e conveniadas com as entidades sociais.

Na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), retomou-se a discussão da municipalização dos serviços de atendimento às crianças e aos adolescentes e procurou-se caminhar para a construção de uma política pública municipal.

A Secretaria de Assistência Social do Município (gestão 2001-2004) em seu Plano de Trabalho – PLASsp 2002-2003, no item 4.2 - Política de Acolhida, página 63, destacou que “a acolhida é uma das seguranças primordiais da política de assistência social, operando com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos a comer, vestir, dormir e abrigar-se, próprios à vida humana em sociedade”.

O Abrigo incorpora-se nessa política como serviço dirigido à criança e ao adolescente de 0 a 17 anos e 11 meses, enfatizando processos educativos e de inserção social. Compreende ações de proteção, acolhimento e inclusão na rede de serviços.

De acordo com o Plano, como primeira etapa de municipalização dos serviços de acolhida na cidade de São Paulo, foi assinado, em 27 de junho de 2002, convênio com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS estando em funcionamento naquele momento:

- 2 Estações Cidadania (Sul e Leste), funcionando 24 horas, realizando atendimento por equipe multiprofissional a crianças e adolescentes encaminhadas por Varas da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, educadores de rua e outros;
- 7 Casas de Acolhida (sendo 3 com recursos próprios do município). Acolhimento com trabalho social orientado para o retorno à família e o alcance aos demais serviços da rede;
- Educação de rua.

A Estação Cidadania - Centro de Referência 24 horas (conforme descrito em o *Reordenamento de Abrigos Infante Juvenis da Cidade de São Paulo*, SAS, 2004, p.40), devia buscar as condições para que a criança ou o adolescente, em situação de rua ou abandono, retorne à sua família. Não sendo possível tal solução, a criança seria encaminhada para Casa de Acolhida, onde deveria permanecer por menos de uma semana. Essa Casa deveria oferecer alimentação, acolhida e trabalho sócio-educativo que possibilitasse sua saída das ruas. Algumas das Casas de Acolhida, como espaço aberto, foram buscadas pela própria criança ou adolescente durante o dia ou a noite. Durante o inverno aumentava a capacidade dessas Casas com vagas de emergência para que crianças e adolescentes permanecessem abrigados do frio.

No final da gestão Marta Suplicy, a Secretaria de Assistência Social, em parceria com as entidades sociais, contava com 33 Abrigos, 09 Casas de Acolhida e 02 Estações Cidadania.

Atualmente a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS conta em sua rede conveniada com 33 Abrigos, 04 Casas de Acolhida e 05 Centros de Referência da Criança e do Adolescente, até então, denominados Estações Cidadania.

Apesar de todas as definições e objetivos bem delimitados em relação aos serviços de acolhimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco, da clareza dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no que condiz a essa medida de proteção, poucos estudos haviam sido realizados para um melhor conhecimento, aprofundamento e análise crítica desse tipo de atendimento.

Para diminuir essa lacuna, em agosto de 2004, foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, o Seminário de Apresentação da

Pesquisa: “Por uma política de abrigos em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo”<sup>6</sup>.

Essa pesquisa foi uma iniciativa da AASPTJ – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Núcleo da Criança e do Adolescente da PUC-SP, em parceria com a Fundação Orsa e com a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, com o objetivo de conhecer a realidade dos abrigos da cidade de São Paulo.

Foram identificados 190 Abrigos e pesquisados 185 na cidade de São Paulo. O número total de crianças e adolescentes nesses abrigos foi de 4.847 e foram consultados 411 prontuários de crianças e adolescentes abrigados com autorização judicial.

Foi realizada também outra pesquisa sobre os Abrigos no ano de 2004, só que esta em âmbito nacional, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA<sup>7</sup>. O objetivo dessa pesquisa foi, a partir dos dados, realizar um processo de reordenamento dos 589 abrigos, que recebem benefícios da Rede SAC.

Vários dados apresentados nessas duas pesquisas vieram suscitar aquilo que para muitos era melhor deixar adormecido: a necessidade imprescindível de todos os envolvidos e responsáveis na efetivação dessa medida discutirem a partir de quais princípios éticos e políticos tal medida deve ser tratada.

---

<sup>6</sup> Esta pesquisa foi publicada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo. *Reordenamento de Abrigos Infante Juvenis da Cidade de São Paulo: Construção da Política Interinstitucional de Defesa dos Direitos de Convivência Familiar e Comunitária das Crianças e Adolescentes de São Paulo*. São Paulo: SAS, 2004 e está disponível no site: [www.aasptj.org.br](http://www.aasptj.org.br).

<sup>7</sup> SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

Isto faz-se necessário, pois reafirmando SILVA (2004A, p.28), que aponta as contradições entre o direito legal e esse direito posto na prática:

... ainda que a LOAS tenha consolidado as inovações introduzidas pela Constituição Federal de 1988 – situando a assistência como parte integrante do Sistema de Seguridade Social, responsabilidade do Estado e como direito universal gratuito e não contributivo - e o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha determinado que a colocação de crianças e adolescentes em abrigo é uma medida de proteção que se caracteriza pela provisoriedade, persistem as contradições que não são superadas pela simples definição legal.

Muitas instituições sociais que executam o serviço de Abrigo atuam segundo suas próprias crenças, que nem sempre são coincidentes com os objetivos e com os princípios da LOAS e do ECA. Assim, a provisoriedade se torna longa permanência, o que em muitas situações é necessária, mas não pode ser considerada absoluta. Esses abrigos definem faixas etárias e exclusividade no atendimento por sexo separando grupos de irmãos, não proporcionando a preservação dos vínculos familiares e o desenvolvimento de atividades em regime de co-educação. Familiares visitam seus filhos somente uma vez por mês, não garantindo a preservação e a recomposição dos vínculos familiares. No cotidiano do abrigo muitas regras são extremamente rígidas.

Alguns dados devem ser ressaltados nas duas pesquisas:

São Paulo

- 3,3% dos abrigos particulares não seguem o princípio III do artigo 92 do ECA – “atendimento personalizado e em pequenos grupos” - e a Resolução n. 53 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que determina 20 crianças e adolescentes por casa, e que abrigam até 200 crianças e adolescentes;

- 14% das crianças e adolescentes não possuem processos nas Varas da Infância e Juventude, não estando em consonância com o artigo 93 do ECA.
- 21% das organizações não possuem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não estando em consonância com artigo 91 do ECA.

## IPEA

- apenas 54,6% das crianças e adolescentes possuem processo na Vara da Infância e da Juventude, não estando em consonância com o artigo 93 do ECA;
- 4,1% dos abrigos não atendem em pequenos grupos e abrigam mais de 100 crianças e adolescentes.

Um dado importante revelado pela pesquisa realizada em São Paulo é que 49% dos abrigos existentes no município não possuem convênio com nenhum órgão público, são os chamados abrigos particulares, que executam o serviço através de doações, verbas de fundações, verbas de congregações religiosas etc. Entretanto, é importante ressaltar que - mesmo que tais abrigos não possuam convênio financeiro com os órgãos públicos - devem cumprir o que determina a lei quanto ao tipo de atendimento que estão realizando. O Estado e os demais órgãos responsáveis (Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar) devem exigir tal cumprimento e garantir o direcionamento da política de atendimento, no âmbito da garantia de direitos às crianças e aos adolescentes, como preconiza a lei.

Mello e Silva (2004A, p.75) reforçam a responsabilidade do poder público no atendimento aos direitos da criança e do adolescente:

Isso demonstra que as entidades não governamentais são atores relevantes na implementação das políticas de proteção especial à infância e à adolescência. A predominância desse tipo de entidade na prestação de serviços de abrigo reforça ainda mais a responsabilidade do poder público – federal, estadual e municipal – no cumprimento de seu papel de coordenar um sistema, com vistas à efetiva implementação de uma política de proteção especial conforme prevista no ECA [...].

Apesar dos dados revelados nas duas pesquisas mostrarem que ainda muito tem a ser feito em relação ao serviço de abrigo, existem boas referências e bons profissionais que trabalham nos abrigos. Existem muitas instituições que colocam a direção do serviço na reconquista do direito à convivência familiar associada à garantia da proteção integral da criança e do adolescente. Abrigos que se assemelham ao funcionamento de um lar e acolhem crianças e adolescentes de ambos os sexos, em diferentes idades e agregam irmãos na mesma casa.

Isto porque muitas organizações se apropriaram da essência do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, das boas experiências realizadas em muitos serviços e construíram mudanças significativas em seus espaços. Várias iniciativas também surgiram para debater essa medida de proteção e procurar garantir a melhoria do trabalho nos abrigos.

Em São Paulo, o Instituto Camargo Correa através do Programa Abrigar trabalha “nos processos de formação de educadores e coordenadores das instituições de abrigo e investe recursos financeiros e técnicos no desenvolvimento de projetos que possam conduzir a mudanças na ação social e educativa dos abrigos, além de agregar parceiros locais e estimular a expansão da rede de serviços complementares” (Guará, 2005, p.08).

A Fundação Abrinq, em parceria com o Instituto Camargo Correa, também tem investido em processos de capacitação dos trabalhadores de abrigo e melhoria dos espaços institucionais.

A Pastoral do Menor, através do Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo, também criou um espaço de discussão mensal para um maior aprofundamento sobre essa medida de proteção e tem como um de seus maiores objetivos discutir uma política de abrigamento na cidade de São Paulo, a partir das experiências dos trabalhadores de abrigos.

Para concluirmos, esta reflexão sobre a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil nos remete a juntarmos esforços para a construção de uma nova história. Esta nova história deve ter como eixos principais: ações compartilhadas que reduzam o número de crianças e adolescentes abrigados e a efetivação de políticas públicas que garantam o direito à convivência familiar e comunitária.

## PARTE 2 – DESVENDANDO O ABRIGO CASA CORAÇÃO DE MARIA

### 2.1 - O Abrigo e os seus marcos legais

O Abrigo Casa Coração de Maria é um núcleo da Organização Social Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. Essa entidade foi fundada em 1946 e, desde então, vem atuando na periferia da Zona Leste da cidade de São Paulo. Hoje, a organização atende 7350 crianças, adolescentes e jovens e 350 adultos em situação de rua, nos seguintes serviços:

- 18 creches;
- 24 núcleos sócio-educativos<sup>8</sup>;
- 01 espaço de convivência para pessoas em situação de rua – Comunidade São Martinho de Lima;
- 04 programas de qualificação e capacitação profissional;
- 01 projeto “A gente na rua” para o atendimento de pessoas em situação de rua através de agentes comunitários de saúde;
- 01 núcleo de proteção e apoio sócio-psicológico e jurídico (CEDECA);
- 03 abrigos: Casa Vida I, Casa Vida II (exclusivamente para crianças e adolescentes soropositivas) e Casa Coração de Maria.

A organização mantém convênios com Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais e com Organizações, Fundações e Institutos - Misereor, Fundação Abrinq, Unicef, Ação Criança, ACJ - Associação Caminhando Juntos, Sociedade Civil Casas de Educação, SENAI e outros; parcerias com empresas, universidades, grupos de voluntários, congregações religiosas e outras organizações - Centro de

---

<sup>8</sup> Os núcleos sócio-educativos oferecem espaços de estar e convívio e trabalho sócio-educativo para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, no horário alternado ao da escola, por vinte horas semanais. Esses serviços são conveniados com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

Voluntariado de São Paulo, Grupo Esperança, Fundação Nossa Senhora Auxiliadora, Instituto C&A, SENAC, Empresa Transportadora Cinco Estrelas, Banco Itaú, Grupo Áurea, Universidade São Judas Tadeu, Unicapital e Uninove e recebe doações esporádicas de pessoas físicas e jurídicas.

A organização tem por missão: "Articular, para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, familiares e população em situação de rua, da Zona Leste de São Paulo, através de programas sócio-educativos, desenvolvidos em unidades de atendimento, favorecendo o protagonismo social". A organização tem por visão: "Ser referência na construção dos valores humanitários e solidários, possibilitando a inclusão da população atendida na sociedade com dignidade e cidadania". Os seus valores são: acolhimento, compromisso com a vida e participação solidária.

O Abrigo Casa Coração de Maria possui convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS desde o mês de julho de 2000. Conforme termo de convênio, o abrigo atende crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses nos seguintes casos: perdidas, abandonadas, em situação de rua, vítimas de violência, da exploração do trabalho infantil, da violência sexual – incluindo necessidades especiais: HIV, deficiência mental leve/moderada. A área de abrangência para o atendimento compõe os distritos/região de residência dos familiares.

No início do atendimento o valor do convênio para a execução do serviço era de R\$ 17.500,00 para o abrigamento de 17 crianças e/ou adolescentes. No ano de 2002, o valor do convênio passou para R\$ 22.500,00 para o atendimento de 20 crianças e/ou adolescentes. Cabe ressaltar que, além desse repasse, a Prefeitura do Município de São Paulo paga as seguintes despesas: aluguel e as concessionárias - água, luz, telefone e IPTU. Portanto, o *percapita* chega atualmente em média a R\$ 1.425,00.

Se o Abrigo Casa Coração de Maria tem suas obrigações legais frente ao termo de convênio assinado com a Prefeitura, ele é regido também, assim como os demais serviços destinados a crianças e adolescentes, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Analisando os dispositivos do Estatuto, conclui-se que, se todos os seus princípios fossem cumpridos, a institucionalização de tantas crianças e adolescentes poderia ser evitada e o direito à convivência familiar e comunitária seria garantido.

O artigo 4º do ECA estabelece que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Esse artigo enfatiza a parceria – família e sociedade e Estado - na concretização da condição de sujeitos de direitos das crianças e dos adolescentes. O Estatuto considera como responsabilidade de todos a garantia da proteção integral à criança e ao adolescente, não eximindo a família de sua responsabilidade, mas execrando a posição individualista e punitiva das leis anteriores.

Para que o direito seja garantido, é especificado em vários artigos a necessidade da efetivação de políticas públicas. O artigo 7º determina que: “A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

O artigo 101º prioriza que se cuide da família, para que a criança ou o adolescente não sejam afastados do convívio familiar e que estejam disponíveis recursos para tal realização. A medida de abrigo é uma das últimas a ser utilizada. Prioriza:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento aos alcoólatras e toxicômanos;
- VII – abrigo em entidade;
- VIII – colocação em família substituta.

Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

O artigo 100º determina que: “Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. Analisando esse artigo juntamente com o artigo 101º, fica evidente que a medida de abrigo deve ser a última a ser aplicada e não a primeira.

Estando a criança e o adolescente abrigados, o artigo 92º determina:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento do grupo de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Mesmo com o abrigo, o ECA prioriza a preservação dos vínculos familiares, tratando essa medida como provisória e excepcional e não “eterna”. Procura oferecer condições para que pais e mães cuidem de seus filhos, valorizando a família e a vida em comunidade, destacando a participação na vida da comunidade local, independente da criança e do adolescente estarem abrigados. Procura garantir que os espaços institucionais sejam menores, com atendimento personalizado e em pequenos grupos, destituindo a filosofia dos antigos complexos que atendiam até 500 crianças e adolescentes. Enfatiza, também, a importância do desenvolvimento das atividades em regime de co-educação, que “não só contribui para a construção da identidade das crianças e dos adolescentes abrigados, como também facilita o cumprimento do princípio de não-desmembramento de grupo de irmãos” (MELLO e SILVA, 2004A, p. 86).

O artigo 94º, também, é importantíssimo no que diz respeito ao trabalho em abrigo, principalmente nas seguintes obrigações:

- IV – preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- V – diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;
- XVIII – manter programas destinados ao apoio e acompanhamento dos egressos.

Em relação ao inciso V cabe ao abrigo realizar ações de preservação dos vínculos familiares, como já salientado no artigo 92º inciso I. Entretanto, no processo de restabelecimento, ou seja, na execução de ações para o retorno da criança e do adolescente à sua família, é indispensável estabelecer as tarefas de co-responsabilidade de todos – Varas da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Poder Público, Abrigo e Comunidade - nesse processo.

Isto é importante porque a organização que executa o serviço é extremamente responsabilizada pela longa permanência da criança e do adolescente no abrigo, como se fosse a única responsável pelo retorno deles ao lar. A organização também é responsável, mas as ações para que ocorra o processo de reintegração familiar deve ser compartilhada com a rede de proteção integral.

Conforme Fávero (2001, p.64), “A Justiça da Infância e Juventude [...] deveria intervir na esfera da aplicação da lei para a solução de problemas/conflitos, medidas de proteção e defesa de direitos”. Situa que não é de “natureza” do Judiciário a execução de políticas direcionadas para o enfrentamento das questões sociais. Entretanto, o que procuramos discutir enquanto co-responsabilidade é: a partir de qual paradigma se dá a ação do Judiciário no âmbito de sua natureza no momento da aplicação da medida de abrigamento? Como poderemos verificar nessa mesma parte da pesquisa (item 2.7), muitas medidas de abrigamento são determinadas a partir de paradigmas extremamente preconceituosos e punitivos tanto em relação às famílias, como em relação às crianças e aos adolescentes. Partindo desses paradigmas, certamente muitas crianças e adolescentes ficarão por muito tempo abrigadas. É necessário também ao Judiciário mais agilidade no acompanhamento dos casos.

Os conselheiros tutelares, após o abrigamento, não exercem mais nenhuma ação em relação à criança, ao adolescente e à família e também precisam ser melhor capacitados para que as suas ações sejam em direção à garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.

Já o Poder Público não cria e nem efetiva programas oficiais de auxílio conforme prevê o ECA e nem políticas públicas eficazes para a garantia do direito a convivência familiar e comunitária.

As questões pontuadas acima precisam de maiores aprofundamentos para uma construção clara e consolidada das ações a serem executadas por todos envolvidos tendo em vista a excepcionalidade e a provisoriedade da medida de proteção abrigo.

Quanto aos programas destinados ao acompanhamento e apoio às crianças, aos adolescentes e às suas famílias depois do desabrigamento, é necessário que o abrigo tenha profissionais para esta ação. Portanto, é imprescindível a

implementação no valor do convênio destinado às organizações para a contratação de tais profissionais<sup>9</sup>.

Ainda, no que se refere ao abrigo, o Estatuto estabelece no artigo 93º que, em casos de urgência, o abrigo pode acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente.

Art. 93. As entidades que mantenham programas de abrigo, poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º dia útil imediato.

Outros instrumentos que regem, também, o trabalho nos abrigos e são pautados pelo ECA são as resoluções do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CMDCA, os quais, no uso de suas atribuições legais, publicaram algumas resoluções que subsidiam e fiscalizam o trabalho nos abrigos.

A Resolução 40/CMDCA/98 trata dos indicadores de monitoramento e fiscalização de Casa de Passagem/Abrigo e Entidades Governamentais e Não-Governamentais que prestam atendimento à criança e ao adolescente. Essa resolução tem como objetivo construir uma metodologia de avaliação que se constitua em instrumento útil para o monitoramento de Casa de Passagem/Abrigo e das Entidades Governamentais e Não-Governamentais. Os indicadores de monitoramento são divididos em: qualidade das instalações físicas; regularidade da documentação; avaliação de serviços técnicos; alimentação; financiamento e manutenção financeira; plano de trabalho; individualização do atendimento e procedimento de desligamento (Publicada no *Diário Oficial do Município* em 18/06/99, p. 27 e 28).

---

<sup>9</sup> Na tabela de custos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS não está previsto um profissional para o trabalho com as famílias ou o acompanhamento das crianças, dos adolescentes e de suas famílias após o desabrigamento. Diante da complexidade do trabalho no abrigo é impossível o coordenador do serviço também executar essas ações.

A Resolução 48/CMDCA/99 trata de enumerar os requisitos necessários à concessão do registro de inscrição no CMDCA e de suas alterações às Entidades Não-Governamentais sem fins lucrativos (Publicada no *Diário Oficial do Município* em 06/08/99, p. 27 e 28).

A Resolução 53/CMDCA/99 (Publicada no *Diário Oficial do Município* em 11/11/99, p. 27 e 28) trata dos requisitos e procedimentos que devem ser observados pelas entidades que desenvolvam programas de abrigo. Essa resolução estabelece que:

Os abrigos devem atender a grupos de no máximo 20 (vinte) crianças e adolescentes, em suas respectivas comunidades na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos, não permitindo o desmembramento do grupo de irmãos. Esse espaço deverá se caracterizar como apoio a criança e ao adolescente com atendimento de 24 horas ininterrupto, personalizado, tendo como premissas básicas a transitoriedade e excepcionalidade, oferecendo proteção em moradia dentro de clima residencial, em pequenos grupos, participação da vida da comunidade e utilização de seus recursos

Essa resolução trata, também, da metodologia de trabalho destacando: acompanhamento, atendimento, entrada e saída, disposição física, recursos humanos e convivência coletiva, mas tem causado alguns “desconfortos” em vários abrigos da cidade de São Paulo que não atendem especificamente o número de 20 crianças e adolescentes. Como é requisito para que o abrigo funcione ter o registro no CMDCA, algumas organizações estão irregulares, embora continuem realizando seus atendimentos com a incumbência de se adequarem ao disposto em lei.

Essa resolução do CMDCA é a que mais se atém ao funcionamento de um abrigo e por isso deveria ser melhor fundamentada. Em sua maior parte repete os princípios e as obrigações estabelecidas nos artigos 92 e 94 do ECA. Quando tal resolução se torna mais descritiva, falha em discorrer sobre as ações de recomposição e preservação dos vínculos familiares, ações de suma importância para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária e trata das questões do cotidiano com superficialidade.

Os Juizes de Direito das Varas da Infância e da Juventude da Comarca da Capital de São Paulo, também no uso de suas atribuições legais, publicaram em 23 de novembro de 1990 um Provimento Conjunto nº 01/90 que se atém na relação entre o Judiciário e as instituições que executam o serviço de abrigo. Apesar desse provimento não ter sido “desconsiderado legalmente” pelo Poder Judiciário, ele não está sendo mais utilizado.

## **2.2 – O nascimento do Abrigo Casa Coração de Maria**

Em maio de 2000, a Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca, órgão ligado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo - SMADS, entrou em contato com a diretoria do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto para discutir a possibilidade da entidade assumir o Abrigo Casa Coração de Maria. Este abrigo já existia, com o nome de Abrigo Mooca, e era administrado por outra organização, que, por algum motivo, preferiu não (re)conveniar o serviço.

Como não haveria o fechamento do serviço, mas sim uma mudança de organização social, todas as crianças e os adolescentes permaneceriam no Abrigo. O serviço não iria mudar de endereço e todos os bens patrimoniais (móveis, eletrodomésticos, pertences das crianças e dos adolescentes etc.) continuariam na casa.

Após várias discussões a organização aceitou essa proposta e em 15 de junho de 2000, a futura coordenadora do Abrigo Casa Coração de Maria foi conhecê-lo e logo percebeu a hostilidade das crianças e dos adolescentes, principalmente, por causa da saída de todos os funcionários da outra organização.

Essa transição não foi fácil. Apesar de todos os esforços empreendidos pela Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca para discutir com as crianças e com os adolescentes a melhoria que haveria no serviço com a chegada da nova organização, eles estavam irredutíveis.

Os educadores, também, nos receberam com alguma hostilidade. Eles foram informados da dispensa do trabalho no dia da nossa visita. Diante disso, foi muito difícil discutir a dinâmica do Abrigo ou ler e refletir sobre algum caso. No final, optamos por tomar conhecimento das histórias das crianças e dos adolescentes no início do nosso trabalho.

Na semana de implantação do Abrigo Casa Coração de Maria, momento em que todos os funcionários se conhecem e discutem sobre o trabalho com a Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca, fomos informados de que os adolescentes ameaçavam fazer greve de fome, caso a outra organização realmente saísse. Havia uma adolescente que liderava o protesto e todas as nossas conversas com ela pareciam em vão, já que ela estava irredutível.

No dia 30 de junho de 2000, às 24h, todos os funcionários da outra organização saíram e a Entidade Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto assumiu o abrigo acima mencionado.

### **2.3 - Localização e espaço físico**

O Abrigo Casa Coração de Maria está localizado na Rua Redenção nº 52, no Bairro Chácara Tatuapé. Esse bairro é muito conhecido pela presença, há 102 anos, da Chácara do Belém, instituição para crianças e adolescentes, localizada na Avenida Celso Garcia, que conforme relatos da época de sua inauguração:

Embora com falhas, estava o Estado de São Paulo com um estabelecimento onde podia recolher menores, dando guarida aos abandonados para que não vivessem sem teto e protegendo-os contra as insídias da miséria, abrigando os pequenos

criminosos para que não chafurdassem mais em vícios, em contato nas cadeias com adultos delinqüentes. No vetusto casarão da fazenda entrava a vinte e três de fevereiro o primeiro menor, um pretinho condenado por crime, de acordo com o artigo 294 do código penal. Iniciava assim o estabelecimento as suas atividades. Disponível em: <[www.febem.sp.gov.br/index/linhatempo5.htm](http://www.febem.sp.gov.br/index/linhatempo5.htm)>. Acesso em: 10 jan 2006.

Atualmente a Chácara do Belém instala a Febem do Tatuapé, quadrilátero famoso pelas inúmeras rebeliões ocorridas, que atende, exclusivamente, adolescentes sob a medida sócio-educativa de internação em estabelecimento educacional.

O abrigo pesquisado fica a poucos metros da esquina da Rua Redenção com a Avenida Celso Garcia, portanto praticamente ao lado da Febem. Do lado esquerdo da Febem do Tatuapé existem: uma Corporação do Corpo de Bombeiros; uma Delegacia de Polícia e uma Penitenciária Feminina, já do seu lado direito há uma favela com o nome de Nelson Cruz.

Ainda no entorno do referido abrigo, na Avenida Álvaro Ramos, há uma Casa de Passagem da Febem para meninos de 12 à 18 anos e na Rua Conselheiro Cotejipe um espaço de atendimento para adolescentes sob a medida sócio-educativa de inserção em regime de semiliberdade, sob o comando direto da Febem. Nos baixos do Viaduto Guadalajara está localizada a Comunidade São Martinho de Lima, que atende moradores em situação de rua e que é um núcleo da Entidade Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto.

Existem várias pressões da Associação de Comerciantes do Belém e da comunidade em geral para que a Febem do Tatuapé seja desativada, dando espaço a um parque, assim como o ocorrido com a desativação do Complexo Penitenciário do Carandiru em 2004.

Todo esse entorno, e principalmente a Avenida Celso Garcia, ficou demasiadamente “desvalorizado”, constituindo-se em um espaço maciço de cortiços e, atualmente, pela presença de muitos bolivianos que, por trabalharem nas oficinas de costura do bairro vizinho (Brás), utilizam como moradia tais cortiços.

Com a promessa do ex-governador Geraldo Alckimin de desativação da Febem do Tatuapé, foi construído ao lado da Favela Nelson Cruz um conjunto de prédios residenciais, como ponto inicial para o processo de valorização do bairro.

Apesar dessas características, o bairro também conta com uma parte nobre. O Colégio Agostiniano São José localizado a poucos metros da Febem do Tatuapé atende, exclusivamente, crianças e adolescentes da classe média da Zona Leste.

O bairro conta, também, com casas antigas e espaçosas, com amplos jardins e garagens para vários carros, que são habitadas por pessoas que residem no local há muito tempo, também, famílias de classe média.

No entorno existem duas igrejas católicas: Igreja São Carlos Borromeu e Igreja São José do Belém e uma igreja evangélica: Assembléia de Deus.

A Igreja São Carlos Borromeu é freqüentada exclusivamente pela classe média do bairro e pelos alunos do Colégio Agostiniano São José.

Duas escolas ficam depois da Avenida Salim Farah Maluf: Escola Municipal de Ensino Fundamental Artur Azevedo e Escola Estadual de Ensino Médio Osvaldo Catalano. No largo São José do Belém está localizada a Escola de Ensino Fundamental, Médio e Supletivo Amadeu Amaral e do outro lado do Metrô Belém a Escola Estadual de Ensino Fundamental Guerino Raso.

O hospital mais próximo do Abrigo Casa Coração de Maria é o Hospital Municipal do Tatuapé, na Avenida Celso Garcia, e existe um posto de saúde – Centro de Saúde Integrado Belenzinho – na própria Avenida Celso Garcia.

A casa onde funciona o abrigo pesquisado é alugada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. O proprietário visita a casa regularmente e, na última reforma realizada, pagou metade das despesas.

Na entrada do imóvel há uma garagem para dois automóveis e um pequeno jardim com um pé de laranja. Existe, também, um hall com uma porta para a sala de estar e outra para um corredor lateral que dá para os fundos da casa.

Na entrada da casa há uma sala de estar e uma sala de jantar, ambas espaçosas. Após a sala de estar existe um corredor onde há um lavabo e o escritório da coordenação desse abrigo. Nesse corredor existem vários armários embutidos e é caminho para a cozinha.

A cozinha, também espaçosa, dá acesso a um quintal onde são estendidas as roupas. Nesse quintal existe uma edícula. Na parte inferior da edícula há uma sala que servia de almoxarifado e hoje é uma salinha para o descanso dos educadores, uma lavanderia e um banheiro. Em sua parte superior há uma ampla sala que chamamos de sala de artes. Neste espaço ficam os brinquedos e uma televisão e também são realizadas as atividades lúdicas, sejam estas realizadas pelos educadores do abrigo ou por voluntários. Ainda no quintal há uma dispensa onde são estocados os alimentos.

Na parte superior do imóvel há 04 dormitórios. O dormitório mais amplo, uma suíte, é destinado às meninas e tem suas janelas direcionadas para a Rua Redenção. O segundo quarto mais amplo é o dos meninos e possui um banheiro ao lado. No corredor existem mais dois quartos, que atualmente são utilizados da seguinte forma: um é ocupado por uma dispensa de roupas, materiais de higiene etc., e o outro é ocupado pelas crianças menores, de preferência, grupos de irmãos.

## 2.4 – Funcionários

A proposta inicial feita pela organização mantenedora do Abrigo Casa Coração de Maria em relação ao quadro de recursos humanos era: 01 coordenador de ensino superior; 01 auxiliar de coordenação, de preferência de ensino superior; 08 educadores de ensino médio; 01 cozinheira; 01 auxiliar de cozinha e 02 ajudantes de serviços gerais, todos estes de ensino básico ou fundamental, totalizando 14 funcionários. A carga horária para o coordenador, para o auxiliar de coordenação, para 03 educadores, para a cozinheira e para a auxiliar de cozinha era de 40 horas semanais e para os demais a carga horária era a 12X36<sup>10</sup>.

Fazer a escala de trabalho com este número de educadores foi muito difícil. Como o Abrigo Casa Coração de Maria é um serviço que funciona 24 horas, a escala de trabalho deve garantir em cada plantão, pelo menos, dois educadores. A organização em seus princípios qualifica todos os funcionários como educadores, pois independentemente de suas funções, eles desempenham, conjuntamente com as crianças e com os adolescentes, ações educativas. Entretanto, é necessário garantir dois educadores por plantão (aqueles que em suas atribuições desempenham funções exclusivamente com as crianças e com os adolescentes), para que as outras demandas da casa sejam atendidas (lavagem de roupas, limpeza da casa etc.).

Com apenas oito educadores, um deles folguista<sup>11</sup> e os outros três com a carga horária de quarenta horas semanais, era impossível garantir dois educadores por plantão. Como a organização propunha que para a construção de vínculos mais fortes com as crianças e com os adolescentes o ideal era ter, realmente, três educadores com essa carga horária, foi elaborada uma escala de trabalho em que no período da manhã ficavam na Casa poucas crianças e adolescentes (a maioria estava na escola, creche e atividades) e apenas um educador.

---

<sup>10</sup> Nessa escala de trabalho as pessoas trabalham 12 (doze) horas e folgam 36 (trinta e seis), ou seja, trabalham um dia sim, um dia não. Essa escala de trabalho deve ser discutida com o sindicato ao qual a organização social é filiada, pois não é uma escala regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. No Abrigo Casa Coração de Maria quando esses educadores trabalhavam nos feriados era dado uma folga, que era compensada pelo educador folguista.

<sup>11</sup> Educador folguista é aquele que cobre as folgas, férias, faltas e licenças de saúde dos demais educadores.

Esses educadores de quarenta horas semanais seriam uma referência para os demais e deveriam planejar as atividades a serem realizadas pelas crianças e pelos adolescentes. Esses funcionários ganhariam um salário maior do que os outros, devido às suas atribuições. As pessoas escolhidas para desempenhar essas funções tinham experiência no trabalho com crianças e com adolescentes, mas não conseguiram desempenhar a contento suas atribuições. Diante disso, os demais educadores “reivindicaram” um nivelamento de salário, já que diziam que desempenhavam as mesmas funções que essas pessoas.

Após o nivelamento dos salários e das atribuições, foi contratado mais um educador, garantindo a presença de 02 educadores em todos os plantões.

Depois do segundo mês de trabalho no Abrigo Casa Coração de Maria, vários funcionários pediram para sair. Apesar de transmitir a idéia de ser um serviço fácil, já que no imaginário das pessoas e da própria organização mantenedora as tarefas de cuidar e educar são tarefas “simples” e basta ter boa vontade e amar as crianças e os adolescentes para realização de um bom trabalho, o cotidiano desse abrigo mostrou-se repleto de situações que exigiam do educador várias competências.

Durante dois anos de trabalho foi muito difícil manter uma equipe estável. Educadores que gritavam o dia inteiro para colocar ordem na casa, educadores que “batiam boca” com os adolescentes e sempre perdiam a razão, educadores que faziam de conta que não viam os conflitos e não propunham uma ação educativa, enfim, situações que obrigaram esse abrigo a fazer mudanças constantes em seu quadro de pessoal para garantir a qualidade no atendimento. Entretanto, isto não era uma tarefa fácil. Com a entrada de um novo funcionário a rotina dessa casa ia passando por inúmeras mudanças.

Pelo convênio assinado com a prefeitura, a instituição poderia contratar, no termo “horas técnicas”, profissionais de diversas áreas para atuarem nesse abrigo, foco de nossa pesquisa. Foram contratados dois psicólogos: um que atenderia individualmente algumas crianças e adolescentes, em razão da dificuldade de vagas nos serviços públicos e outro que acompanharia o trabalho com os educadores.

Verificamos que é essencial a presença de um profissional (com experiência em supervisão institucional e trabalho em grupo) que não atue diretamente no abrigo, no acompanhamento dos funcionários e na discussão da dinâmica desse serviço. O cotidiano institucional é extremamente complexo e exige que a organização invista no processo de capacitação contínua, de valorização e de supervisão de todos os funcionários. É necessário, também, um salário mais adequado<sup>12</sup>, assim como uma carga horária que não seja tão desgastante. Sugerimos a carga horária de 6 horas/dia.

A complexidade das atribuições, de emoções e de sentimentos imbuídos no cotidiano do abrigo acaba desencadeando comportamentos hostis ou de desânimo nos educadores. Marin (1999, p.25) destaca, entre um deles, a 'síndrome do não tem jeito' "resultando em uma certa tendência a se cruzar os braços e viver a expectativa de um 'Se Deus quiser'".

Essa complexidade do cotidiano do Abrigo Casa Coração de Maria será melhor aprofundada na parte 04 dessa pesquisa.

## **2.5 - Origem dos encaminhamentos para o Abrigo Casa Coração de Maria**

Após consultarmos todos os prontuários, tanto os arquivados, como aqueles que se encontram em uso, constatamos que o Abrigo Casa Coração de Maria, do início do ano de 2000 até o presente momento, atendeu 70 crianças e/ou adolescentes, sendo lá atualmente abrigadas 21 crianças e/ou adolescentes. Do grupo de 70 crianças e/ou adolescentes atendidos, 35 estavam acompanhados de seus irmãos (14 grupos de irmãos).

---

<sup>12</sup> Conforme discussões no Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo, algumas organizações pagam para seus funcionários (educadores) um salário de R\$ 450,00 (bruto) em uma escala 12X36. Conforme pesquisa do IPEA, 4,8% dos dirigentes de abrigo da Região Sudeste pesquisados recebem salários na faixa de R\$ 250,00 e R\$ 499,00 (MELLO e SILVA, 2004B:114).

A maioria dos casos atendidos (60%) foi encaminhada pelas Varas da Infância e Juventude, ficando assim distribuídos:

- Fórum Tatuapé: 13 casos
- Fórum Itaquera: 08 casos
- Fórum Dr. João Mendes Júnior: 07 casos
- Fórum Santo Amaro: 07 casos
- Fórum Penha: 04 casos
- Fórum Santana: 02 casos
- Fórum Ipiranga: 01 caso

Apesar de o abrigo se encontrar na Zona Leste da cidade de São Paulo, bairro Chácara Tatuapé, foram realizados atendimentos de crianças e adolescentes de outras regiões da cidade conforme descrito acima. Dezesesseis casos (Fóruns Santo Amaro, Itaquera e Ipiranga) já estavam abrigados quando o serviço foi assumido. Desses casos, treze crianças e/ou adolescentes já estavam em processo de desabrigamento, não sendo indicada a transferência para outros abrigos, mesmo porque o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no artigo 92, inciso VI determina: “evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados”.

Os demais: três irmãos encaminhados pelo Fórum de Itaquera continuam nesse abrigo, foco de nossa pesquisa (a genitora muda de residência constantemente e ainda não tem condições de ficar com os seus filhos) e outros três irmãos encaminhados pelo Fórum de Santo Amaro também continuam no abrigo, pois estão em processo de adoção.

A organização priorizou no início do seu trabalho o atendimento de crianças e adolescentes que fossem da área de jurisdição dos Fóruns Tatuapé e Dr. João Mendes Júnior, possibilitando a proximidade entre o abrigo pesquisado e a moradia do familiar e/ou do responsável para buscar garantir a preservação dos vínculos familiares. É interessante ressaltar que a garantia da preservação dos vínculos familiares não é só determinada por essa proximidade, mas também por outras

ações realizadas por todos os co-responsáveis na efetivação dessa medida de proteção.

Entretanto, foram atendidas crianças e/ou adolescentes do Fórum da Penha e de Santana por causa da urgência dos casos e da ausência de vagas para adolescentes em outros abrigos.

Outra questão que é importante levar em consideração é que as divisões territoriais das Varas da Infância e Juventude são muito extensas e não garantem, em muitos casos, a proximidade entre o abrigo e a moradia da criança e do adolescente. Isto com certeza demanda estudos constantes e aprofundados entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário na discussão da localização dos serviços e na real demanda a ser atendida.

Um ponto que merece destaque neste momento é que, após o término da pesquisa de abrigos (ano 2002), realizada pelo Núcleo da Criança e do Adolescente da PUC-SP, Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo, Fundação Orsa e Secretaria de Assistência Social do Município - SAS, os abrigos conveniados com tal Secretaria receberam uma solicitação, diante do número de crianças e adolescentes abrigados que não eram da região de abrangência dos serviços, segundo o qual era necessária realizar uma transferência “em massa” até o final do ano letivo, para garantir essa proximidade entre a moradia da família/responsável e o abrigo. Os abrigos, através do Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo, solicitaram esclarecimentos quanto a tais procedimentos e, diante da improcedência do pedido, ficou decidido que os casos deveriam ser melhor analisados, respeitando os princípios do ECA, antes de qualquer ação ser efetivada. Diante disso, ficou sob a responsabilidade das Supervisões Regionais de Assistência Social e dos abrigos a melhor forma de conduzir essa questão da transferência para outros abrigos, para que a criança e o adolescente ficassem mais próximos de sua moradia.

Outras instituições que, também, acolhem crianças e adolescentes em situação de risco, encaminharam 15 casos, todos da área de abrangência do abrigo pesquisado:

- 09 casos encaminhados pelos serviços “porta de entrada” (Centros de Referência da Criança e do Adolescente e Solares da Alegria<sup>13</sup>), pois esses serviços têm como característica principal serem mais provisórios e de passagem. Todos os encaminhamentos foram realizados com autorização judicial.
- 04 adolescentes encaminhados por motivo de “comportamento inadequado” nas instituições em que estavam abrigados. Intermédio das Varas da Infância e Juventude.
- 02 adolescentes encaminhados por abrigos que seriam fechados. Intermédio das Varas da Infância e Juventude.

Os Conselhos Tutelares encaminharam 11 crianças e adolescentes:

- Conselho Tutelar da Mooca: 07 casos
- Conselho Tutelar da Vila Prudente: 02 casos
- Conselho Tutelar de Sapopemba: 02 casos

Tanto o Conselho Tutelar da Vila Prudente, como o Conselho Tutelar de Sapopemba não fazem parte da área de jurisdição dos Fóruns Tatuapé e Dr. João Mendes Júnior, mas, novamente, devido à urgência dos casos e à ausência de vagas para adolescentes, as crianças e/ou adolescentes foram atendidos.

A Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca encaminhou 01 adolescente de outro município. Neste caso, depois de um trabalho conjunto entre o Abrigo Casa Coração de Maria e o Fórum do município, a adolescente retornou para sua casa. Um projeto de educação social de rua também encaminhou 01 adolescente da área de jurisdição do abrigo.

---

<sup>13</sup> Existem na cidade de São Paulo três Solares da Alegria: Solar Dino Bueno, no bairro de Santa Cecília/Centro; Solar Artur Alvim, no bairro Artur Alvim/Zona Leste e Solar Umuarama, no bairro Cidade Ademar/Zona Sul. Os solares atendem crianças de 0 a 06 anos e foram implantados em substituição à Unidade da Febem Sampaio Viana.

## 2.6. Perfil das crianças e dos adolescentes

Conforme o termo de convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo, as diretrizes da Resolução 53 do CMDCA e os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Abrigo Casa Coração de Maria atende crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses. Dividindo as crianças e os adolescentes por grupos de idade e contabilizando a idade no início do abrigamento, teremos:

- 0 a 03 anos: 06 casos
- 04 a 06 anos: 08 casos
- 07 a 09 anos: 15 casos
- 10 a 12 anos: 17 casos
- 13 a 15 anos: 16 casos
- 16 a 18 anos: 08 casos

Podemos constatar, assim como referendado na pesquisa do IPEA, que existe uma maior concentração de crianças e adolescentes abrigados na faixa etária de 07 a 15 anos. A reflexão realizada por Silva (2004B, p.49) merece destaque, pois as políticas públicas, sejam elas na área da educação, da cultura, da saúde ou do lazer em relação a essas faixas etárias são extremamente precárias.

A maior concentração de crianças e adolescentes abrigados na faixa etária de 7 a 15 anos pode estar refletindo, entre outros fatores, as maiores dificuldades enfrentadas pelo acesso das famílias de baixa renda a equipamentos públicos de apoio às mães e aos pais trabalhadores, que ofereçam proteção e cuidados a crianças a partir dos 07 anos, nos moldes das creches disponíveis para crianças até 06 anos.

Em relação à raça/cor, os dados levantados mostraram que 51,43% das crianças e dos adolescentes abrigados são da raça negra (30% são pardos e 21,43% são pretos); 45,71% são brancos e 2,86% são das raças indígena e amarela. Esses dados também estão em consonância com a pesquisa do IPEA, apesar da diferença de percentual ser menor entre a raça branca e negra.

O Abrigo Casa Coração de Maria teve como característica acolher um número maior de meninas do que de meninos. Apesar de não ser uma diferença discrepante, do grupo de 70 crianças e/ou adolescentes atendidos, 40 eram meninas e 30 meninos, é interessante esclarecer alguns fatos. Esses atendimentos não foram realizados como “preferência” da organização, mas sim como uma característica derivada, principalmente, do motivo de abrigamento: problemas de comportamento da criança e/ou do adolescente. Existe um percentual muito maior de meninas do que de meninos relacionado a este motivo, o que leva ao abrigamento. A hipótese para esse maior percentual é que o comportamento inadequado da adolescente está relacionado em quase todos os casos ao início da sua sexualidade, que, em uma sociedade extremamente machista, precisa ser controlada e criminalizada.

O tempo médio de abrigamento durante os cinco anos de funcionamento da Casa Coração de Maria foi de 02 anos. Cinco crianças e adolescentes: dois grupos de irmãos - 16, 14 e 12 anos e 05 e 04 anos - encontram-se abrigados há 04 anos e estão aguardando uma possível adoção. Duas tentativas de adoção com os irmãos de 05 e 04 anos não deram certo.

## **2.7 - Motivos para o abrigamento**

O levantamento dos motivos para o abrigamento foi realizado nos prontuários das crianças e dos adolescentes, especificamente nos relatórios que seguem as guias de abrigamento encaminhadas pelas Varas da Infância e Juventude e Conselhos Tutelares. Por mais que a equipe técnica do abrigo pesquisado tenha realizado um relatório mais minucioso sobre cada caso, procuramos nos ater apenas aos relatórios encaminhados no momento do abrigamento.

Optamos por esse procedimento para pesquisar em qual propositura a medida de abrigamento é determinada. É lógico que esta pesquisa demandaria vários aprofundamentos, o que não é o nosso objetivo, mas são extremamente necessárias tais considerações diante das implicações dessa medida de proteção na vida de tantas crianças, adolescentes e famílias e, principalmente, porque essa

medida deve ser aplicada com extrema responsabilidade e excepcionalidade, o que não ocorre em vários casos.

Várias questões, principalmente as sociais, fazem do Poder Judiciário e/ou do Conselho Tutelar um lugar de atendimento das aflições do cotidiano impostas principalmente às famílias pobres, o que culmina em muitos casos no abrigamento de crianças e adolescentes. Entretanto, apesar da ausência de políticas públicas, que não explica sozinha o processo de institucionalização, há uma estratégia de culpabilização dessas famílias a partir de uma visão de mundo extremamente preconceituosa e punitiva e, como veremos mais adiante, uma estratégia de punição também para as crianças e os adolescentes que possuem “problemas de comportamento”.

Conforme trecho desta guia de abrigamento a seguir, encaminhada por um Conselho Tutelar, um adolescente foi abrigado pelos seguintes motivos: “... maus-tratos por parte de sua mãe [...] e, por estar sendo acompanhado por este Conselho Tutelar, solicitamos seu abrigamento como medida de proteção pessoal, pois sua mãe tem vasta ficha criminal”.

A partir de qual paradigma o Conselho Tutelar relaciona a vasta ficha criminal da genitora com a questão dos maus-tratos? Pelo histórico levantado no Abrigo Casa Coração de Maria, a genitora cometia atos de maus-tratos com relação ao seu filho, independentemente da sua situação criminal. É importante ressaltar que esse “diagnóstico” foi realizado com apenas uma entrevista de 15 minutos com a genitora. Se o problema era realmente a vasta ficha criminal da genitora partindo do paradigma do Conselho Tutelar, por que os outros filhos também não foram abrigados?

Constatamos que geralmente os relatórios encaminhados são extremamente sucintos e que não revelam com clareza os reais motivos para o abrigamento. Isto demanda da equipe técnica do abrigo a solicitação de mais relatórios ou a consulta do processo na Vara da Infância e Juventude. É interessante ressaltar que em um caso não foi autorizada a consulta do processo pelo dirigente do abrigo pesquisado,

sendo solicitado pelo cartório da Vara da Infância e Juventude a presença de um advogado.

Diante da complexidade dos motivos que levam ao abrigo é impossível classificá-la de modo tão específico. Para tanto, utilizaremos a classificação realizada pela pesquisa do IPEA (SILVA, 2004B, p.56) e incluiremos ainda os itens: problemas de comportamento da criança e/ou do adolescente e sem informação. Serão utilizados alguns trechos dos relatórios para explicitar melhor os motivos alegados para os abrigamentos.

- Carência de recursos materiais da família/responsável: 14 casos.
- Abandono pelos pais ou responsáveis: 06 casos.
- Violência doméstica (maus-tratos físicos e/ou psicológicos praticados pelos pais ou responsáveis): 20 casos.
- Pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoólicos: 03 casos.
- Vivência de rua.
- Orfandade (morte de pais ou responsáveis).
- Pais ou responsáveis detidos (presidiários): 03 casos.
- Abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis: 07 casos.
- Problemas de comportamento da criança e/ou do adolescente: 17 casos.
- Sem informação: 03.

No item carência de recursos materiais da família/responsável é importante ressaltar que, em 85,72% dos casos, as mães eram as únicas responsáveis pelo cuidado e sustento dos filhos. Dentre estes casos, em 02 as mães eram foragidas de seus companheiros, devido à violência doméstica e ameaças de morte.

Frente a esse dado, podemos constatar que a questão de gênero presente na responsabilidade sobre os filhos faz com que a mãe assuma a centralidade tanto na responsabilização pelos cuidados, como na culpabilização pelos não-cuidados dos filhos. Segundo pesquisa realizada por Fávero (2000, p.42, 48 e 52), em 201 sentenças de várias Varas da Infância e da Juventude da cidade de São Paulo, em relação à destituição do poder familiar, foi constatado que “destas sentenças, a

maioria (76,6%) refere-se à destituição de mães. Apenas 23,4% dos casos refere-se a pais destituídos do pátrio poder”. Podendo-se inferir que “a maioria dos homens (pais) não assumiu nenhuma responsabilidade pelo filho”.

Fonseca (1995, p.90) enfatiza que “para a mulher chefe de família, a glorificação da maternidade é uma faca de dois gumes, pois este status privilegiado vem acompanhado de um fardo duplo: maternar e sustentar os filhos”.

No item problemas de comportamento da criança e/ou do adolescente, é importante destacar que a maioria das crianças e dos adolescentes (76,47%) não moravam com seus pais biológicos, pois estes já haviam falecido ou tinham abandonado os filhos definitivamente. Residiam com outras pessoas da família, em famílias substitutas ou em famílias adotivas.

Nesses casos, nos relatórios encaminhados com os motivos para o abrigo, eram descritos vários comportamentos inadequados das crianças e dos adolescentes, mas não eram descritos os comportamentos inadequados dos adultos, que haviam assumido a guarda, mas não dispensavam os cuidados necessários. Em várias situações foram descritos: surras, castigos corporais, uso de drogas etc., mas o ponto central do motivo do abrigo era comportamento inadequado da criança e/ou do adolescente. Constatamos que a totalidade dos fatos ocorridos na dinâmica familiar não é levada em consideração. Não se tem um maior aprofundamento da situação.

Em um desses casos, na aplicação da medida de abrigo não estavam presentes os responsáveis legais pelo adolescente. Apenas seus dois irmãos, um menor de idade, foram ouvidos. Conforme relatório do Poder Judiciário: “o adolescente foi alertado da importância de aproveitar essa chance de ser abrigado, não sendo fácil se conseguir local para ficar”.

Verificamos que o abrigo foi colocado como uma medida de correção, mas também como uma “chance”, um “prêmio”. Além disso, o adolescente foi repreendido por sua vivência acentuada na rua, o que também foi um dos motivos para seu abrigo. A justificativa expressa no relatório do Poder Judiciário dizia

que o abrigo se faz necessário: “evitando-se danos irreversíveis pela convivência com a rua diária”.

No relatório não estava descrito nenhum tipo de orientação, seja para os irmãos, seja para os responsáveis legais sobre a conduta do adolescente, ou algum tipo de encaminhamento.

Em outros dois casos por problemas de comportamento, foram efetuados abrigamentos para que os adolescentes repensassem sobre suas ações inadequadas. Novamente a medida de proteção foi utilizada como medida de correção e o abrigo “responsabilizado” pelo cumprimento dessa função. O mais grave é que, em muitos casos, as crianças e os adolescentes são afastados e, portanto, culpabilizados, pela situação de violência que ocorre em suas casas onde todos os membros estão envolvidos.

Na decisão de ser encaminhado para uma instituição, de acordo com um relatório do Poder Judiciário, um dos adolescentes foi orientado que seria abrigado: “até que consiga adquirir pelo menos noções de higiene pessoal, obediência a regras e limites, para que futuramente possa conviver no seio de uma família”.

No outro caso, o abrigo deveria ocasionar uma mudança no comportamento do adolescente. Segundo relatório do Poder Judiciário: “acreditamos que seja melhor seu abrigo, visando possibilitar mudanças em seu comportamento, que reflete envolvimento com drogas, inclusive em sua aparência física, além de desvio de conduta, passando para a delinquência”.

Ainda pelo motivo problemas de comportamento, três adolescentes foram abrigadas porque haviam fugido com os namorados. Em um desses casos que foi encaminhado pelo Conselho Tutelar, a solicitação de abrigo foi dada com apenas um atendimento.

Em outra situação descrita como má conduta da adolescente, a ordem de abrigo expedida pelo Poder Judiciário foi determinada com o seguinte parágrafo: “nas poucas respostas que apresentou, pareceu bem dissimulada, atribuindo a culpa aos outros e chorando como se fosse vítima”.

Como a adolescente era culpada e não vítima na situação, seu abrigo foi determinado.

Constatamos, em 03 casos, que o motivo do abrigo não estava expresso no relatório.

No item - Pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoólicos - constatamos que os demais familiares não tinham condições de cuidar das crianças e/ou dos adolescentes, por isso foi solicitado o abrigo.

No item - Pais ou responsáveis detidos (presidiários) - outros familiares não foram encontrados no momento da prisão e, por isso, as crianças e/ou os adolescentes foram abrigados.

Constatamos que os relatórios encaminhados pelos Conselhos Tutelares juntamente com as guias de abrigo são o que possuem menos informações.

Podemos constatar também que a maioria das crianças e dos adolescentes abrigados na Casa Coração de Maria são provenientes de famílias pobres. A pobreza, apesar de não ser o maior condicionante e não explicar sozinha o processo de institucionalização de tantas crianças e adolescentes, agrava os motivos que levam à determinação da medida de proteção.

É extremamente importante fazer esta consideração, já que a violência, o abandono, os maus-tratos, o abuso sexual etc., situações que levam ao abrigo, ocorrem em todas as classes sociais. Entretanto, as famílias com melhores condições sócioeconômicas encontram respostas “no âmbito privado” para resolução dos seus conflitos.

Este item, motivos para o abrigo, demandaria assim como já mencionado, maiores aprofundamentos. Entretanto, as considerações feitas até aqui são importantes porque revelam que as famílias, principalmente as pobres, que são a maioria no atendimento das Varas da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares são, em muitos casos, vistas a partir de um paradigma preconceituoso e punitivo, assim como os adolescentes com problemas de comportamento.

## **2.8 - A rede de proteção integral**

Partimos do pressuposto de que o trabalho em todos os abrigos para crianças e adolescentes não pode ser isolado, solitário e nem total<sup>14</sup>. As demandas apresentadas no cotidiano desses abrigos e a nossa própria legislação<sup>15</sup> determinam que eles estejam presentes na rede, constituindo-se como parte da rede de proteção integral.

A rede de proteção integral é composta tanto pela rede de serviços/ações públicas ligadas às políticas de saúde, de educação, de cultura/esporte/lazer e de assistência social, como pelos recursos da rede “vicinal”, ou seja, serviços/ações que são do âmbito “privado” e que estão presentes na comunidade.

Carvalho e Guará (1995, p.15-25) exemplificam melhor as redes que estão no âmbito do atendimento integral à criança e ao adolescente. As autoras apontam que

---

<sup>14</sup> Conforme Goffman (1974, p.17 e 18) nas instituições totais “... em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição”.

<sup>15</sup> O artigo 92 do ECA, inciso VII: “participação na vida da comunidade local”, coloca o abrigo como parte integrante da comunidade no processo de proteção integral da criança e do adolescente.

- as redes sociais espontâneas: “partem do espaço doméstico, incluindo aí outros atores como grupos de vizinhança, clubes, igrejas etc. [...] Têm como fundamento as relações primárias, face a face, interpessoais e espontâneas. [...] Muitos recursos psicossociais e materiais de apoio aos indivíduos advêm dessas redes primárias de consangüinidade e solidariedade”.
  
- as redes de serviços sociocomunitários: essas redes são extensão das redes sociais espontâneas. “O que as diferencia é o grau de organização [...] para atender demandas mais coletivas e menos difusas no espaço comunitário”. Os serviços dessas redes estão normalmente vinculados à política municipal de assistência social e são responsáveis principalmente por produzir “serviços assistenciais de caráter mutualista para os segmentos pauperizados (serviços ambulatoriais, creches, abrigos, albergues etc.)”.
  
- as redes sociais movimentalistas: “oxigenam todas as demais redes na comunidade/sociedade. [...] Funcionam como rede sociais movimentalistas os movimentos de luta por moradia, por creches, as ações populares por serviços de saúde, o movimento dos sem-terra, que, de um lado, conquistaram a expansão da rede de serviços públicos e, de outro, a inclusão de formas de participação popular na definição de políticas públicas”
  
- as redes privadas: embora essa rede não seja acessível a todos, “a rede privada para atendimento ao público infanto-juvenil oferece serviços mais especializados e de cobertura ampla. Essa rede costuma ser estendida também aos trabalhadores do mercado formal, via convênio, possibilitando assim a uma camada da população de baixa renda o acesso a outras opções de atendimento”.
  
- as redes setoriais públicas: “aquelas de natureza específica e especializada, resultantes das obrigações e dos deveres do Estado com os seus cidadãos”. Essas redes são: rede setorial de educação, rede setorial de saúde, rede de esporte, cultura e lazer e rede de serviços de assistência social.

O pressuposto que embasa a participação efetiva dos abrigos para crianças e adolescentes na rede de proteção integral é o da incompletude institucional. Segundo Baptista (2002, p.07), esse princípio “situa o abrigo como um serviço inserido em uma rede de atendimento (Conselhos Tutelares, a Justiça da Infância e da Juventude e os programas das diversas secretarias incumbidas das políticas públicas sociais do município) que se complementa e a completa, com a qual deve se articular para oferecer a proteção integral preconizada pelo ECA, para as crianças e os adolescentes que acolhe”.

No Abrigo Casa Coração de Maria encontrávamos alguns entraves para termos acesso e trabalharmos com essa rede de proteção integral. Tínhamos dificuldade em trabalhar conjuntamente com o Poder Judiciário e com os Conselhos Tutelares; não encontrávamos profissionais especializados suficientes na rede pública de saúde (psicólogos, psiquiatras, neurologistas etc.); algumas escolas possuíam posturas preconceituosas em relação às crianças e aos adolescentes abrigados; havia ainda a ausência de serviços e políticas para as famílias de origem (processo de reintegração familiar).

Entretanto, como a rede de proteção integral é constituída e (re)construída pela ação de seus diversos atores, é fundamental que os trabalhadores de todos os abrigos para crianças e adolescentes se posicionem nessa rede como sujeitos ativos, ou seja, que atuem com pleno conhecimento do trabalho que realizam, para saírem da posição de subalternidade em que são colocados (e se colocam) e para construirmos ações para a efetivação do processo de proteção integral da criança e do adolescente.

Gulassa (2005, p.02), em seu trabalho no Programa Abrigar<sup>16</sup>, para capacitação de trabalhadores de abrigos para crianças e adolescentes, afirma “que os abrigos são sempre mencionados como ‘o outro’, ‘o terceiro elemento’, ‘aquele lá ... que não consegue desempenhar suas funções adequadamente’, ‘aquele ... que não deveria existir’, ‘aquele que é um mal necessário’. Menciona-se o abrigo como

---

<sup>16</sup> O Programa Abrigar é financiado pelo Instituto Camargo Correa.

se o restante da sociedade não tivesse nada a ver com o que acontece com ele, ou como se este outro não fosse parte de um mesmo todo”.

É dessa posição de subalternidade que os abrigos para crianças e adolescentes precisam sair e é na rede de proteção que isso se efetiva. Para tanto, é essencial que os trabalhadores desses abrigos participem de fóruns de discussão, de processos de capacitação, de articulação e de reflexão com os demais envolvidos para que, conforme Gulassa (op.cit., p.02), com pleno conhecimento “sobre suas funções, sobre suas práticas e sobre si mesmos” se constituam como sujeitos ativos na rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

#### A rede utilizada pelo Abrigo Casa Coração de Maria

No início da execução do trabalho da Organização Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, no Abrigo Casa Coração de Maria, todos os recursos que eram utilizados pela outra organização<sup>17</sup> foram mantidos e procuramos mapear no bairro e nas adjacências outros serviços que foram de fundamental importância para a qualidade do trabalho nesse abrigo.

Na área da educação contamos no bairro Chácara Tatuapé (bairro onde está localizado o abrigo pesquisado), com três escolas estaduais – uma de ensino básico, uma de ensino fundamental, médio e supletivo e uma de ensino médio – e com uma escola municipal - ensino básico, fundamental e supletivo. Nunca tivemos problemas para obtenção de vagas, entretanto o relacionamento com algumas escolas foi muito difícil, por causa do comportamento das crianças e dos adolescentes<sup>18</sup>. Quanto ao serviço de creche, obtíamos vagas com facilidade. Próximo ao abrigo pesquisado existem 03 creches - uma estadual, uma municipal e uma particular. Muitas mães, inclusive optavam por morar próximo ao Abrigo Casa Coração de Maria, para que quando ocorresse o desabrigamento dos filhos, a vaga na creche estivesse garantida. A creche particular mantida pela Congregação Religiosa dos Padres Agostinianos foi a que mais atendeu crianças do abrigo pesquisado. Hoje, uma adolescente que morava no Abrigo Casa Coração de Maria, trabalha como

---

<sup>17</sup> Organização que preferiu não (re)conveniar o serviço em maio de 2000.

<sup>18</sup> Esse aspecto será melhor analisado na Parte 4, item 4.4 dessa pesquisa.

educadora nessa creche. Para a capacitação e qualificação profissional dos adolescentes, utilizamos recursos que não eram próximos ao abrigo pesquisado. Nós fornecíamos o passe de ônibus ou de metrô aos adolescentes para que eles pudessem participar dos cursos. A não proximidade ao referido abrigo proporcionava aos adolescentes a oportunidade de conhecerem melhor a cidade, locomoverem-se com mais autonomia e assumirem uma responsabilidade maior pelas suas vidas. A Universidade São Judas Tadeu, que fica no bairro vizinho ao do abrigo pesquisado, também oferecia serviços na área da educação como aulas de redação, gramática, literatura e informática. As crianças e os adolescentes freqüentavam duas bibliotecas públicas do bairro Chácara Tatuapé, para trabalhos de escola, de pesquisa e para participarem das atividades promovidas no local. Como voluntárias, uma professora de inglês e uma de português davam aulas para as crianças e os adolescentes no Abrigo Casa Coração de Maria.

Na área da saúde, o abrigo pesquisado contou principalmente com os atendimentos realizados pela Clínica Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – Avape. Esta clínica oferece serviços na área da psicologia, da psiquiatria, do serviço social, da neurologia, da terapia ocupacional, da fonoaudiologia, da fisioterapia e de oficinas pedagógicas. Apesar de a Clínica Avape ter como missão atender crianças, adolescentes e adultos com algum tipo de necessidade especial, os profissionais atendiam as crianças, os adolescentes e algumas mães em espaços separados, dentro da especificidade de cada caso. Algumas sessões de terapia eram realizadas em grupo para uma maior integração entre as pessoas e para diminuir os mitos e os preconceitos em relação às pessoas com necessidades especiais. Próximo ao Abrigo Casa Coração de Maria existem dois hospitais de referência, um na Avenida Celso Garcia, Hospital Municipal do Tatuapé e, outro, no bairro da Mooca, Hospital Infantil Cândido Fontoura. O Hospital Infantil Cândido Fontoura realiza atendimento ambulatorial em várias especialidades e era nele que uma criança portadora do vírus HIV era atendida. Contamos também, na Avenida Celso Garcia, com um posto de saúde chamado Centro de Saúde Integrado Belenzinho Marcus Wolosker. Nesse posto eram atualizadas as carteirinhas de vacinação, realizados exames laboratoriais e consultas médicas. Esse serviço era o primeiro encaminhamento realizado à criança e ao adolescente, para identificação de algum problema de saúde. No decorrer dos anos, esse posto

passou a ser a referência para o acompanhamento da saúde das crianças e dos adolescentes do Abrigo Casa Coração de Maria. Quando eram necessários exames mais detalhados e específicos, utilizávamos serviços que não eram próximos ao abrigo pesquisado, como o Posto de Atendimento Médico Maria Zélia, o Hospital Santa Marcelina e o Hospital São Paulo. Alguns profissionais da área da saúde - um médico, vários dentistas e uma nutricionista - realizavam atendimentos gratuitos em seus consultórios para as crianças e os adolescentes do Abrigo Casa Coração de Maria. Assim, todos os abrigados foram atendidos por dentistas voluntários. Uma dentista voluntária ia ao Abrigo Casa Coração de Maria para orientar a todos na escovação dos dentes e no processo de saúde bucal. Uma mãe que foi encaminhada por esse abrigo para uma clínica para o tratamento de sua dependência química, passou por todo um tratamento dentário com esses dentistas voluntários antes de ser internada.

Na área do esporte, da cultura e do lazer tínhamos próximo ao Abrigo Casa Coração de Maria dois clubes poli-esportivos. Um clube está localizado no bairro do Carrão e outro no bairro da Mooca. No Clube do Carrão, as crianças e os adolescentes do abrigo pesquisado realizavam aulas de natação, de ginástica olímpica e utilizavam a piscina nos finais de semana. No clube da Mooca, utilizavam a piscina e participavam das atividades oferecidas, como recreio nas férias, jogos entre escolas e campeonatos. Uma das características das crianças e dos adolescentes do Abrigo Casa Coração de Maria era adorarem teatro. Como não tínhamos próximo a ele e nem nas suas adjacências com esse serviço, íamos nos diversos teatros espalhados pela cidade. O Governo do Estado de São Paulo realizava algumas promoções para compra de ingressos para peças de teatro e no dia marcado para essa compra estávamos sempre na fila para garantirmos a presença das crianças e dos adolescentes nos espetáculos. Eles adoravam interagir com os atores e acabavam participando de todos os movimentos da peça. Esse gosto pelo teatro também era motivado por uma adolescente que realizava aulas de balé em uma Companhia de Dança – Ballet Stagium. Essa Companhia motivava em seus alunos o interesse pela cultura, pelo teatro, pela leitura, pelas músicas populares brasileiras e, por essa adolescente ter uma liderança no abrigo pesquisado, acabava contagiando a todos com sua motivação. Outra conquista do Abrigo Casa Coração de Maria foi ter acesso gratuito a duas academias de

ginástica. Na Academia Multi Center, no próprio bairro do abrigo mencionado, as crianças e os adolescentes participavam de aulas de capoeira, de karatê e algumas adolescentes realizavam aulas de musculação, orientadas pelo professor da academia. Junto aos outros alunos e professores da academia, as crianças e os adolescentes do Abrigo Casa Coração de Maria apresentavam “performances” em vários lugares da cidade. Era um dia em que ninguém tinha preguiça para acordar, pois todos adoravam essa atividade. Havia uma voluntária que incentivava e acompanhava essas ações. A outra academia, Academia Fator 104, ficava no bairro da Penha e também oferecia aulas de capoeira e musculação. A Igreja São Carlos Borromeu, administrada pelos padres agostinianos, também colaborava com o Abrigo Casa Coração de Maria. Uma chácara com piscina, churrasqueira e quadras poli-esportivas era emprestada uma vez por mês para o abrigo mencionado. Esse era um dos lugares em que levávamos também os familiares. Nesse dia do mês, as crianças e os adolescentes praticamente não dormiam, pois além da expectativa do passeio, havia a expectativa da presença da mãe, do pai e/ou de algum familiar. Era importante para eles verem seus familiares bem e participando das atividades. Tanto que, quando uma mãe se atrasou uma criança ficou tão desesperada, que tivemos que ir atrás da mãe dela. Após trinta minutos a mãe chegou se desculpendo, porque o seu ônibus havia atrasado. Os voluntários da Igreja São Carlos Borromeu realizavam festas de Natal, de aniversário, de dia das crianças e entregavam presentes. Além disso, colaboravam com roupas, materiais de higiene, de limpeza, de ação pedagógica e de escritório. A Universidade São Judas Tadeu, por intermédio de seus alunos e de seus professores, oferecia gratuitamente aulas de natação e atividades físicas para as crianças e os adolescentes do Abrigo Casa Coração de Maria. Durante dois anos mantivemos parceria com o Projeto Morungaba que oferecia aulas de dança e expressão corporal para as crianças e para os adolescentes.

O trabalho do Abrigo Casa Coração de Maria era supervisionado pela Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca. No início das nossas ações, algumas técnicas o visitavam semanalmente. No decorrer do processo, as visitas passaram a ocorrer quinzenalmente ou mensalmente. No começo a relação com as supervisoras não era boa, mas com o tempo a parceria foi extremamente importante. Todos os serviços, programas, projetos e benefícios na área da assistência social

eram logo informados e articulados com o abrigo pesquisado, principalmente para o trabalho de reintegração familiar. Os benefícios de renda mínima e bolsa aluguel foram utilizados para vários desabrigoamentos. Para uma adolescente retornar para sua cidade de origem, foi fornecida pela supervisão uma passagem aérea. Quando tínhamos dificuldades em algum caso, as funcionárias estavam disponíveis para discutir, procurar encaminhamentos e nos auxiliar. A atuação da supervisão foi de fundamental importância para a qualidade desse trabalho.

Na área de proteção social, relacionávamos-nos com as Varas da Infância e Juventude dos Fóruns Dr. João Mendes Júnior, Tatuapé, Penha, Itaquera e Santo Amaro. Tínhamos relação também com os Conselhos Tutelares da Mooca e Vila Prudente. Procurávamos ter uma atuação também no Fórum Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Fórum de Abrigos, nos processos de capacitação e na Pastoral do Menor.

A organização Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto tinha parceria com a Companhia de Engenharia e Tráfego - CET e com o Banco Caixa Econômica Federal. Com base nesta parceria, dois adolescentes realizaram estágio remunerado nesses locais. Por meio de um contato do Abrigo Casa Coração de Maria, uma adolescente trabalhou no Banco do Brasil como estagiária.

Vários parceiros também foram importantes no trabalho do abrigo pesquisado. Tínhamos relacionamento com os donos da farmácia, da papelaria, da videolocadora, do mercado e, todas as vezes que precisávamos de algo, eles estavam sempre prontos para auxiliar, assim como nós a eles.

É importante esclarecer que, como os adolescentes participavam intensamente das atividades na comunidade, muitos recursos utilizados pelo Abrigo Casa Coração de Maria foram obtidos por eles.

## PARTE 3 – TECENDO A METODOLOGIA DA PESQUISA

### 3.1 – O universo pesquisado e a operacionalização da pesquisa

Para o conhecimento e análise crítica do cotidiano do Abrigo Casa Coração de Maria utilizamos várias técnicas de pesquisa. A técnica de pesquisa bibliográfica foi utilizada para destrinchar a história da institucionalização das crianças e dos adolescentes no Brasil e para levantar todo o aporte teórico-metodológico que seria utilizado na coleta de dados e em sua análise.

A técnica de análise documental foi utilizada para pesquisarmos todos os prontuários das crianças e dos adolescentes que foram ou que estão acolhidos no Abrigo Casa Coração de Maria, especificamente, as guias com a ordem de abrigamento e os relatórios que acompanham essas guias, emitidos pelas Varas da Infância e Juventude e pelos Conselhos Tutelares. Esses documentos compõem os autos processuais<sup>19</sup> das crianças e dos adolescentes desse abrigo e neles estão presentes os olhares da equipe do Judiciário - assistente social, psicólogo, advogado<sup>20</sup>, promotor e juiz - pessoas envolvidas na história vivida naquele momento pelas crianças, pelos adolescentes e por suas famílias e, no caso dos encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar, o olhar dos conselheiros tutelares, que são pessoas eleitas pela comunidade para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos pelo ECA<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Cada criança e adolescente abrigado possui um processo na Vara da Infância e Juventude. Nesse processo constam todas as informações/ações realizadas pelos diversos atores que estão envolvidos no acompanhamento da medida de proteção abrigo.

<sup>20</sup> Conforme Fávero (2001, p.16) “Na Justiça da infância e juventude o advogado se faz necessário quando há contraditório, o que não ocorre quando a mãe e/ou pai desejam e concordam em abrir mão do pátrio poder”.

<sup>21</sup> As atribuições dos Conselheiros Tutelares estão dispostas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Apesar desses relatórios não contemplarem na sua totalidade a história da criança e do adolescente e da situação vivenciada por eles, já que geralmente são os relatos/pareceres do último atendimento realizado<sup>22</sup> ou uma síntese de todos os encaminhamentos, eles foram extremamente importantes na pesquisa. Com eles apreendemos como em um primeiro momento, o coordenador do referido abrigo ou o técnico responsável acessam subsídios que lhes permitem perceber ou não em qual propositura a medida de abrigamento foi determinada.

Naturalmente, essas guias e esses relatórios nem sempre revelam as histórias com a riqueza proposta por Fávero (2001, p.17),

... aspectos relacionados à visão de mundo dos personagens dessas práticas, na qual se incluem a visão de justiça, a metodologia de intervenção, as relações entre os profissionais, crianças e famílias, as origens destas famílias, suas formas de união e trajetória, as relações conflitivas ou não entre seus membros (criança/adulto, casal), as relações entre vizinhança/comunidade, suas situações em relação ao trabalho e moradia, enfim, suas condições de vida – ou de sobrevivência.

Enfim, eles expressam várias falas, vários olhares, muitas vezes partindo de referenciais extremamente diferentes, como já mencionado, de visão de mundo, de relações e de afetos, culminando em ações que vão “marcar” a vida de muitas crianças, adolescentes e familiares de uma forma que pode ou não garantir direitos.

Como essa pesquisa não se destina a uma análise mais crítica sobre os relatórios do Poder Judiciário e do Conselho Tutelar, as reflexões foram sucintas e utilizadas para delimitar o universo a ser pesquisado.

Várias fotografias e desenhos também foram utilizados para analisar as relações que permeiam o cotidiano do Abrigo Casa Coração de Maria.

---

<sup>22</sup> Entretanto, conforme Parte 2, item 2.7, em muitos casos o encaminhamento para o abrigo é realizado com apenas um atendimento.

Como a pessoa que realiza essa pesquisa não está mais trabalhando no Abrigo Casa Coração de Maria, ela procurou pelo menos uma vez por semana (sábado ou domingo), além de visitar as crianças, os adolescentes e os funcionários, observar a dinâmica desse abrigo em foco. Essa observação também é uma técnica utilizada para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. É importante ressaltar que, pelo fato de a pesquisadora não estar mais trabalhando no Abrigo Casa Coração de Maria, foi possível um maior distanciamento na reflexão sobre as relações/ações do cotidiano e sobre a sua prática profissional.

Chizzotti (1991, p.90) aponta a seguir as características e os cuidados necessários para a realização da técnica de pesquisa observação direta:

A observação direta ou participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural. O observador participa em interação constante em todas as situações, espontâneas e formais, acompanhando as ações cotidianas e habituais, as circunstâncias e sentido dessas ações, e interrogando sobre as razões e significados dos seus atos. Essa observação exige, porém, cuidados e um registro adequado para garantir a fiabilidade e pertinência dos dados e para eliminar impressões meramente emotivas, deformações subjetivas e interpretações fluidas, sem dados comprobatórios.

Para a coleta em fontes primárias, utilizamos as técnicas de: entrevista semi-estruturada e de grupo focal.

#### Entrevistas semi-estruturadas

A técnica de entrevista semi-estruturada fornece dados objetivos e subjetivos referentes a comportamentos, crenças, idéias, opiniões, maneiras de sentir e de pensar e suas razões conscientes e inconscientes. A entrevista, quando utilizada de uma forma menos estrutural (ou semi-aberta), oferece mais liberdade para captar conteúdos do pensamento que serão posteriormente analisados. Essa técnica foi utilizada para entrevistar um pai e uma mãe. Para a escolha desses sujeitos, utilizamos como critério que o abrigamento dos(as) seus(as) filhos(as) tivesse se dado há mais de um ano. Esse critério foi escolhido para apreender se as ações

presentes no cotidiano do abrigo pesquisado estão direcionadas para o processo de recomposição e preservação dos vínculos familiares e quais são as dificuldades para o retorno da criança e/ou do adolescente ao seu lar.

Como no Abrigo Casa Coração de Maria, no momento em que fizemos a pesquisa, havia apenas um pai que visitava freqüentemente os filhos e que era uma referência forte para eles, o escolhemos para participar desta pesquisa. Convidamos também uma mãe que atualmente tem dois filhos abrigados e que estão no abrigo pesquisado há 03 anos.

A entrevista foi realizada no dia da visita da mãe e do pai aos filhos, já que era o único dia disponível para eles, porque trabalhavam a semana toda. Utilizamos uma sala no próprio abrigo pesquisado, chamada sala de artes, por ser o local mais adequado, silencioso e aconchegante, para que a mãe e o pai se sentissem à vontade para que a entrevista e a gravação ocorressem sem problemas.

Combinamos a entrevista com uma semana de antecedência e tanto o pai como a mãe chegaram no horário marcado<sup>23</sup>. Apenas uma interrupção aconteceu na entrevista do pai, quando o seu filho quis mostrar-lhe um trabalho da escola.

A mãe escolhida foi a Sra. C.L.S, 46 anos, que tinha naquele momento 02 filhos abrigados; e o Sr. L.S.R, 34 anos, também com 02 filhos abrigados. Utilizamos dois nomes fictícios na transcrição da pesquisa, para mãe, o de Cilene, e para o pai, o de Silmar.

Cilene é a filha mais velha de um grupo de 09 irmãos. Tem irmãos por toda a cidade, mas não se dá bem com nenhum deles. Seu pai é falecido há 24 anos e sua mãe não se casou novamente. Sua mãe está doente recebendo auxílio do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Cilene mora na periferia da Zona Leste e paga seu aluguel com o benefício bolsa-aluguel da Secretaria da Habitação do Município

---

<sup>23</sup> A entrevista com o pai ocorreu em 15 de outubro de 2005 e a com a mãe em 22 de outubro de 2005, uma semana depois.

de São Paulo. Cilene já mudou 53 vezes de moradia, justificando que os vizinhos não gostam da confusão causada pelo seu marido e por seus filhos. Teve 12 filhos com o mesmo companheiro. Três morreram antes de completar um ano. O seu segundo filho foi criado pela avó paterna e os demais foram criados por ela, até sua quarta filha ir à delegacia fazer uma denúncia contra seu pai por espancamento. Após esse episódio, três dos seus filhos foram para um abrigo da Febem e depois foram acolhidos por famílias substitutas. A experiência não deu certo e suas filhas foram para um outro abrigo<sup>24</sup>. Uma dessas filhas após um tempo no abrigo fugiu e atualmente vive nas ruas. Das que ficaram no abrigo pesquisado uma já se casou e a outra mora com Cilene. Mais três filhos de Cilene foram abrigados no Abrigo Casa Coração de Maria, pois conforme seu relato, na sua entrevista “seu marido continuava com a prática de maus-tratos”. Atualmente, tem dois filhos no abrigo pesquisado e um está morando novamente com ela. Hoje, Cilene voltou a estudar, está na mesma série que uma de suas filhas, pois parara de estudar na 4ª série. Trabalha em “casa de família” algumas vezes por semana, lavando roupas. Seu marido ajuda com as despesas da casa e com o seu dinheiro compra presentes para os filhos. Para Cilene, seus filhos estão em um “colégio interno”.

Silmar nasceu no Paraná, mas desde os 14 anos está “andando pelo mundo”. Tem 03 irmãos e 01 irmã, que ainda moram no Paraná. Sua mãe morreu com 23 anos. Ficou por três meses na cama, após um derrame e depois morreu. Silmar é pedreiro. Começou a trabalhar com o pai na roça aos 08 anos. Depois dessa experiência, desempenhou várias atividades, até que, com 14 anos, começou a trabalhar de auxiliar de pedreiro em uma empresa que recrutava pessoas em sua cidade para trabalharem em outras. Começou como auxiliar de pedreiro até aprender bem o ofício e se tornar um pedreiro. Silmar conheceu sua esposa em 1997 e logo foram morar juntos. Dessa união nasceram 03 filhos: Gustavo, Pedro e Janaína<sup>25</sup>. Após seis meses do nascimento de Gustavo, sua mulher começou a ter umas crises. Conforme relato de Silmar na sua entrevista: “Aí começaram esses problemas. Esse ataque de nervos dela. Fui perdendo as coisas aos poucos [...] aí precisei pedir ajuda”. A sua esposa, após esse problema, não conseguia mais cuidar dos filhos. Foi nesse momento que Silmar solicitou auxílio ao Fórum para abrigar

---

<sup>24</sup> Este é hoje o Abrigo Casa Coração de Maria, mas na época era dirigido por outra organização.

<sup>25</sup> Nomes fictícios.

Gustavo e Pedro, até que ela se “curasse”. Sua filha Janaína hoje mora com um parente na Bahia. Com a situação de saúde da sua esposa, a guarda da sua filha foi passada para esse parente. Entretanto, Silmar acha que será muito difícil retornar a viver com sua filha, pois conforme dados de sua entrevista: “Estou achando que vai ter problema para pegar a menina porque faz mais de 2 anos que ela está lá”. Hoje Silmar mora em uma pensão e trabalha em um ferro velho. Pretende arrumar um serviço melhor, até para mudar para uma moradia com qualidade. Silmar relata em sua entrevista que pretende “arrumar um serviço melhor, porque o serviço que eu estou agora não é um serviço, é só para a gente não poder falar que está parado, mas está difícil de arrumar. Com pouco estudo fica ruim”. Silmar estudou até a 4ª série.

### Grupo focal

A técnica de grupo focal foi utilizada para “entrevistar” os adolescentes e os educadores do Abrigo Casa Coração de Maria.

Essa técnica foi usada, uma vez que o grupo focal tem como uma de suas maiores riquezas a base da tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Cotrim (1996, p.285) nos explica que:

O grupo focal é um método de pesquisa qualitativa que pode ser utilizado no entendimento de como se formam as diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviços. O grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e resposta dos participantes. Diferentemente, a essência do grupo focal consiste justamente em se apoiar na interação entre seus participantes para colher dados, a partir de tópicos que são fornecidos pelo pesquisador.

### Grupo focal com os adolescentes

O critério de escolha dos adolescentes, definido no projeto de pesquisa, era: seis adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos que estivessem abrigados há mais de um ano. Esses adolescentes passaram por mudanças significativas ocorridas no Abrigo Casa Coração de Maria, desde a saída e a entrada de novos funcionários; a

saída e entrada de novas crianças e adolescentes; as reformas na casa; a obtenção de novos recursos na comunidade; o amadurecimento da proposta de serviço; os namoros; os cursos profissionalizantes etc.;

Entretanto, no momento em que realizamos o grupo focal (01 ano após a pesquisadora sair do Abrigo – mês de outubro/2005), o abrigo pesquisado não contava mais com esse número de adolescentes. Portanto, escolhemos duas adolescentes que moravam no mencionado abrigo e mais quatro adolescentes que já haviam saído da instituição e moravam com seus familiares, todos com 18 anos. Esses adolescentes não estão mais no Abrigo Casa Coração de Maria, mas atendem ao critério estabelecido neste projeto de pesquisa: tempo de abrigamento maior do que um ano, e o melhor, esses jovens trazem o relato de como é a vida após o abrigo. Esse relato é extremamente importante, pois é um retorno, uma avaliação do trabalho realizado no abrigo pesquisado.

Combinamos o encontro, também com uma semana de antecedência, e dois adolescentes que não moravam mais no Abrigo, não compareceram. A sessão durou duas horas, mas duraria mais tempo, pois as adolescentes estavam com muita vontade de falar. O local para a realização do grupo foi uma sala que era utilizada por uma psicóloga que atendia a algumas crianças e adolescentes do abrigo pesquisado. Essa sala não fica no Abrigo, mas sim em uma casa próxima que é da entidade. Optamos por utilizar essa sala, assim seria mais tranquilo e não haveria muitas interferências. Utilizamos um gravador para ficar mais livre para ouvir o que as adolescentes tinham a dizer.

Para o desenvolvimento do grupo focal construímos uma história<sup>26</sup>. Ela é uma mistura de várias histórias vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes que passaram ou que estão no Abrigo Casa Coração de Maria.

---

<sup>26</sup> A história está em anexo.

O texto teve a repercussão desejada, já que, identificando-se com ele, as adolescentes começaram uma discussão. Essa discussão os remeteu às suas próprias histórias, às histórias dos outros adolescentes e, nessa interação, discutiram sobre vários assuntos.

Cada adolescente pegava o gravador e agia como se estivesse desabafando, falando algo que nunca tiveram a oportunidade de expressar. E isso nos emocionou bastante. Percebemos que muitas coisas que eles falavam nós até já sabíamos, mas não havíamos escutado como estávamos escutando naquele momento.

As adolescentes que participaram do grupo focal foram: A.R.S, 12 anos; C.B.S, 13 anos; V.L.S, 18 anos e P.L.S, 18 anos. Os nomes fictícios utilizados na pesquisa serão respectivamente: Adriana, Alessandra, Jéssica e Flávia.

Adriana, 12 anos, é filha adotiva. Tem um irmão adotivo que é autista e que atualmente mora com a sua mãe adotiva. Foi deixada pela mãe biológica com 03 meses. Sua mãe biológica a deixou com uma amiga alegando que precisava ir à Bahia resolver alguns problemas. Nunca mais voltou e Adriana foi para adoção. Adriana fugiu 23 vezes de casa, porque sentia ciúmes do seu irmão adotivo. Ela acha que sua mãe adotiva não gosta dela, ainda mais que sempre quis conhecer sua mãe biológica. Após várias brigas com a mãe, com a avó e com o irmão (adotivos) Adriana foi abrigada. Foi abrigada várias vezes, mas sempre por pouco tempo. Entretanto, após o suicídio da sua avó adotiva, está por mais tempo abrigada. A sua avó se suicidou, porque não agüentava tantas brigas em sua casa. Adriana tentou socorrer a sua avó, mas não teve jeito. Sua mãe, a culpa, e Adriana não sabe lidar com essa culpa. Adriana está na sexta série. Faz diversos cursos e ajuda nas atividades cotidianas do Abrigo Casa Coração de Maria.

Alessandra, 13 anos, 04 irmãos, 03 de pais diferentes. Dois de seus irmãos moram com ela no Abrigo Casa Coração de Maria – um de 16 anos e outro de 11 anos -, uma outra irmã mora com o pai – 05 anos - e de um outro irmão, ela não

sabe qual o paradeiro. Seus dois irmãos (16 e 11 anos) foram para o Abrigo Casa Coração de Maria por causa de denúncia de maus-tratos. Adriana e sua irmã ficaram com a sua mãe. Após denúncias dos vizinhos, também por maus-tratos, ela e sua irmã foram acolhidas em um abrigo na Zona Sul da cidade de São Paulo. Quando duas crianças foram desabrigadas do Abrigo Casa Coração de Maria, Alessandra foi residir com os seus irmãos. O pai da irmã de Alessandra conseguiu da filha e a levou para casa dele. O pai de sua irmã não tinha condições de ficar também com Alessandra. Alessandra está na 7ª série. Faz aulas de inglês, informática, atividades físicas; adora ajudar na cozinha e o seu maior prazer é dormir até o meio-dia.

Jéssica, 18 anos, 08 irmãos, atualmente mora com a sua mãe. Por causa dos problemas ocorridos em sua família, morou em várias famílias substitutas, em outros abrigos até ser acolhida no Abrigo Casa Coração de Maria<sup>27</sup>, com mais duas irmãs. Uma dessas irmãs após um tempo fugiu do referido abrigo e hoje mora nas ruas. Após dois anos abrigada, mais três de seus irmãos foram acolhidos juntamente com ela no Abrigo Casa Coração de Maria. Jéssica sempre gostou muito de dança e de ginástica. Quando estava no mencionado abrigo, após realizar um curso de dança no SESC Belenzinho, foi escolhida para fazer parte de um projeto social de uma Companhia de Dança. Hoje, Jéssica está estudando para ser bailarina profissional. Dá aulas de dança na Companhia e já terminou o ensino médio. Prestou vestibular para o curso de nutrição, passou, mas não tem recursos financeiros para arcar com as mensalidades. Quanto à sua família, diz que não tem vínculo com os seus pais. Nunca sentiu falta deles e não os considera como pais. Jéssica acredita que se uma pessoa é legal, sincera, lhe dá conselho, lhe dá bronca, já pode ser considerada como parte de sua família. Não gosta de morar com a sua mãe. Diz que quando tiver oportunidade irá morar sozinha. Não está namorando, apenas ficando, mas com um cara com quem “não rola uma química”.

---

<sup>27</sup> No momento do acolhimento de Jéssica o abrigo pesquisado era administrado por outra organização social.

Flávia, 19 anos, é irmã de Jéssica. Após realizar uma denúncia contra o seu pai na Delegacia de Polícia por espancamento, ela, Jéssica e mais uma irmã foram para um abrigo da Febem. Após um tempo, Flávia saiu deste abrigo e foi morar com uma família substituta. Como a experiência não deu certo, Flávia foi acolhida no Abrigo Casa Coração de Maria. Depois de dois anos morando no neste abrigo, seus outros 03 irmãos foram acolhidos juntamente com ela e com a sua irmã. A partir daí Flávia e sua irmã começaram a receber visitas da família. Flávia em sua fala diz que era uma adolescente revoltada. Tinha muita revolta pela situação em que se encontrava e preferia se isolar. Sentia muita revolta em relação aos meninos do Abrigo e era muito fechada. Flávia adorava ajudar nas tarefas do Abrigo Casa Coração de Maria para fugir de sua realidade. Ela estudava, ajudava as educadoras, ajudava todo mundo para esquecer um pouco dos seus problemas. Quando estava cursando o ensino médio, Flávia realizou um curso profissionalizante. Após o término do curso, foi fazer estágio em um banco. Depois de dois anos de estágio foi trabalhar em uma creche como educadora. Hoje, Flávia está casada, tem um filho e está no segundo ano da Faculdade de Pedagogia.

#### Grupo focal com os educadores

Com os educadores utilizamos a mesma técnica e a mesma história utilizada com os adolescentes. O critério estabelecido no projeto de pesquisa era:

- seis educadores que trabalham no Abrigo Casa Coração de Maria desde o início da execução do serviço por esta entidade (ano 2000). Esses educadores passaram por todas as mudanças ocorridas no mencionado abrigo, desde a saída e a entrada de novos funcionários; a saída e entrada de novas crianças e adolescentes; as reformas na casa; a obtenção de novos recursos na comunidade; o amadurecimento da proposta do serviço; os cursos de formação, o trabalho junto às famílias etc.

- desses seis educadores, seriam escolhidos três que trabalhassem durante o dia (por participarem mais ativamente da rotina das crianças e dos adolescentes, possuírem maior contato com os psicólogos, professores, educadores, desenvolverem atividades etc.) e três que trabalham durante a noite (esse período propicia um contato maior, no sentido de ouvir os desejos, as necessidades, as tristezas, as alegrias, e as confidências das crianças e dos adolescentes).

Da mesma forma que ocorreu com os adolescentes, muitos educadores que atendiam aos critérios acima mencionados haviam saído do abrigo pesquisado. Portanto, escolhemos três educadores que não trabalham mais no Abrigo Casa Coração de Maria, mas atendiam aos critérios (inclusive já haviam trabalhado nos dois turnos) e dois educadores que ainda trabalhavam nesse abrigo<sup>28</sup>.

Marcamos o encontro com as educadoras na mesma sala em que havíamos realizado o grupo focal com as adolescentes. No horário marcado estavam presentes 04 educadoras, mas uma delas que ainda trabalha no Abrigo Casa Coração de Maria não compareceu.

A mesma história utilizada com as adolescentes foi empregada nesse encontro com as educadoras. A história também mobilizou muito as educadoras. Uma educadora inclusive chorou em uma parte da história. No mesmo esquema do grupo com os adolescentes, as educadoras seguravam o gravador e iam falando sobre aquilo que a história que construímos para esse encontro, havia despertado nelas. Duas do grupo discordavam várias vezes sobre os seus pontos de vista, o que enriqueceu ainda mais a discussão sobre a história. O grupo também durou duas horas, mas poderia ser mais, pois as educadoras tinham muita vontade de falar.

---

<sup>28</sup> Cabe ressaltar que durante todo o período em que a pesquisadora trabalhou no Abrigo Casa Coração de Maria, apenas 02 educadores homens trabalharam ali. Sempre foi muito difícil contratar educador homem, mesmo divulgando a vaga por vários meios. No momento da realização do grupo focal nenhum educador homem trabalhava na casa.

### **3.2 - Análise dos dados**

Após a transcrição das fitas com as falas de todos os sujeitos, procuramos realizar leituras sucessivas do material, buscando destacar os pontos ligados à categoria central de análise desta pesquisa, o cotidiano. Utilizamos como aporte teórico as contribuições de Agnes Heller, que aponta além de questões sobre o cotidiano, os aspectos particular e genérico de cada ser. Procuramos também analisar os dados juntamente com uma análise de conjuntura. É impossível analisar as falas recortadas de aspectos conjunturais presentes na nossa sociedade.

A análise dos dados procurou não se restringir apenas ao que estava explícito no material, procuramos ir mais fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente “silenciados”.

## PARTE 4 – ANALISANDO O COTIDIANO DO ABRIGO CASA CORAÇÃO DE MARIA

### 4.1. A categoria cotidiano a partir das reflexões de Agnes Heller

A categoria central de análise da pesquisa é o cotidiano. Para uma reflexão crítica do objeto a ser estudado utilizamos como aporte teórico, principalmente, as reflexões de Agnes Heller.

Agnes Heller (2004, p.17) em seu livro *O cotidiano e a História* destaca: “A vida cotidiana é a vida de *todo* o homem”. Independentemente das funções exercidas, do lugar ocupado na divisão social do trabalho, todos vivem a cotidianidade. Ninguém tem como escapar do dia-a-dia.

Nesse sentido, nessa sua obra (p.17) Heller enfatiza que

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologias.

Entretanto, essas capacidades não se realizam em toda sua intensidade, pois o homem não tem tempo e nem possibilidades de exercê-las.

A vida cotidiana se coloca de modo heterogêneo para cada um. Cada sujeito dá um significado e um valor para as diversas atividades que realiza, portanto as pessoas vivenciam o cotidiano de formas diferentes.

Heller embasa sua argumentação no fato de que cada indivíduo é um ser simultaneamente particular e genérico. Particular porque ele delimita e exerce suas prioridades frente às necessidades que são, ao mesmo tempo, dele próprio e dele

como ser. Ele é um ser genérico porque é produto e expressão das relações sociais, do gênero humano. Heller (op.cit., p.20) enfatiza que “Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade”.

O homem como um ser único e irrepetível converte-se num complexo cada vez mais complexo frente à realidade social vivida e às capacidades individuais adquiridas para lidar com as coisas.

Todos nós nascemos inseridos em uma cotidianidade. O homem, no decorrer do seu amadurecimento, vai adquirindo todas as habilidades imprescindíveis para viver a vida cotidiana da sociedade. Por isso Heller (op.cit., p.18) ressalta que “É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade”.

Essa assimilação “amadurecimento” para a vida cotidiana se estabelece primeiramente nas relações que mantemos com a família, com a escola, com a comunidade ao redor. Posteriormente, essas instituições fazem a mediação do indivíduo com o mundo, e, conforme Heller (op.cit., p.19), “com as normas e a ética de outras integrações maiores”, para que ele possa manter-se autonomamente, vivenciando situações que saem da dimensão do grupo humano comunitário, movendo-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, movendo por vezes esse ambiente.

Mesmo diante da complexidade que envolve a vida cotidiana, para muitos ela é vista apenas como um espaço de repetição e de alienação, sem vida. É como se as ações realizadas no dia-a-dia não tivessem nenhuma importância, como se tudo passasse despercebido e não tivesse nenhum valor. No abrigo, o educador com esses sentimentos, passa também a desenvolver uma rotina, que tem apenas como objetivo cumprir horários. Não há espaço para a criatividade, para outras atividades que sejam mais prazerosas para as crianças e para os adolescentes.

Lefebvre (1991, contra capa) nos traz uma indagação: “A monotonia da vida cotidiana sempre oprimiu a humanidade, pesando sobre ela como um rochedo. A rotina do dia-a-dia é em geral considerada desimportante, mas até que ponto esse cotidiano tão desprezado e desprezível não influi nas grandes decisões que modificam a História – ou não constitui, ele mesmo, a História?”

Refletimos sobre essas considerações de Heller (2004, p.20) acerca do cotidiano e sua relação com a História, sobretudo quando afirma: “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico ...”. Ou seja, os grandes feitos realizados na história humana partem do cotidiano e retornam a ele, modificando muitas vezes os elementos dessa cotidianidade.

Apesar de a vida cotidiana ser a que mais se presta à alienação, ela não é de nenhum modo necessariamente alienada. Heller (op.cit., p.38) enfatiza que “Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção”.

Heller (1982, p.11) destaca em seu livro *La revolución de la vida cotidiana* que não devemos buscar a essência da alienação da vida cotidiana no pensamento e nas formas de atividades da vida diária, mas sim em como o indivíduo se relaciona com essas atividades.

Agora, como já mencionado, para o homem não é possível problematizar e nem colocar em questão todas as atividades a serem realizadas, assim, no âmbito da vida cotidiana o homem utiliza categorias gerais e de impulsos para a tomada de decisões. Mas Heller, para problematizar a alienação da vida cotidiana, enfatiza a heterogeneidade da vida cotidiana por outro prisma: a partir da particularidade e da individualidade. Essas categorias expressam formas de vida alienadas ou não.

Em uma análise entre o indivíduo particular e o indivíduo na sua integridade, Heller (op.cit., p.12) situa que “O objetivo do indivíduo particular é a autoconservação; o indivíduo se identifica de maneira espontânea com o sistema de hábitos e exigências que permitem sua autoconservação, que fazem de sua vida algo mais cômodo e sem possíveis conflitos”.

Heller (op.cit., p.12) utilizando-se também das reflexões de Marx enfatiza que “o trabalho alienado inverte a relação de tal modo que o homem, precisamente por ser um ser consciente, faz de sua atividade vital, de sua essência um meio para sua existência”.

Já o indivíduo em sua integridade toma a sua vida como objeto. Apropria-se dela de um modo consciente, pois assume-se conscientemente como membro de uma espécie. Heller enfatiza que o fato de assumir-se conscientemente não é uma simples expressão de insatisfação com a vida, com o destino, mas uma interação entre o indivíduo e o seu mundo. Uma interação que produz uma auto-consciência, que é a consciência de si, mediada pela consciência da espécie.

Assim, só o indivíduo em sua integridade tem a possibilidade de conduzir sua vida. Conduzir a vida não significa que as categorias básicas da vida cotidiana não existam, só que elas recebem um significado diferente. Se o homem particular vive sua vida espontaneamente, o indivíduo dirige sua vida a partir de uma concepção de mundo, uma ideologia que vai direcionando as ações de sua vida. Para Heller (op.cit., p.16), a concepção de mundo:

... não é simplesmente ideologia, é além disso, é uma ideologia individual; é a imagem de mundo – construída, em último caso, com a ajuda de conceitos filosóficos, éticos – [...] E nessa medida – e somente nessa medida – assume a vida cotidiana do indivíduo um caráter filosófico [...] o indivíduo é guiado pela concepção de mundo na tarefa de dirigir sua vida, na ordenação da sua própria forma de viver.

Assim, o indivíduo desmistifica o mundo e, apropriando-se desta ideologia individual, conduz a sua vida. Heller, neste livro *La revolución de la vida cotidiana*, não propõe a abolição da vida cotidiana, mas a formulação conceitual de uma vida cotidiana não alienada. E essa alienação só pode ser superada na transformação de nossas próprias vidas.

Para Heller (2004, p.40 e 41) cada um deve “apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca da sua personalidade [...] E é condução da vida porque sua perfeição é função da individualidade do homem e não de um dom particular ou de uma capacidade especial”.

## **4.2. A formação dos funcionários, a organização da rotina e do espaço físico do Abrigo Casa Coração de Maria no processo de individualização do sujeito**

### **4.2.1. A formação e a capacitação dos funcionários**

Acreditamos ser essencial, antes de analisarmos as relações entre os sujeitos no abrigo pesquisado, descrevermos o processo de formação e de capacitação que foi proporcionado a todos os funcionários.

Como já relatado, no início do trabalho no Abrigo Casa Coração de Maria contratamos duas psicólogas. Uma iria atender em seu consultório particular alguns abrigados devido à dificuldade de encontrarmos vagas no sistema público de saúde e a outra iria auxiliar no processo de supervisão e de capacitação dos educadores e no trabalho com as famílias. Acreditamos que é essencial ter no Abrigo uma pessoa que não esteja tão vinculada a sua rotina, para auxiliar na reflexão dos casos e na construção do dia-a-dia. Era impossível para a coordenação do Abrigo estar sozinha nesse processo de capacitação e de trabalho com as famílias. Era necessário alguém para compartilhar a gestão técnica do serviço.

A psicóloga supervisora dos funcionários iniciou seu trabalho tendo conversas individuais com eles para se conhecerem melhor. Como essa prática acabou se estendendo, esse atendimento individual acabou se transformando em um espaço de desabafo dos educadores. Relatavam sobre o cansaço derivado do trabalho, sobre as suas dificuldades financeiras e sobre os problemas com os outros funcionários. Sobrava muito pouco tempo para a discussão da dinâmica da Casa e era impossível para a psicóloga atender a todos os funcionários individualmente, a não ser que ela também fizesse parte do quadro de recursos humanos do Abrigo.

Após uma discussão sobre o que estava acontecendo, optamos por trabalhar com os educadores em grupo, uma vez por semana, assim seria muito mais produtivo. Ficou como competência da coordenação do Abrigo ouvir as reclamações funcionais e administrativas.

O trabalho em grupo também acabou não dando certo. Primeiro, porque os educadores se sentiam “menosprezados” pelo fato de não poderem ler os relatórios das crianças e dos adolescentes e por terem pouco espaço no grupo para discutir o cotidiano do Abrigo, visto que a psicóloga já levava as reflexões prontas. Depois, porque o grupo passou a ser um espaço de “lavação de roupa suja”. O tempo todo os educadores acusavam uns aos outros, em face das coisas que não davam certo no Abrigo. Na terceira sessão do grupo, nenhum educador compareceu.

Optamos, então, por contratar outra psicóloga que, além de auxiliar a coordenação no trabalho com as famílias, também acompanhasse os educadores.

Combinamos que todos os funcionários teriam acesso aos relatórios das crianças e dos adolescentes, e que as histórias seriam discutidas e refletidas com a presença de todos, para encontrarmos melhores formas de lidar, em conjunto, com o comportamento das crianças e dos adolescentes e o acolhimento das famílias no Abrigo. Entretanto, alguns educadores pediam para serem atendidos individualmente por essa psicóloga, pois não tinham coragem de expor suas dificuldades no grupo, o que era atendido e trabalhado.

Além dos grupos realizados pela psicóloga, nesse momento de 15 em 15 dias, - muitas vezes sem a presença da coordenação, para que os educadores se sentissem mais livres para falar sobre as suas dificuldades - eram realizadas reuniões esporádicas com a coordenação de uma pessoa da organização mantenedora para avaliar o trabalho no Abrigo Casa Coração de Maria.

Entretanto, realizar os grupos com os educadores era muito difícil, já que tínhamos de nos organizar para deixar as crianças e os adolescentes em algum lugar; muitos educadores estudavam e não podiam faltar às aulas e os que trabalhavam à noite estavam muito cansados para as reuniões. Sempre que um educador participava das reuniões em um horário diferente da sua escala de trabalho, dávamos meio dia de folga, em um dia a ser combinado.

Após algum tempo, utilizamos a tática de dividir os educadores em grupos menores para que as discussões ocorressem com mais freqüência, visto que não estávamos conseguindo dar uma maior continuidade ao trabalho em grupo. Mas os educadores preferiam realizar as discussões com a presença de todos, pois acreditavam que a melhor forma de lidar com o comportamento dos abrigados e melhorar a dinâmica da Casa era construir uma linha de trabalho conjunta, que direcionasse as ações a serem realizadas.

Paralelo a essas ações, realizamos alguns encontros de formação no Abrigo, com temas diversificados como: a importância do conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a adolescência, a sexualidade, o desenvolvimento infantil e as questões da família. Chamávamos algumas pessoas de fora para falar sobre os temas.

Os educadores também participaram de alguns cursos oferecidos pelo Centro de Capacitação e Incentivo a Formação - CECIF; encontros realizados pela organização mantenedora sobre temas mais gerais; e encontros do Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo - Pastoral do Menor. A Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca realizou a capacitação inicial de todos os funcionários e discutiu sobre alguns temas específicos do próprio abrigo.

Quando em 2002, descobrimos que uma criança que atendíamos era portadora do vírus HIV, pretendendo mantê-la conosco (ela está até o momento no Abrigo), chamamos a coordenadora de um abrigo só para crianças e adolescentes soropositivos para uma palestra e convidamos também um médico para o esclarecimento de nossas dúvidas.

Outra forma de subsidiar o trabalho dos funcionários era levar - quando tínhamos encontros com os profissionais que atendiam individualmente aos abrigados - as demandas apresentadas pelos educadores e quando retornávamos fazíamos um relatório detalhado para que os educadores tivessem contato com as orientações dadas pelo profissional. Também colocávamos-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Em 2003, a psicóloga que supervisionava os educadores pediu para sair. Optamos, nesse momento, por contratar uma profissional de formação em pedagogia, que tinha sólida experiência no trabalho em grupo para acompanhar os educadores. Conforme o relato de uma das educadoras, no grupo focal, essa foi a melhor profissional que trabalhou com elas:

“O trabalho com os educadores deu uma melhoria depois que a G. veio. Eu aprendi muito com ela, muita coisa em que eu ficava perdida. Foi a G., na minha opinião, a melhor pessoa que orientou os educadores. Além do mais, nós precisávamos de alguém que mais do que passar apenas conteúdo nos ajudasse a trabalhar como equipe para lidar com o comportamento das crianças e dos adolescentes”.

A fala dessa educadora foi um relato que repercutiu no Abrigo Casa Coração de Maria. Todos gostavam muito dessa profissional, principalmente porque ela sabia trabalhar com grupos, valorizava o potencial de cada um e os tratava como equipe. Todos os funcionários tinham a clareza, pelo menos ali no grupo, que, se cada um tivesse uma posição diferente da do outro frente às questões do cotidiano, era impossível manter um direcionamento no trabalho. As crianças e os adolescentes acabavam percebendo a fragilidade dos funcionários e usavam isso para desafiá-los. E mais do que isso, a orientação da coordenação do Abrigo era que as ações dos educadores fossem justificáveis, porque os adolescentes acabavam questionando as medidas tomadas de forma autoritária. Era necessário refletir no

grupo “Por que estou aplicando essa medida? Por que as regras são essas?”. O trabalho dessa profissional foi muito importante, porque ela tirava as dúvidas “teóricas”, fornecendo subsídios para a tomada de decisões. Essa discussão também era importante porque as regras e as atitudes não deveriam ser cristalizadas, petrificadas. Elas deveriam não só dar unidade ao trabalho, mas também reconhecerem as diferenças individuais de cada criança e de cada adolescente.

É importante esclarecer que só no momento em que essa profissional começou a atuar no Abrigo os encontros grupais foram mais constantes. Isso se deve principalmente à sua competência e ao amadurecimento dos educadores que passaram a considerar que se eles se comportassem como equipe, o trabalho no Abrigo seria melhor realizado. Como a coordenação não participava de todos os encontros, naquele momento a coordenadora ficava responsável pelas crianças e adolescentes, viabilizando assim a realização dos encontros. Também mantivemos a ação de dar meio período de folga pelo comparecimento do educador quando não fosse o seu plantão, porque com certeza era muito cansativo depois de trabalhar 12 horas, participar dos encontros.

#### **4.2.2. As atitudes de convivência no Abrigo Casa Coração de Maria**

Conforme as reflexões acima, era indispensável para a qualidade do trabalho nesse abrigo discutirmos as atitudes de convivência na Casa, para o melhor convívio dentro e fora dela.

Havia nela um consenso de que algumas ações deveriam ser realizadas por todos os abrigados. Todos deveriam auxiliar nos cuidados com o imóvel e com os pertences seus e dos outros. Combinamos que todos teriam, com exceção dos menores, de arrumar a cama depois de levantar; de deixar a sua parte no guarda-roupa organizado; de colocar a toalha no varal e a roupa suja na lavanderia depois do banho; de colocar o prato limpo na pia depois das refeições; de deixar a sala de brinquedos organizada depois do uso; de ajudar a passar as suas roupas com a orientação do educador.

Para as demais atividades, construímos uma tabela em que cada dia os pré-adolescentes e os adolescentes tinham que realizar tarefas, sem distinção entre meninos e meninas, como: lavar a louça; colocar e tirar a mesa para as refeições e limpar o chão; limpar algumas dependências da Casa com o auxílio de um funcionário; colocar o lixo na rua. Essas atividades não deveriam “atrapalhar” os compromissos que os abrigados realizavam, mas todos deveriam colaborar. Muitas vezes, eles se prontificavam a realizar ações que não estavam na tabela como: lavar a perua; lavar o quintal – nesses momentos todos acabavam tomando banho de mangueira.

Todos sem exceção adoravam ficar na cozinha. Além de gostarem de ficar batendo papo com a cozinheira, adoravam aprender a cozinhar. Tanto, que muitas vezes, o suco e a sobremesa eram feitos por eles, assim como algumas ações para o preparo das refeições (cortar cebola, lavar os legumes e as verduras etc.). Quando alguém da cozinha faltava, os adolescentes se propunham a ajudar a fazer a comida.

Essa escala de tarefas era realizada com a presença de todos. Todos ajudavam a construí-la, com a incumbência de perceberem o quanto a colaboração deles poderia deixar a Casa mais organizada e agradável para todos.

Quanto às demais atitudes de convivência na Casa, sentávamos uma vez por mês para discuti-las, ou antes, caso fosse necessário. Todos davam a sua opinião, inclusive as crianças. Essas atitudes diziam respeito a como deveríamos nos relacionar no Abrigo: quanto às regras para as saídas, com relação aos encontros com os namorados e à presença na escola, à participação nas atividades oferecidas (respeitando a individualidade de cada um) etc.

### 4.2.3. O espaço físico

Quando a Organização Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto assumiu o Abrigo Casa Coração de Maria, ele estava em péssimas condições. A casa, extremamente suja e feia, mais parecia um núcleo sócio-educativo, do que um lar. Bandeirinhas de festa junina espalhadas por toda a casa misturavam-se aos enfeites de Dia das Mães e a uma árvore com todos os aniversariantes. Uma parede enorme estava revestida com um plástico branco que segurava os enfeites. Todas as paredes da casa pintadas de cor branca estavam extremamente sujas.

Uma divisória de madeira dividia a sala de estar da sala de jantar, e nela havia uma porta que ficava trancada para que as crianças e os adolescentes não ficassem “circulando” pela Casa.

Uma sala na edícula dos fundos da Casa, chamada sala de artes, estava com os brinquedos todos destruídos e bagunçados. Um quarto que servia como depósito não tinha iluminação e estava extremamente desorganizado. Nesse quarto ficava um *freezer* que estava ligado em uma tomada com os fios totalmente expostos.

Havia várias fiações elétricas expostas, a rede de esgoto não funcionava, e várias vezes o esgoto entupiu e os banheiros ficaram inundados. Os jogos de sofá da sala estavam todos quebrados e sujos e para as crianças e os adolescentes assistirem à TV, eles tinham que ficar segurando a antena com a mão ou grudá-la na parede para conseguirem assistir a algum programa.

Fizemos um relatório no qual anexamos várias fotos da Casa para registrarmos as condições em que estávamos recebendo o imóvel da outra organização. Entregamos esse relatório para a responsável pela Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca.

Apesar de termos combinado que iríamos fazer todas as adequações da Casa, com a colaboração das crianças e dos adolescentes, a ansiedade era tanta que o nosso primeiro ato foi retirar o plástico branco que cobria a parede da sala de estar e que segurava os enfeites. As crianças e os adolescentes ficaram assustados com a nossa atitude, mas depois ajudaram a retirar os outros enfeites da Casa. Fizemos uma roda de conversa e perguntamos se eles gostavam de todos aqueles enfeites. Alguns deles falaram que gostavam daquilo e outros não, já que, em suas casas, não havia tantos enfeites pendurados. Depois de muito conversarmos, foi combinado que, se queríamos que a Casa fosse mais parecida com um lar, deveríamos colocar os enfeites em outro espaço e deixar “a casa com cara de casa”.

Os adolescentes nos ajudaram a tirar os outros enfeites e, em outra conversa, foi combinado sobre as cores com quais as paredes seriam pintadas. A coordenadora do abrigo pesquisado queria cores coloridas e algumas crianças e/ou adolescentes também. Já alguns educadores preferiam cores mais claras e neutras. E isso acabou sendo um dilema no Abrigo Casa Coração: quais cores seriam escolhidas para pintar as paredes? Como não se chegava a um consenso, a coordenadora optou, então, por solicitar auxílio de uma arquiteta que ajudou na escolha. Para a sala de estar, para a sala de jantar e para o escritório da coordenação, escolhemos duas cores: amarelo e azul. Para a sala de artes, escolhemos a cor azul. Para a pintura externa e para os demais cômodos, escolhemos o branco. Os adolescentes escolheram as cores que seriam utilizadas para a pintura dos seus quartos. Dos meninos, azul; e o das meninas, salmão. Optar por cores proporcionava um ambiente mais agradável e alegre e também ajudava a manter as paredes mais limpas.

Passado o dilema da escolha das cores, tiramos a divisória que separava a sala de estar da sala de jantar, compramos cortinas, tapetes, lençóis para as camas, contratamos uma pessoa que realizou vários consertos e serviços de manutenção, compramos vasos de plantas e espalhamos pela Casa, compramos jardineiras para colocarmos nas janelas e reformamos o jardim.

Já em relação aos móveis tudo era mais difícil, pois não podíamos comprá-los com o dinheiro do convênio com a prefeitura. Optamos por pedir móveis usados na comunidade e reformá-los. Conseguimos um jogo de sofá e um rack. Mandamos lavar os sofás e compramos capas, pois em uma casa com tanta gente era impossível o sofá durar muito tempo se não tivesse uma capa para protegê-lo. Depois de um tempo realizamos uma parceria com o Banco de Boston e ganhamos R\$ 3.000,00 (três mil reais). Com esse dinheiro compramos uma estante nova, prateleiras para colocarmos na sala de artes, uma impressora, brinquedos e um tão sonhado jogo de sofás.

Uma das reivindicações das adolescentes do Abrigo Casa Coração de Maria era que elas não tinham privacidade em seus armários nos dormitórios. Os guarda-roupas não tinham divisões internas, então, aquelas adolescentes que eram mais “bagunceiras” deixavam suas roupas caírem nos objetos de outras adolescentes e assim era aquela confusão na Casa. Conseguimos com uma voluntária uma verba para reformarmos os guarda-roupas e colocarmos divisórias e prateleiras. Com a reforma, as adolescentes tinham privacidade para colocar as suas roupas e deixar a sua parte no armário arrumada como gostavam, ou seja, colocavam fotos, porta-jóias, perfumes etc., sem que a “bagunça” de uma caísse sobre os objetos da outra. Depois de um tempo o Abrigo ganhou dois gaveteiros enormes de uma loja do *shopping* que estava fechando. Com a reforma dos guarda-roupas e com esses gaveteiros, todos tinham um espaço individual para a colocação de seus pertences.

Uma outra reivindicação dos adolescentes era colocar cadeados para trancar os seus armários/gaveteiros. Nunca gostamos dessa idéia, pois trabalhávamos para que cada um respeitasse o espaço do outro. Como procurávamos comprar “tudo igual” para todos, ou seja, a mesma quantidade de roupas, de sapatos e de objetos pessoais, queríamos que cada um pudesse ter as suas coisas sem sentir inveja das coisas dos outros, assim, não seria necessário mexer naquilo que não fosse seu. A única coisa que fazíamos era guardar objetos de valor, como dinheiro, vale transporte e vale refeição daqueles adolescentes que trabalhavam. Guardávamos esses objetos, pois algumas vezes eles sumiram. Infelizmente, depois que isso acontecia, ocorriam acusações mútuas entre os adolescentes e os educadores. No

final, nunca descobríamos o autor do ato. Também percebíamos que havia um pacto de silêncio sobre essa questão. Os adolescentes ficavam revoltados quando isso acontecia. Queriam ações rápidas para que o culpado fosse punido. Geralmente repúnhamos o que havia sumido e tínhamos uma conversa séria com todos. Nesses casos, muitas vezes era suspenso um passeio. Na verdade, nunca encontramos uma forma de lidar melhor com essa questão.

Como havia muita disputa interna, principalmente entre as adolescentes, para ver quem era a mais bonita, quem tinha a roupa mais legal, o cabelo melhor etc., muitas vezes as coisas sumiam e depois reapareciam. Geralmente quem era “humilhada” sumia com um pertence da outra para se “vingar”, mas depois devolvia. Um adolescente após brigar com uma adolescente pegou seus objetos e jogou no vaso sanitário. Só achamos os objetos da adolescente depois que o esgoto precisou ser desintupido. Essas eram formas que muitas crianças e/ou adolescentes encontravam para lidar com as rivalidades que surgiam nas relações entre eles.

As “disputas”, as formas encontradas para lidar com aquilo que os incomodava, mesmo de uma forma não “adequada”, mas a possível naquele momento, faziam parte também do processo de individualização do ser. Apesar da nossa “fantasia” de querer que não houvesse ciúmes entre eles, por cada um ter o seu espaço, os seus pertences, tínhamos clareza de que as manifestações de inveja em relação aos pertences dos outros os identificavam como sujeitos, como indivíduos.

Mas, como já mencionamos, esses conflitos eram muito difíceis de serem lidados nesse abrigo. Isso porque não havia tempo e nem educadores suficientes para encontrar alternativas para essas questões. Em muitos casos, os próprios abrigados resolviam seus problemas. Um dia estavam brigados e no outro já estavam juntos novamente. Mas, mesmo com as dificuldades em lidar com esses conflitos, nunca optamos por massificar o atendimento, ou seja, compartilhar as mesmas roupas, trancar tudo em um único armário, dar o mesmo xampu e o mesmo sabonete só na hora do banho etc. Mesmo porque é necessário que todos busquem

aprender a lidar com as suas frustrações que estarão presentes no decorrer de toda a vida e que fazem parte do processo de individualização do ser.

Quando chegamos no Abrigo Casa Coração de Maria, as roupas eram compartilhadas por todos e estavam muito desgastadas. Tivemos que praticamente comprar roupas para todos. Quando íamos comprar roupas, sempre levávamos quem ia recebê-las. Escolhíamos um comércio de lojas populares e uma vez por mês comprávamos roupa para uma criança ou para um adolescente, porque não tínhamos dinheiro suficiente para comprarmos para todos de uma vez. Estipulávamos um valor de gasto, e o adolescente escolhia suas roupas. Nesse dia comprávamos tudo. Se fosse menina: calcinha, meia, soutiens, blusinhas, calças etc.; se fosse menino: cueca, meias, camisetas, calças etc. Optamos por fazer isso por dois motivos: primeiro, pela possibilidade de outro ter a opção de escolha; segundo, porque na fase em que os adolescentes estão vivendo há uma estratégia de buscar um estilo que é próprio deles (apesar de geralmente quase todos adolescentes usarem o mesmo modelo de roupas - é o que os caracteriza) e isso dá para ser respeitado mesmo com poucos recursos.

Entretanto, essa questão é um dilema nos abrigos para crianças e adolescentes. A coordenadora do abrigo pesquisado foi convidada para realizar uma palestra para educadores de vários abrigos de uma região da cidade. Quando ela começou a falar sobre o tema da individualidade, várias pessoas a criticaram, porque alegavam que, além de o Abrigo não ter dinheiro para comprar bens individualizados, as crianças e os adolescentes ficariam muito mal acostumados, pois em um determinado momento iriam querer tênis de marca e “aí já era demais”. Outra questão foi que depois eles teriam problemas para retornarem para suas casas, pois vinham de famílias pobres que não poderiam fornecer tais produtos.

Para a maioria das pessoas, a individualidade não é “coisa de pobre” ou está ligada diretamente à questão financeira das pessoas. A coordenadora do abrigo pesquisado citou alguns exemplos: se só for possível, por ser mais econômico, comprar xampu em galão, podemos ajuntar frascos vazios de xampus menores e

dividir o produto do galão em vários frascos, individualizando-se assim o uso do xampu; mesmo que as roupas sejam de doação, é possível após lavá-las e consertá-las possibilitar à criança e ao adolescente escolhê-las. Outro exemplo dado é que, quando a Organização Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto assumiu o Abrigo Casa Coração de Maria, ficamos sabendo que os antigos educadores faziam o prato de comida das crianças e dos adolescentes para que eles não desperdiçassem e comessem “de tudo”. Contrários a essas idéias, nosso primeiro ato foi colocar um balcão na sala de jantar e dispor a comida em travessas, assim, as crianças e os adolescentes poderiam pegar a refeição sozinhos.

Mesmo assim, aqueles educadores não se convenceram porque diziam que, na casa das crianças e dos adolescentes, as mães (não se lembraram dos pais) não perderiam seu tempo fazendo isso.

Os abrigos para crianças e adolescentes podem ser organizados de uma forma individualizada mesmo com poucas condições financeiras. Se acreditamos que esses abrigos são espaços de ações sócio-educativas, não devemos situar nossas atividades de uma forma preconceituosa, porque achamos que as crianças, os adolescentes e as suas famílias são desorganizados, desestruturados e ignorantes. A fala dos educadores foi extremamente preconceituosa e radical. Já visitamos famílias que, mesmo residindo em moradias precárias, mantinham espaços individuais nos móveis para a colocação dos seus pertences e de seus filhos.

O educador em muitos casos está na mesma situação socioeconômica da criança e do adolescente que estão abrigados. É conflituoso lidar com o fato de que seus filhos estão em suas casas passando dificuldades e as crianças e os adolescentes que estão no abrigo estão em melhores condições. E isso fica pior quando ocorrem conflitos entre os educadores e os abrigados. Várias vezes no Abrigo Casa Coração de Maria ouvimos o desabafo dos educadores que eles estavam cansados, pois deixavam os filhos em casa sozinhos, enquanto cuidavam das crianças e dos adolescentes do abrigo, que não davam nenhum valor para o

que tinham. Tinham tudo na mão, roupa lavada, roupa passada, comida quente, suco natural e não davam nenhum valor. Isso é um dilema real. As pessoas que estão no abrigo não conseguem lidar com essa complexidade, se não forem acolhidos e capacitados para tal.

A outra questão levantada pelos educadores na palestra que a coordenadora do Abrigo Casa Coração de Maria realizou, quanto ao fato da dificuldade das crianças e dos adolescentes retornarem para as suas casas porque não terão as mesmas condições econômicas, acontece quando há um distanciamento enorme entre o abrigo e a família. Se o consumo no abrigo não for exagerado e a família for extremamente acolhida por ele - assim como são as crianças e os adolescentes - dificilmente haverá um dilema entre ir para a família ou ficar no abrigo simplesmente pela questão econômica. Esse dilema acontece porque as crianças e os adolescentes estão vinculados emocionalmente ao Abrigo. Por isso que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA destaca no artigo 92, princípio VII: “a preparação gradativa para o desligamento”. É necessária uma preparação para a saída do abrigo. A criança e/ou adolescente construíram relações de afeto com os outros abrigados, com os educadores, com a comunidade, com os voluntários. Nunca ouvimos uma criança e/ou um adolescente no Abrigo Casa Coração de Maria não querer retornar para sua família porque não teria o mesmo padrão econômico. Uma educadora ilustra isso em seu desabafo na dinâmica do grupo focal:

“... as crianças e os adolescentes não se importam se eles não comem, se eles apanham, não têm comida, mas o que eles querem mesmo é estar com a família deles, embaixo de uma ponte, no barraco de favela comendo pão duro, que eu sempre achei que eles querem é isso mesmo, a família deles”.

Só que, além de ser difícil lidar com a complexidade que envolve o cotidiano do abrigo, o desejo da criança e do adolescente querer retornar para sua família é visto como uma falha do trabalho do abrigo. O problema é que o abrigo quer ser tão bom, que considera que pode substituir a família e, nisso, acaba criando uma estrutura que não permite a saída da criança e/ou do adolescente.

Muitas vezes, ouvíamos com sofrimento o desejo da criança e/ou do adolescente de retornar para a sua família. Sempre procurávamos o que havia de errado conosco. Após algum tempo de trabalho e com a presença de outros profissionais no abrigo pesquisado, começamos a perceber o bem que fazíamos quando juntávamos forças para que as crianças e os adolescentes voltassem para as suas casas.

É também importante ressaltar que, após todas as ações para individualizarmos os objetos pessoais, os móveis e o espaço físico, a convivência no Abrigo Casa Coração de Maria ficou melhor e, além disso, os adolescentes traziam seus amigos para conhecerem “a sua casa”, não tinham vergonha de dizer onde moravam, e faziam questão de comemorar seus aniversários com a presença de muitos amigos. As adolescentes passaram a se cuidar melhor e algumas começaram a namorar.

Marin (1999, p.16) traz uma contribuição importante sobre a questão da individualidade nos abrigos para crianças e adolescentes:

... lutamos pela derrubada de um tabu relacionado às instituições que consiste em não dar atenções individualizadas à criança com o argumento de que isso pode “acostumar mal”, já que é impossível “dar colo para todo mundo”. Defendemos que este conflito deve ser instalado e trabalhado com as crianças de forma que elas suportem frustrações explícitas. É necessário viver conflitos. Nas crianças isto deve ser vivido nas brincadeiras, no choro e no entusiasmo, nas rotinas, ouvindo histórias.

Para concluirmos esse item, a individualidade passa não só pelo espaço individual no armário, nas roupas individuais, nas toalhas etc. Cada objeto de posse da criança e do adolescente tem algo de especial, tem um valor e por isso devemos respeitar. Uma caixa de fósforos, uma roupa velha e suja dada pela mãe ou por um familiar têm um valor que não podemos imaginar, tem um lugar especial na vida da criança e do adolescente, por mais que para nós possa parecer insignificante. Essa individualidade é de ter suas coisas, de escolher o que é especial para si e de ser respeitado por isso. A individualidade faz com que o indivíduo melhore sua auto-estima, se sinta singular e construa sua identidade.

### 4.3. As relações entre os sujeitos no abrigo

#### 4.3.1. A chegada no abrigo

Todas as adolescentes que participaram da técnica de pesquisa grupo focal relataram que a entrada no Abrigo Casa Coração de Maria não foi fácil. Apesar de Adriana, Alessandra, Jéssica e Flávia já terem sido acolhidas em outros abrigos para crianças e adolescentes, essa experiência foi difícil.

Vejamos o relato de Adriana:

“Chegando no abrigo para mim foi meio difícil. Eu não conversava com ninguém. [...] Eu sempre esperei as pessoas virem falar comigo. Nunca fui atrás, tanto é que eu nunca tive tanta amizade assim, eu ficava no meu canto, entendeu? [...] Então, no abrigo foi meio difícil porque eu era meio fechada e não conversava com ninguém. Fazia as coisas que devia fazer e não conversava com ninguém. Ficava no meu canto e as tias achavam que eu era metida, chata, essas coisas”.

Jéssica, também em seu relato, diz que quando chegou no Abrigo Casa Coração de Maria era muito calada e preferia não conversar com ninguém. Assim como Adriana, acreditava que os educadores a consideravam “chata”, “metida” etc. Jéssica também expôs na dinâmica do grupo focal que quando chegou a esse abrigo, “não acreditava em ninguém”, por isso preferia ficar sozinha.

Não era possível para elas acreditarem em alguém no início do abrigamento. Já havia ocorrido tantas desilusões, perdas, tentativas frustradas de construção de vínculos, de afetos, que o melhor era não se vincular para não ter a possibilidade de sofrer depois.

Jéssica explica os motivos pelos quais era calada:

“Quando eu cheguei no Abrigo Casa Coração de Maria, já tinha passado por várias famílias adotivas e com apenas uma eu me identifiquei. O nome da minha mãe substituta era G. e ela não podia ficar comigo porque os filhos dela tinham ciúmes de mim, porque ela me tratava muito bem. G. estava sempre me dando atenção e eu me sentia bem. Eu a considerava como minha mãe. Daí houve um dia em que a gente teve de se separar, a gente não se viu mais. Aí eu acabei indo para uma outra casa, também, onde tinha mais dois meninos que moravam lá, que eram filhos de uma moça. Essa experiência também não deu certo”.

Além do sofrimento causado pelo afastamento dos pais biológicos, Jéssica passou por experiências em famílias substitutas que não deram certo. Portanto, o melhor era não se vincular com ninguém. Acreditava que ficando sozinha poderia minimizar e evitar mais sofrimento.

Alessandra em seu relato diz que quando foi para o primeiro abrigo pelo qual passou não se desgrudou da sua irmã. A sensação era amedrontadora e por isso não chegava perto de ninguém. De acordo com a sua fala: “Eu acho que era um pouco tímida, aí depois a educadora subiu comigo, falou qual ia ser o meu quarto, qual ia ser o meu armário, qual ia ser a minha cama. Eu ficava com a minha irmã. Sempre grudada na minha irmã. Eu não ficava perto de ninguém”.

Chegar em um lugar desconhecido é apavorante, porque por mais que a família fosse um espaço de conflitos, de abandono, de violência, de pobreza etc., era um local que eles conheciam. Estavam “habituaados” com a rotina, com as pessoas e com os comportamentos. Possuíam relações de afeto, de solidariedade, de dependência, ou de raiva e de medo. Já no abrigo, as crianças e os adolescentes se deparam com situações/realidades totalmente diferentes das suas, seja pelo tamanho e pela estrutura da casa, seja pela presença de pessoas estranhas, seja pelos novos hábitos, seja pela nova rotina. Por isso, a entrada para as adolescentes no abrigo pesquisado foi difícil.

Conforme Silva (2002, p.31),

Independentemente das circunstâncias muito variadas que determinam a institucionalização, a entrada de uma criança em um abrigo será sempre vivida como a concretização de uma ruptura, seja do ambiente familiar ou comunitário. A criança viverá essa experiência com a insegurança de quem entra em um universo que lhe é totalmente estranho.

Uma educadora afirma em seu relato na dinâmica do grupo focal que deve ser muito difícil para as crianças e para os adolescentes entenderem o porquê de estarem sendo abrigados:

“Fico me colocando no lugar deles e acho que é uma coisa muito doida para eles porque são tirados do ambiente deles, que seja lá como for, é onde eles querem

estar. Podem estar apanhando, sofrendo, mas é com o pai, com a mãe, com a tia, com a avó; é lá que eles querem ficar. Aí eles vêm para uma casa na qual eles têm que conviver, não só com adultos, mas com outras crianças também, têm de se adaptar à rotina da casa, às regras, seja ela qual for”.

A expressão utilizada pela educadora como “uma coisa muito doida” revela também a complexidade das crianças e dos adolescentes entenderem a ruptura do seu meio familiar. Conforme Silva (op.cit., p.31),

Para a criança, a ruptura com o seu meio familiar leva a sentimentos de auto-depreciação e de profunda incompreensão. O sentimento de abandono é predominante. Por que seus pais a rejeitaram? Por que ela foi deixada lá? Ela é problemática? Não é merecedora do carinho e da proteção de seus pais? Eles não tiveram efetivamente nenhuma outra alternativa?

Outra educadora expôs como foi quando ela entrou no Abrigo Casa Coração de Maria. Afirmou que realmente é difícil para os abrigados, principalmente no início, confiarem nos educadores e se vincularem a eles. Lidar com o desconhecido é angustiante.

“Quando eu entrei, a C. não dava um boa-noite, um bom-dia, claro que existe a questão do tempo, de não nos conhecer. Quando a gente chega, somos pessoas diferentes na vida deles. Eles não nos conhecem. As pessoas que deveriam estar dando um pouquinho daquilo que a gente procura dar: atenção, carinho, respeito, cuidado, ou seja, a família, não está. Então como eles vão confiar nas pessoas de fora? Que estão chegando? Estão me dando carinho em troca de quê?”.

Acreditamos também que muito pouco é conversado com as crianças e com os adolescentes antes do abrigamento. Em vários relatos obtidos no Abrigo Casa Coração de Maria pela pesquisadora, as crianças e os adolescentes não sabiam o porquê de terem sido abrigados. Eles tinham conversado em alguns casos com os técnicos e com o Juiz das Varas da Infância e Juventude e em outros casos com os Conselheiros Tutelares, mas a conversa era para dar informações sobre a dinâmica das pessoas da família e/ou responsáveis e não uma conversa sobre a necessidade da aplicação dessa medida de proteção – abrigo.

Frente a isso, duas adolescentes (irmãs) na dinâmica do grupo focal relataram que discordavam dos motivos colocados no relatório do Poder Judiciário do porquê de terem sido abrigadas. Segundo a fala de Flávia, “No relatório está

descrito que era por causa dos maus-tratos provocados pelo meu pai, mas acredito que, no nosso caso, o problema é a questão da sexualidade. Minha mãe achava que só porque a gente estava virando mocinha, meu pai estava olhando para a gente. Ela achava que meu pai era estuproador [...] Acho que esse é o maior motivo do nosso abrigoamento”.

Por isso é essencial a discussão com todos os membros da família dos motivos que levam ao abrigoamento. É a única possibilidade de não se cometerem equívocos, já que todos estão envolvidos na dinâmica familiar.

Flávia em seu relato diz que quando chegou no Abrigo Casa Coração de Maria era “absolutamente da pá virada”. Conforme a sua fala: “Eu era hiper-revoltada. Eu sentia revolta em relação aos meninos do Abrigo, era muito fechada. Vivia num mundo fechado. Disseram que eu chegava da escola, eu chegava e me fechava”. Assim como as outras adolescentes, Flávia também não confiava nas pessoas e a melhor forma encontrada para lidar com os seus sentimentos era ficar isolada.

Entretanto, para Flávia “fugir” desse isolamento e dos seus sentimentos hostis, passou a ajudar os outros. Ocupando-se com outras atividades, encontrou uma forma de “fugir de sua realidade”. Conforme seu relato:

“... eu adorava ajudar, era uma forma de eu fugir da minha realidade. Fazer outras coisas, esquecer um pouco dos meus problemas [...] fugir da verdade, da realidade. Eu pegava livros, pegava pintura, pegava bordado. Eu fazia um monte de coisas para não ficar parada, sabe? pensando... Aquele negócio: ‘Ah eu tô precisando, eu quero alguém, quero colo. Eu chorava’”.

Por isso a equipe de educadores dos abrigos para crianças e adolescentes deve estar preparada para receber quem será abrigado, evitando que a característica de isolamento seja vista de uma forma pejorativa: “Você é metida”, “Você é chata”. Mas como parte de um processo inicial que é doloroso para as crianças e para os adolescentes e mais do que repreender esse comportamento, ele deve ser acolhido e compreendido.

Entretanto, é importante esclarecer que em muitos casos essa característica de isolamento não pode ser resolvida com o processo de acolhida, já que se pode demandar auxílio médico/terapêutico especializado. Esse momento de chegada é fundamental para a criança, para o adolescente e também para a família. A família pode se sentir acolhida ou não, e esse momento é definitivo para o melhor acompanhamento do caso. É importante que as crianças e os adolescentes abrigados e os educadores sejam avisados do novo abrigo que irá ocorrer e que o local onde a criança e/ou adolescente vão dormir e colocar seus pertences estejam arrumados e disponíveis.

Passamos no Abrigo Casa Coração de Maria por uma experiência constrangedora. Um adolescente foi abrigado sem que se tivesse vaga, por insistência de uma pessoa da diretoria da organização mantenedora desse abrigo. Como não havia cama disponível, colocamos um colchão para o adolescente dormir em uma sala na edícula da casa, uma vez que no quarto dos meninos não havia espaço. No primeiro conflito, o adolescente nos disse que se sentia rejeitado e humilhado também no Abrigo Casa Coração de Maria, pois nem um lugar adequado ele tinha para dormir e guardar seus pertences. Suas roupas ficavam em caixas e o seu “quarto” não tinha cortinas para esconder a claridade. Enfim, esse adolescente acabou saindo desse abrigo, sem que pudéssemos realizar outras ações com ele. A acolhida foi péssima e mais uma situação de perda e abandono foi ocasionada para esse adolescente.

No Abrigo Casa Coração de Maria tínhamos o costume de comprar um presente e pedir para um adolescente abrigado acompanhar o educador na acolhida de cada nova criança e/ou adolescente. Um educador deveria estar disponível praticamente o dia inteiro para que o acolhimento fosse realizado com mais confiança e afeto. Apesar da dificuldade para disponibilizar um educador só para a acolhida inicial, por causa das inúmeras demandas da Casa, organizávamos-nos para que isso acontecesse. Mostrava-se a Casa para a criança e/ou adolescente e conversava-se rapidamente sobre o funcionamento do abrigo. No dia seguinte, a coordenadora desse abrigo e/ou a técnica responsável conversava com a criança ou com o adolescente com mais calma, inclusive, com toda a sua compreensão, explicando/ouvindo os motivos pelos quais estava sendo abrigado.

Uma tendência dos educadores do Abrigo Casa Coração de Maria era querer saber logo na acolhida inicial a história de quem estava sendo abrigado. Acreditávamos que era de fundamental importância que os educadores tivessem conhecimento das histórias, mas esse conhecimento não deveria ser adquirido por pura curiosidade, mas como possibilidade de uma maior reflexão sobre o caso. Para não lidar com o desconhecido e para estar preparados para lidar com os possíveis comportamentos das crianças e dos adolescentes, os educadores ficavam “desesperados” por esse conhecimento. Entretanto, saber da história, sem uma anterior reflexão com o grupo e uma preparação para tal, poderia ocasionar inúmeras fantasias ou idealizações em relação ao tratamento a ser oferecido à criança, ao adolescente e à sua família.

No início do trabalho no Abrigo Casa Coração de Maria, uma psicóloga que atuava no processo de supervisão dos educadores acreditava que não era viável a eles conhecerem a história das crianças e dos adolescentes abrigados e das suas famílias, pois não saberiam lidar com os sentimentos advindos desse conhecimento. Embasava essa argumentação no fato de que a maioria dos funcionários não tinha experiência em trabalho em abrigo e que o melhor era eles conhecerem as histórias através do que as crianças e os adolescentes quisessem contar. Após algum tempo, contratamos uma outra psicóloga que trabalharia diretamente com os educadores. Ficou acordado que todos os funcionários teriam acesso às pastas para que, com a orientação dessa profissional, pudessem refletir e lidar melhor com os comportamentos das crianças e dos adolescentes e com o acolhimento da família no Abrigo Casa Coração de Maria. Esse acordo foi realizado, porque percebemos que os educadores se sentiam “menosprezados” pelo fato de não poderem ler os relatórios e, além disso, o não-conhecimento das histórias aumentava ainda mais a fantasia do porquê de a criança e/ou o adolescente estarem ali.

Acreditamos que sem o processo acima mencionado, de reflexão conjunta com os educadores sobre os casos, a história acaba se transformando também em arma contra a criança, contra o adolescente e, principalmente, contra a família.

Muitos funcionários do abrigo pesquisado nos momentos de conflito, principalmente com os adolescentes, acabavam com raiva dizendo: “Sua mãe te abandonou porque você é realmente muito ruim”, ou “Ninguém mais agüentava você, porque você realmente não merece”, ou, então, frente à gravidade do motivo que levava aos abrigamentos, os educadores tratavam, sobretudo as crianças, com muita pena: “Oh, coitadinho, tão pequeno e já sofreu tanto”. Em outros casos, por não se conformarem com os motivos que levavam ao abrigamento das crianças e dos adolescentes tratavam os familiares com muita hostilidade.

No momento da acolhida, mais do que repreender, o movimento deve ser acolher. Acolher a criança, o adolescente e a família na situação em que eles se encontram. Como muitas vezes não era possível refletirmos com os educadores os motivos pelos quais uma criança e/ou um adolescente estavam sendo abrigados, posicionávamos-nos quanto a alguns cuidados com a saúde da criança e do adolescente, a proibição de visitas, os comportamentos etc.

Flávia também fez um desabafo sobre a chegada da organização Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto no abrigo pesquisado. Como já referido, em maio de 2000, a organização social que coordenava o Abrigo Casa Coração de Maria<sup>29</sup> não renovou o convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Portanto, a Organização Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto assumiu o abrigo pesquisado em 30 de junho de 2000, às 24h. Todos os funcionários da outra organização foram embora e nós começamos o trabalho. Para Flávia, a saída dos educadores da outra organização foi terrível e a dor foi imensa. A jovem relatou que sofreu mais uma perda naquele momento, além de todas as outras que já havia vivenciado. Vejamos seu relato:

“Eu quase entrei em depressão, porque todos aqueles educadores que eu gostava, que eram minha família e já faziam parte de mim, foram embora. Muda tudo com todas aquelas pessoas em volta, aquelas pessoas que você confiava, como se pegassem assim, apertassem você pelo pescoço, te apunhalassem pelas costas. É uma coisa horrível! Tanto que eu me revoltei, eu fiquei hiper-revoltada. Os

---

<sup>29</sup> O abrigo tinha outro nome.

educadores do Abrigo Casa Coração de Maria também pastaram na minha mão. Porque eu era muito revoltada, eu queria os antigos educadores, eu tinha a doce ilusão de que eles iam voltar, se eu xingasse, se eu brigasse com as educadoras novas, elas iriam embora e aquelas outras iriam voltar”.

Assim como para Flávia, para os educadores do Abrigo Casa Coração de Maria também não foi fácil entrar na Casa com tamanha hostilidade de algumas crianças e adolescentes. Antes de assumirmos definitivamente o trabalho nesse abrigo, íamos a ele para conversar sobre a dinâmica da Casa e sobre os casos, mas éramos muito mal atendidos pelos funcionários. Eles se recusavam a passar informações sobre as crianças e sobre os adolescentes e a mostrar a Casa. Os adolescentes ameaçavam fazer greve de fome, caso, realmente, os educadores da outra organização saíssem. Entretanto, a vontade de fazer o melhor era tanta, que conseguimos com o tempo, conquistar a confiança e o afeto das crianças e dos adolescentes. Conforme o relato de Flávia, “as educadoras do Abrigo Casa Coração de Maria começaram a trabalhar, trabalhar, foram se dedicando, se dedicando e acabaram ganhando a confiança de novo”.

#### **4.3.2. A relação entre os educadores e as crianças e os adolescentes**

Refletimos no início da Parte 4 desta pesquisa, fundamentada nas considerações da autora Agnes Heller, que todo o sujeito é um ser particular e genérico. Conforme descrito: “Particular porque ele delimita e exerce suas prioridades frente às necessidades que são, ao mesmo tempo, dele próprio e dele como ser. Ele é um ser genérico porque é produto e expressão das relações sociais, do gênero humano. Heller (op.cit., p.20) enfatiza que ‘Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade”.

Em face dessas considerações da autora, podemos destacar que as vivências de todos os sujeitos no cotidiano do Abrigo partem dessas duas características que se complementam e que expressam a individualidade de cada ser. É impossível

para o educador frente à complexidade de seu trabalho não se relacionar com os outros partindo da sua particularidade que é a soma da sua formação “intelectual”/“teórica”, das suas características pessoais e das suas experiências advindas da relação com o mundo (família, trabalho, religião etc.). Assim, como também não é possível, para a criança e para o adolescente se relacionar sem ter como base as suas experiências vividas, principalmente as oriundas do primeiro grupo social que é a família. Segundo Silva (2002, p.27) “toda criança traz as marcas de sua família, que continua ‘vivendo nela’: são vivências únicas, que precisarão ser consideradas por todos os responsáveis pelos serviços de atendimento”.

Assim, na complexidade do dia-a-dia institucional, todos, mesmo que inconscientemente, lidam ou buscam naquilo que já vivenciaram respostas para as mais diversas demandas apresentadas. Esse “face a face” com essas experiências pode proporcionar relações/reações agradáveis ou não.

Essas considerações são importantes, porque poderemos apreender, a partir desse momento da pesquisa, como o educador, assim como a criança e o adolescente, respondem e reagem em razão da sua particularidade às relações institucionais.

No relato de duas adolescentes na dinâmica do grupo focal, os educadores foram considerados como membros de suas famílias e algumas educadoras foram referenciadas como mães.

Quando no grupo focal, Alessandra foi indagada de como se sentia pelo fato de sua mãe não vir mais visitá-la, disse:

“Eu nem me preocupava com isso, nunca pensei na minha mãe como o pessoal falava. ‘Alessandra, o que você pensa da sua mãe?’ Eu nunca falei nada. Não sei o que penso da minha mãe, às vezes nem penso na minha mãe. Eu penso, mas as educadoras da Casa já são como uma mãe para mim. Eles cuidam de mim como se fosse mãe. Acho que eu nunca pensei na minha mãe”.

Para Alessandra não lidar com os sentimentos advindos do abandono da sua mãe, preferia esquecer-la e projetava nas educadoras essa figura materna. Flávia também em seu relato disse que:

“Eu sentia falta da minha família, eu queria o carinho de uma mãe, eu queria o abraço de um pai, e você não tem isso. Quando você está nessa revolta, você quer ficar naquele negócio: ‘Meus pais me batiam, meus pais só me xingavam, minha mãe falava direto que queria que eu morresse...’. Você vai criando uma defesa, uma raiva. Você tem de se proteger também, senão você não agüenta”.

Para se proteger da revolta frente ao comportamento de seus pais, Flávia procurava relações de afeto junto aos educadores do Abrigo ou junto a outras pessoas. Vejamos o seu relato:

“A vida inteira apanhei, a vida inteira sem carinho de uma mãe. Eu fui criada praticamente entre creche e EGJ, creche e EGJ [...], até antes de vir para o abrigo. Então, eu sempre tive o carinho da minha avó, das tias da creche. Achava que quem era minha família eram as professoras da creche. Sabe, quando eu vim para cá, sempre encontrava uma educadora a quem eu me apegava mais. Eu idealizava minha mãe naquela educadora. Era como se aquela educadora fosse a minha mãe. Ela dava a atenção, o carinho que eu queria [...]”.

Para obter realmente essa atenção, Flávia procurava agradar as pessoas em sua volta. O seu relato confirma isso:

“Às vezes você começa fazer carinho na educadora, uma forma dela estar te dando carinho. Só o fato dela estar te deixando passar a mão no cabelo, fazer alguma coisa nela, aquilo pra gente já é uma coisa mais importante. Agora fala: -“Ah, Flávia, dá para fazer um lanchinho pra gente?” Ah, como eu adorava fazer lanchinhos, mas tudo para ajudar a educadora. Mostrar como eu gostava dela de outra forma, gostava dela como uma pessoa da minha família”.

Outra adolescente ressalta que fazia de tudo para agradar as educadoras, mas não conseguia aquilo que queria. A sua necessidade de dar e receber carinho está expressa nesta sua fala: “Eu procurava agradar muito os educadores. Eles até me agradavam, mas não do jeito que eu queria. Eu queria mais. Eu queria mesmo o afeto de uma mãe”.

Uma educadora relata como se sentia frente a isso:

“As crianças e os adolescentes exigiam muito de nós. As demandas eram muito difíceis de serem atendidas. Se a gente não os atendia, eles ficavam bravos. Diziam que a gente não gostava deles. Queriam tudo na hora. Se a gente não fizesse começava a confusão. Cada dia era um que batia a porta, batia nos outros, quebrava as coisas. Você precisa ser mãe, mas não pode ser mãe, não é verdade? Então fica muito difícil. Além do mais, imagine 20 pessoas querendo a sua atenção e você não podendo dar. Imagine todos esses sentimentos no dia-a-dia”.

Acreditamos ser difícil para as crianças e para os adolescentes – assim como para os educadores - não projetarem essas figuras parentais, já que existe a necessidade, no processo de constituição e desenvolvimento do ser, do reconhecimento dessas referências, que “guiarão” o indivíduo na sua relação com o outro e com o mundo. Os abrigados se relacionam com os outros tendo como base a forma como se relacionavam com a família. Precisam projetar no outro aquilo que necessitam internamente. Acreditamos que essa é uma das complexidades impostas ao abrigo. Como podemos dar conta na mesma intensidade daquilo que é solicitado pelas crianças e pelos adolescentes? Não podemos. As pessoas que estão na instituição não têm condições de atenderem a essas demandas com profundidade.

Desde o início do trabalho no Abrigo Casa Coração de Maria, orientávamos os educadores na idéia de que não éramos a família da criança e do adolescente, a família deles era outra. Se algum abrigado nos chamasse de mãe, ou no caso do educador homem, de pai, deveríamos sempre conversar que não éramos seus pais. Dizíamos que gostávamos e que tínhamos muito afeto por eles, mas que a sua família era outra, apesar de desempenharmos naquele momento funções de “maternagem e paternagem”.

Uma criança de 01 ano, em 2002, foi acolhida no Abrigo. Foi a criança mais nova que havíamos abrigado. Ela estava muito debilitada fisicamente, o que demandou dos educadores muita dedicação, além da já desempenhada no dia-a-dia. Ela passou a ser uma criança muito querida por todos e após algum tempo começou a chamar algumas educadoras e a coordenadora do Abrigo de mãe. Isso causava algumas confusões, porque as educadoras, apesar das nossas orientações, não tinham coragem de falar para a criança que não eram a mãe dela. Percebíamos que muitas funcionárias gostavam de serem chamadas de mãe, porque realmente se consideravam mães. Como havíamos encontrado a mãe (estava presa) dessa criança, passamos a levá-la juntamente com o seu irmão para visitá-la. Assim, sempre que a criança nos chamava de mãe, explicávamos que a mãe dela não éramos nós, mas sim aquela que nós íamos visitar. Pedíamos para que ela nos chamasse pelo nome.

Acreditamos que não se colocar no lugar da família dá a possibilidade de a criança e/ou de o adolescente procurar “encarar” o abandono ou o comportamento de sua família de uma forma menos “fantasiosa” e, conforme Marin (1999, p.94), “Perguntas que, se respondidas, permitirão, talvez não mais a construção de um futuro ilusório milagroso a ser aguardado passivamente, mas de um futuro a ser discutido e construído”. Entretanto, discutir com a criança e com o adolescente sobre como lidar com as questões da família e o futuro a ser construído, demanda do abrigo ações compartilhadas com os outros profissionais da rede de proteção integral (discussões técnicas, atendimento psicoterápico para os abrigados etc.). A família, também, deve ser sujeito dessa ação.

Orientávamos os educadores que era importante ouvir atentamente o que os abrigados tinham a dizer sobre os seus familiares. Essas informações deveriam ser colocadas em um relatório individual para que pudéssemos discutir melhor os casos e subsidiar o trabalho dos profissionais (psicólogos, psiquiatras, neurologistas) que atendiam as crianças e os adolescentes.

O importante era ouvir, acolher e não dar respostas irreais: “Reza que daqui a pouco a sua mãe está aqui”, “Pede para Deus uma nova família”. A psicóloga que acompanhava os educadores discutia com eles a melhor forma de falar e responder a essas questões às crianças e aos adolescentes. O importante era também que os educadores conhecessem as histórias para, de uma forma não preconceituosa (o que necessitava de muita reflexão), pudessem responder e dialogar com os abrigados sobre as questões da família.

Entretanto, percebíamos que era mais difícil encontrar “respostas” para dar àquelas crianças e/ou adolescentes que não tinham mais nenhum contato com a família. Vejamos o relato de uma educadora:

“De tudo que vocês falaram, sobre as perdas, eu acho que a perda pior é quando a família deixa de visitá-los. Então começa aquela coisa de ‘por quê?’ E a gente não tem resposta. Para mim, o que de pior encontrei no abrigo foi essa situação: não ter resposta para muitas perguntas que eles fazem como, por exemplo: ‘Por que o meu pai não veio? Por que não posso ficar com o meu pai?’ São muitas as coisas as quais eles ficam sem respostas e a gente não pode ajudar”.

Nós não tínhamos respostas quando o abandono estava ocorrendo por muito tempo ou era definitivo. Para esses casos, dizíamos que os familiares passavam por dificuldades ou haviam cometido algum ato que os impediam de vir visitá-los. Frente a essa demanda, também, encaminhávamos a criança e/ou adolescente para atendimento psicoterápico. Alessandra faz uma menção a essa questão. Quando foi questionada por uma outra adolescente na dinâmica do grupo focal sobre o que achava de sua mãe não vir mais visitá-la, respondeu: “Acho que ela está com uma grande dificuldade”.

A experiência que a pessoa que realiza essa pesquisa passou na dinâmica do grupo focal com as adolescentes pode ser uma estratégia a ser utilizada quando existem dificuldades para conversar com os abrigados sobre as questões da família. Na dinâmica do grupo focal, quando as adolescentes começaram a discutir sobre o tema família, elas mesmas deram respostas com relação ao abandono de seus pais. Elas se confortavam umas às outras. Saber que o outro passa pela mesma situação e ouvir como ele lida com ela pode diminuir a ansiedade, o sofrimento, já que outros caminhos podem ser descobertos. As adolescentes que já haviam saído do abrigo pesquisado – uma já havia se casado e a outra morava com a mãe -, trouxeram relatos interessantes de como haviam “superado” as dificuldades em relação às suas famílias.

No início do trabalho no Abrigo Casa Coração de Maria, os educadores eram chamados de tio ou de tia. Muitos gostavam porque “dava aquele ar mais familiar ao abrigo”. Entretanto, no decorrer do tempo, a orientação dada aos educadores era de que as crianças e os adolescentes os chamassem pelos seus nomes. É tão importante pensar sobre essa questão, pelo seguinte motivo: em 2003, a adolescente mais velha que estava abrigada começou a trabalhar. Um dia, fomos ao seu trabalho para conversar com a sua coordenadora. Em um determinado momento, a coordenadora, relatando as dificuldades que estava tendo com a adolescente, contou-nos que esta a chamava de tia e não pelo nome. Quando aquela pessoa falou aquilo, refletimos sobre o tipo de relação que estávamos construindo no cotidiano do Abrigo e o que isso representaria para os abrigados quando eles não estivessem mais lá. Ninguém naquele espaço chamava a coordenadora de tia. Por isso orientávamos as crianças e os adolescentes a

chamarem os educadores pelo nome, mesmo porque chamar o outro pelo nome o identifica como sujeito e trabalha a sua individualidade e a sua identidade.

Apesar de as relações de afeto que permeavam a rotina do abrigo – relações que foram muito mais relatadas pelas adolescentes - os relacionamentos “conturbados” também foram pontuados na realização dos dois grupos focais, mostrando, mais uma vez, a complexidade imposta ao cotidiano do abrigo pesquisado. Duas educadoras destacaram a dificuldade no trato, principalmente com as adolescentes. Em decorrência desse problema, uma das educadoras relatou:

“Meu relacionamento com as adolescentes foi triste. Eu tenho muita dificuldade para relacionar-me com as adolescentes meninas. Eu me relacionava melhor no abrigo com os meninos e com os menores. Adolescente menina, eu bato de frente, sempre. A maioria, a V., a G. no começo foi difícil. Rezei muito, pedi muito a Deus. Graças a Deus a gente ficou legal. Eu tenho mesmo dificuldade com adolescentes meninas. [...] Se eu voltasse a trabalhar, eu iria querer trabalhar com moleques e com bebês. O relacionamento que eu tive com elas é o mesmo que tive com a minha mãe, por isso era difícil. Mesmo com as orientações recebidas pela G. (profissional que trabalhou com elas) era difícil lidar com as adolescentes”.

O que essa educadora relatou era uma demanda muito colocada pelos outros educadores. Trabalhar com as adolescentes era muito difícil. Já os meninos mantinham uma relação mais tranqüila com as educadoras. Os garotos geralmente questionavam pouco e não havia muitos conflitos entre eles.

É interessante o que foi relatado pela educadora no final da sua fala. Ela havia passado na sua adolescência por momentos difíceis na relação com a sua mãe, o que dificultava o seu relacionamento com as adolescentes do Abrigo e, mesmo com as orientações da profissional que a supervisionava, não conseguiu se relacionar melhor com as adolescentes. Podemos verificar que as relações que permeiam a rotina desse abrigo colocam os funcionários frente a frente com questões da sua individualidade.

Para lidar com as demandas apresentadas principalmente pelas adolescentes, a postura encontrada por uma educadora foi de ser muito “dura”, assim, poderia obter mais respeito:

“No tempo que eu permaneci no Abrigo, acho que eu sempre mostrei uma postura mais firme, mais durona. Sempre fui bem firme no que eu falava: sim, sim, não, não. É engraçado, porque às vezes eu chegava em casa e pensava ‘Nossa, como eu fui dura!’ Mas a gente conquista alguns deles através do nosso jeito. Quantas vezes a P. me liga, pedindo conselho. A última agora foi a C. Ela gostava de mim e eu nem sabia. Eu achava que ela não gostava, porque eu chamava a sua atenção. A G. quantas vezes a gente chamou atenção dela, tirava as coisas dela do guarda-roupa. – ‘Não, você vai ter de mudar’. Chegava ao extremo com ela. Eu acho que a adolescente que eu tive mais conflito foi a A. P. Ela, às vezes, usava a postura dela de mentir, ela tinha aquela necessidade de mentir. Para mim, a mentira era uma coisa que pegava. Eu falava: - ‘Fala a verdade, o melhor é falar a verdade, sofrer com a verdade’”.

Frente a essa postura de “durona” a educadora relata que os adolescentes sempre a respeitaram. Segundo a sua fala:

“Os adolescentes sempre me respeitavam. Quando a gente saía para os passeios, nunca houve problemas de comportamento e nem com o horário. Marcava o horário e eles estavam sempre de volta. Então eu não posso falar disso, talvez isso reforce a minha postura, não sei, mas graças a Deus não tive tantos problemas com os adolescentes. A única pessoa que eu tive problemas foi com a A. P., mas por causa dela mesmo, do jeito dela”.

Outra educadora relatou no grupo focal as suas táticas para lidar com os abrigados. Se uma utilizava a postura de “durona”, essa usava a da repetição, ação de aprendizagem muito realizada pela sua mãe:

“Eu usava com eles a mesma coisa que a minha mãe fazia comigo em casa. Ela repetia cinquenta vezes a mesma coisa, a coisa que eu tinha que fazer. Quando eu era criança, eu falava para minha mãe: - ‘Oh, velha, você fala demais’. Mas eu aprendi de tanto que ela falou. É a repetição, é a pegação no pé, que mais lá na frente, eles, os adolescentes, com certeza vão lembrar de mim. Eu tentava vencê-los pelo cansaço”.

Os conflitos com os adolescentes ocorriam também principalmente por causa das tarefas a serem realizadas como: lavar a louça, colocar a mesa para as refeições, passar roupas, arrumar o quarto e ajudar na limpeza da casa; problemas de comportamento na escola; horários a serem cumpridos; saídas; cumprimento de regras, principalmente aquelas mais “autoritárias” colocadas pelos educadores.

Alguns adolescentes realizavam suas tarefas sem que se precisasse chamar a sua atenção, inclusive com muita dedicação, já que gostavam de ajudar e cuidar da casa. Mas outros demoravam demais e isso desgastava muito o educador. Ele

tinha que ficar horas chamando o adolescente para realizar a sua tarefa. Além de dar conta dessa questão, os educadores tinham que ir buscar as crianças na escola, levar ao médico, enfim, fazer outras tarefas que faziam parte do cotidiano do Abrigo.

Se não fosse possível lidar com esses conflitos através do diálogo (em muitos casos os funcionários tentavam resolver na base da gritaria), alguma sanção era realizada ao adolescente, como não ir a um passeio, não se encontrar com o namorado etc. Ou havia algumas educadoras que davam mais serviço para eles fazerem. Entretanto, em alguns casos, realizávamos um tipo de mediação, porque assim como nem sempre o adolescente estava certo, o educador também muitas vezes não estava. O cansaço, a irritação, a dificuldade para lidar com os outros, suas características pessoais faziam com que os educadores tomassem atitudes inadequadas, mas possíveis naquele momento.

Winnicott (1997, p.116, 117 e 123) traz considerações importantes sobre a adolescência em seu livro *A família e o desenvolvimento individual*. O autor considera vários fatores que permeiam essa fase da vida das pessoas. Primeiro, o menino e a menina adolescentes têm que lidar com questões da própria puberdade – desenvolvimento da sua capacidade sexual e das manifestações sexuais - que já o deixam extremamente conturbados. Junte-se a isso a própria alternância do desejo de independência rebelde e da dependência que precisa manter com as pessoas. Além disso, os adolescentes lutam por uma identidade pessoal que os caracterizem como adolescentes, sem que precisem se adequar aos padrões preestabelecidos. Por isso, faz parte dessa fase desafiar os outros, encontrar-se, afirmar-se.

Conforme o mesmo autor (op.cit., p.126 e 127)

Tudo se resume à questão de como ser adolescente durante a adolescência. Trata-se de algo muito difícil, e alguns jovens estão tentando realizá-lo. Isso não significa que nós, adultos, devemos dizer: “Veja que coisa bonita, pequenos adolescentes vivendo sua adolescência; devemos agüentar tudo e deixar que quebrem nossas janelas”. Não é essa a questão. O fato essencial é que somos desafiados, e encarar o desafio faz parte da vida adulta. Mas devemos encarar o desafio, e não tentar curar uma coisa que é essencialmente sadia.

Entretanto, lidar com os adolescentes no Abrigo Casa Coração de Maria desafiava a todos, pois além das características próprias dessa fase, eles se relacionavam conosco com toda a intensidade. Eles depositavam em nós as suas frustrações, os seus medos, a sua raiva (não podemos deixar de considerar que muitas vezes nós, educadores, também fizemos isso), emoções que poderiam até não ser dirigidas especificamente a nós e, por mais conhecimento que se tivesse, eram exigidas “competências emocionais” para lidar com a situação. Com as crianças era mais fácil, pois era possível controlar os comportamentos de uma forma “mais eficaz” – colocava na escada para pensar, pedia para subir e ficar no quarto etc. -, do que com os adolescentes.

Na dinâmica do grupo focal as educadoras relataram também que em razão da rotina extenuante, era difícil encontrar respostas mais adequadas nos momentos de conflito e na construção de alternativas de trabalho. Vejamos o relato de uma educadora:

“Por exemplo, pode ter até uma proposta de trabalho, só que não há tempo. Não há funcionário suficiente. Dois funcionários dão conta? Não dão. Porque enquanto você está pegando as crianças e levando para a sala de artes para fazer uma proposta, os outros ficavam na sala de estar. Aí a educadora que ficava na sala, atendia telefone, atendia a porta, ia trocar o outro, levar um na escola. Então não dá, não tem como”.

Somando a essa reflexão, a mesma educadora relatou como se via como funcionária dentro do abrigo pesquisado:

“Lá no Abrigo não há condições porque uma hora a campainha toca, outra hora toca o telefone e você tem que atender. No abrigo você é porteira, faxineira, secretária etc. Assim, não dá tempo para conversar melhor com eles”.

Entretanto, a mesma funcionária enfatiza que o trabalho no Abrigo teria melhores resultados se todos atuassem como uma equipe:

“Muitas vezes, o telefone cansava de tocar, morria de tocar e a cozinheira não saía de lá para atender. A gente estava lá na frente, tinha de, às vezes, deixar as crianças sozinhas e o telefone lá tocando. Custava atender? Não havia necessidade de largar a frente e ir lá atender. [...] A equipe são todos, faxineira, educador, coordenador, psicólogo, quem estiver nessa equipe. Só assim é possível fazer um bom trabalho”.

Uma outra funcionária, que trabalhava como auxiliar de coordenação nesse abrigo, disse que tinha a prática de auxiliar os demais educadores, porque percebia essa necessidade:

“Quantas vezes você escuta um grito, um choro! Você vai continuar sentada ali? Você vai lá ver o que está acontecendo. Se era uma hora em que o educador precisava de socorro, eu dizia: - ‘Dá um tempo, sai fora, deixa que eu fico aqui’. Isso que é legal em equipe. Entendeu? Então, com mais meninos ou com mais meninas, isso não é o problema. O que precisa é de equipe”.

Alguns educadores e a coordenação do abrigo, quando percebiam que o outro colega estava “perdendo a cabeça”, solicitavam que ele saísse, fosse fazer outra atividade e tentavam assumir o caso. Quando víamos que a criança e/ou o adolescente estava muito nervoso, querendo bater nos outros e quebrar as coisas da casa, tentávamos contê-lo e algum educador ia dar uma volta com ele, conversar melhor. Nesses casos, todos os funcionários deviam atuar em conjunto para tentar contornar a situação. Geralmente pedíamos para aquele educador que tivesse mais vínculo ajudar no caso. Infelizmente, em duas situações, educador e adolescente já chegaram a se bater.

Apesar de as educadoras relatarem o tempo todo a necessidade do trabalho em equipe, algumas adolescentes no grupo focal disseram que no dia-a-dia havia uma relação de trocas, de combinados individuais com os funcionários para conseguirem aquilo que queriam. Segundo Flávia,

“Outras educadoras tentavam me induzir. Tentavam da forma delas, às vezes conseguiam, às vezes não. Como educar dessa forma? Elas faziam um jogo: – ‘Ah, você quer isso? Está bom, então vamos lá...’. Daí você fazia tudo para ela só para ela deixar você sair no final de semana. Sabe?, ir passear de final de semana ou fazer alguma coisa diferente na casa. Você ajuda passar todas as roupas lá, só para ganhar um lanchinho mais tarde, para escutar música, tudo isso. Eu acho que, lógico, têm educadoras que eram ótimas, só que têm outras que só Jesus..., mas daí eu me afastava”.

Alguns adolescentes tinham uma relação de muita cumplicidade com os educadores, o que lhes permitia sair das regras que tinham na Casa. E isso gerava muitos conflitos no Abrigo, porque aquele educador que não autorizava a mesma ação era criticado.

Muitas educadoras utilizavam também os adolescentes para fazerem confidências ou falarem mal umas das outras, conforme o relato de Flávia:

Tem outras educadoras que você via que falava mal das outras pra danar. Mudava de plantão, uma falava mal da outra. Daí, eu ficava só na miúda. Então, você ficava meio assim – “Ah, meu Deus do Céu, não posso falar nada”.

Assim, como as educadoras relataram dificuldades no trabalho e no relacionamento com as abrigadas, duas adolescentes também demonstraram um certo afastamento dos educadores. Jéssica aponta:

Bom, eu nunca fui de adular muito educador, não. Pra mim, quando ele está errado, ele está, quando ele está certo, ele está, e, quando eu via que o educador estava falando mal do outro pra mim, eu já virava e falava assim: - “Seja sincero com as pessoas porque eu não gosto disso não”. E quando tinha alguma coisa errada na casa e quando me envolvia principalmente no meio, eu chamava um educador e o outro, colocava na frente e dizia quem é que estava certo e quem estava errado. Esse negócio de ficar adulando educador, eu não acho muito legal. Eu acho que, por isso, muitos educadores não gostavam de mim. Porque eu acabava sendo muito sincera ...

Adriana questiona também as atitudes dos educadores no dia-a-dia:

Eu, na verdade, gosto de todos, mas tem um que eu não me dou mal nem bem. Tem uma educadora que agora não está indo e eu não me dou muito bem com ela, porque eu não gosto muito do jeito dela. Ela é muito rude, eu acho. Qualquer coisinha ela não conversa, ela já vai lá, já toma decisão. Por exemplo, está aquela bagunça na sala, ela não vai lá e conversa, ela só desliga a TV para sair todo mundo. Ela não conversa e isso é uma coisa que eu não acho certa. Também tem outra que coloca apelidos em todo mundo, que eu odeio. Eu não coloco apelido em ninguém, não gosto que coloquem em mim. Mas, de resto, quando eu estou com algum problema, converso com as educadoras.

Outra questão levantada por Adriana e que interferia na relação que mantinha com as educadoras é que logo que chegou no Abrigo, transferida de um outro, falava para as educadoras que não gostava de onde estava. Isso foi muito mal entendido por uma funcionária. Vejamos o seu relato:

“Quando eu cheguei na Casa, eu sempre falava que não queria estar lá. Eu falava que queria ir embora, que eu preferiria o outro abrigo onde eu estava, porque eu não tinha experiência ainda com o pessoal daqui, que me trata melhor. Ainda não estava raciocinando bem, para dizer que esse é o melhor lugar, e não o outro. Então a B., às vezes, discutia comigo e eu discutia com ela. Falava que não, aí ela falava: -“Você quer ir embora? Então eu te levo agora”.

Adriana também relatou na dinâmica do grupo focal que muitas vezes achava que os educadores não estavam certos, mas o medo de perder o afeto deles fazia com que a atitude errada do educador fosse compreendida, conforme a sua fala:

“Às vezes, eu acho também que os educadores não estão certos. Eu discuto também, mas o meu jeito é assim. Mesmo que os educadores estejam errados, eu vou lá e peço desculpas. Esse é o meu jeito. Eu não gosto de deixar nenhum educador com raiva de mim. Eu não gosto disso porque para mim já é ruim, porque já tem um pessoal na escola que me acha chata, um pessoal na Casa que me acha chata. Fica mais complicado. Eu vou lá, peço desculpas, tento contornar as coisas. Fora isso, não tenho problema com educador nenhum. Já teve umas brigas. Foram umas duas ou três vezes com algum educador”.

### **4.3.3. A questão da sexualidade**

O tema sexualidade no abrigo demonstra também a complexidade que envolve o cotidiano no que diz respeito a essa questão, porque muitas vezes, trata-se de questões que tocam a privacidade de cada um. Conforme Suplicy (2000, p.07) a educação sexual

Ocorre de maneira informal e nos permite incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias. As vivências de cada um vão moldando uma visão muito particular sobre sexualidade que pode ser mais rígida ou liberal, severa ou lúdica, dependendo dessas influências. [...] A principal influência recebida desde a infância é a atitude dos pais frente à sua sexualidade.

Além das pessoas lidarem com os aspectos que estão ligados a sua própria particularidade, a forma como a questão da sexualidade é passada pela sociedade “reflete um pensamento dominante que se restringe à dimensão genital, deslocada de um contexto mais amplo – o das relações humanas” (Suplicy, op.cit., p.16).

O conceito da Organização Mundial da Saúde – OMS pretende ampliar o olhar que se tem para a sexualidade humana, definindo que:

A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito, e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito do que isto. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade

influencia pensamentos, sentimentos, ações e integrações e, portanto, a saúde física e mental.

O tema da sexualidade foi muito pouco explorado no Abrigo Casa Coração de Maria. Em 2004, realizamos um contato com o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual – GTPOS, para que fosse realizada uma capacitação para os educadores desse abrigo, mas, frente ao alto custo do curso, essa capacitação não pode ser realizada.

As psicólogas e a pedagoga (profissionais que trabalharam com os educadores) procuraram dar um suporte para os funcionários sobre essa questão, mas é interessante conhecer e apreender como no cotidiano do Abrigo isso era trabalhado.

Uma das maiores dúvidas dos educadores era quanto ao processo de masturbação das crianças e dos adolescentes. Tínhamos um adolescente, portador de uma deficiência mental moderada, que se masturbava o tempo todo com o seu edredon. Ele fazia isso sem muitos limites, o que chocava os abrigados e alguns educadores. Levamos essa demanda para a psicóloga que o atendia para que ela trabalhasse com ele essa atitude. Conforme as suas orientações, conversamos com os educadores que era necessário falar com o adolescente para que ele não se masturbasse na frente dos outros, mas sim no banheiro, na hora em que estava tomando banho ou em um momento em que estivesse sozinho. Entretanto, para “disfarçar” dos demais sobre o que estava acontecendo com o adolescente, os educadores falavam que ele estava conversando com o seu nenê (edredon) por isso ele ficava daquele jeito. Flávia em seu relato considerou errada essa orientação dos educadores e questionou: “Por que não falar abertamente para os outros que o adolescente estava se masturbando?” Eis a sua fala:

“Que nem no abrigo. O A. é um menino que tem síndrome, ele se masturbava. Só que você tem de passar isso para as crianças de uma outra forma. Daí falava que ele estava falando com o nenê. Porque não falar abertamente: - ‘Ele está se masturbando’. No meu caso eu sei o que é estar se masturbando”.

Para essa adolescente, o problema é que as educadoras não sabiam lidar com essa questão:

“Algumas educadoras ficavam constrangidas quando falavam sobre sexualidade, nem tocavam no assunto e, quando a gente falava besteiras, mandavam a gente subir para dormir”.

Em razão da falta de uma formação mais adequada proporcionada pelo Abrigo, alguns educadores se aventuravam a discutir com o grupo de abrigados (adolescentes a partir dos 13 anos) sobre a questão da sexualidade. Passavam algumas informações sobre o uso da camisinha, do anticoncepcional, do cuidado com o corpo, e quando a conversa ficava mais complexa, os educadores não davam conta da demanda.

Alessandra relata que era uma curiosidade muito grande dos adolescentes falarem sobre sexo, conforme seu relato: “Adolescente é assim, muito curioso”. As adolescentes usavam uma tática quando queriam falar sobre sexo:

“Quando as crianças pequenas estavam dormindo, a gente sempre começava a falar sobre sexo. Aí a tia subia. Então, faziam uma pergunta: - ‘Tia, o que que é isso?’ Ela explicava e a gente ia perguntando para ela porque tínhamos muita curiosidade. A gente perguntava para ela como era o processo. A gente fazia várias perguntas e a tia ficava indignada com as perguntas que a gente fazia”.

Se algumas educadoras ficavam indignadas, outras para orientarem os adolescentes falavam sobre suas próprias experiências sexuais. Assim fala Alessandra: “Jéssica perguntou para a V. (educadora) se ela fazia sexo oral com o seu marido. A V. respondeu que sim, que era muito gostoso, que era normal. Fazia assim, assado, quantas vezes por mês ...”. Alessandra no grupo focal também disse que todo mundo após o relato da educadora ficou com nojo: “Aí a gente fez assim ‘eca’, isso é nojento”. Frente a isso, Alessandra completa: “A gente ficou indignada, porque achamos nojento. Na televisão mostra a mulher fazendo, a gente acha ridículo, feio, mas a tia falou que, quando ela era pequena, ela achava ridículo, mas quando chega na hora, todo mundo quer experimentar, todo mundo quer fazer”.

Sem outras formas mais adequadas de conversar com os adolescentes sobre as suas curiosidades sobre o sexo, várias educadoras optavam por orientá-los através de suas próprias experiências sexuais, o que acreditamos inadequado, já que as falas podem ser usadas indevidamente. Conforme Suplicy (op.cit., p.24) “a atitude de colocar-se pessoalmente pode abrir espaço para invasões de privacidade, gozações e outras atitudes indesejáveis”.

Adriana no grupo focal disse: “Só terei a minha primeira relação sexual com uns 20 anos e depois de me formar”. Essa orientação de ter a sua primeira relação depois dos 20 anos partiu, conforme o seu relato, de uma funcionária do Abrigo. Inclusive a adolescente dando risada disse: “Se depender de nós, falando com a R. (funcionária) sobre esse assunto, a gente fica amarrada ao pé da mesa [...] Além disso, ela, a R., diz que as pessoas deveriam se cuidar mais, se guardar para alguém especial. Uma pessoa que mereça você”.

Podemos perceber também que essa orientação foi dada a partir de como essa funcionária compreendia a questão da sexualidade. Podemos constatar que falar sobre a sexualidade era dialogar apenas sobre a questão do ato sexual, não da energia que a sexualidade promove para o melhor relacionamento consigo mesmo e com os outros.

Uma das adolescentes disse que se sentia mais à vontade para conversar sobre o tema da sexualidade com os outros adolescentes, mas que também não era fácil conversar sobre esse assunto. Vejamos o seu relato:

“Quando eram muitos adolescentes no Abrigo, aí a gente falava mais entre si, as pessoas que tinham mais experiência falavam para a gente: é gostoso, é ruim. No meu caso, eu dava muita risada porque para mim era outra realidade. Quando eu entrei na casa, as meninas começaram a falar. Achava besteira falar de homem, sexo piorou ... [...] era um negócio meio estranho”.

Foi muito interessante, na dinâmica do grupo focal, o relato das adolescentes de como lidavam com a sua sexualidade - fase do desenvolvimento da capacidade sexual e das manifestações sexuais - e a partir de quais referências elas pensavam sobre a transformação de seus corpos e de sua identidade sexual. Eis a fala de Flávia,

“Quando eu entrei no Abrigo, eu era muito fechada, não queria saber de homem, não queria saber de nada. Porque minha mãe falava sempre que o meu pai era tarado, que meu pai era estuprador. Então, eu já fiquei com medo de uma coisa que eu nem sabia”.

Jéssica manifestou suas dúvidas em relação a sua opção sexual:

“Quando eu tinha uns 11 para 12 anos, eu gostava de mulher. Eu tinha até uma namorada. A gente acabava se beijando; muitas vezes a gente tirava a roupa uma na frente da outra. Eu gostava pra caramba dela. Então, eu acho que é por isso que eu não me interessava tanto por homem. [...] Então, eu me sentia meio estranha. Só que depois de um tempo, eu fui vendo que eu era.... Chega uma fase que a gente fica meio confusa, então, tanto homem como mulher, eu gostava dos dois. Só que depois eu acabei me decidindo por homem e, até hoje, às vezes eu sou assim. Não que eu me interesse por mulher, mas é que eu acho bonita, entendeu? Eu acho bonito o corpo de mulher, mas não para ficar”.

As considerações das duas adolescentes nos fazem refletir que tipo de orientação sexual foi oferecido nesse abrigo para que as crianças e os adolescentes possam lidar com a sua sexualidade, sem levarmos em consideração apenas o ato sexual em si e o medo constante de quem trabalha em abrigo – a gravidez. É um ponto que deve ser muito discutido nos abrigos, porque reflete as formas como essas adolescentes lidarão consigo mesmas e com os outros no decorrer das suas vidas.

Quando as educadoras foram indagadas na dinâmica do grupo focal sobre esse tema, um dos pontos levantados é que eles viam a questão da sexualidade em relação aos adolescentes de uma forma normal, entretanto, conforme relato de uma educadora, era necessário contê-la dentro do abrigo:

“A sexualidade é uma coisa que fala mais alto, mas era preciso contê-la dentro do abrigo. Conter por quê? Porque dentro do abrigo não se podia agir com normalidade, porque se a gente fechasse os olhos podia acontecer alguma coisa e a gente responderia por isso”.

Mais uma vez fica nítido o olhar para a sexualidade dos adolescentes, como apenas sinônimo de coito. Assim, muitas formas de relacionamento eram contidos, visto o que pudesse vir a acontecer (ato sexual).

Uma das educadoras na dinâmica do grupo focal trouxe o seu ponto de vista mais diferenciado do que o das outras. Assim é seu relato:

“A questão da sexualidade para mim entra na questão da afetividade. O toque às vezes é procurado como uma maneira de obter carinho, uma maneira de obter atenção, de estar se fazendo presente, de ter o outro consigo naquele momento. Eu acho que tem essas coisas que a gente não consegue entender, elaborar. A gente vê de maneira errada. Quando a gente presencia um menino com outro menino, a gente encara como um estupro, ou como uma coisa que não é legal. Na realidade para os dois, aquele é um momento de troca de carinho. Então é por isso que eu falo que a gente tem que estar preparado para esse trabalho. Porque xingar, esbravejar não vai adiantar em nada, só vai piorar a situação”.

Entretanto, a fala da educadora quanto ao fato de conter a sexualidade dos abrigados se dá por vários motivos: a solicitação dos adolescentes para namorarem entre si<sup>30</sup> e os “atos” sexuais que ocorriam na casa (manipulação dos órgãos genitais na frente dos outros; exibicionismo; contatos entre meninos e meninas do mesmo sexo; contato sexual entre adolescente e criança etc.).

Para uma educadora o fato de duas crianças quererem contato sexual a assustou. Seu relato:

“Para mim, eu confesso que no começo foi complicado lidar com a questão da sexualidade, principalmente quando vi duas crianças querendo ter contato sexual. Então eu fiquei assustada naquele primeiro momento, mas depois eu fui tendo orientação, como me portar, como fazer, aí me senti mais tranqüila para estar lidando, mas, no começo, logo que eu vi, que eu fiquei sabendo, foi complicado. Eu nem sei colocar outras palavras no lugar, mas agora, eu já encaro como uma coisa mais que natural. Mas demorei para encarar como uma coisa natural, até porque a gente tem aquela coisa de educação”.

A educação recebida por essa educadora influenciou no modo como ela encarou o contato sexual dessas crianças e mesmo com a orientação recebida, não foi fácil encarar o fato como uma coisa natural.

---

<sup>30</sup> No Abrigo Casa Coração de Maria não deixávamos os adolescentes namorarem entre si. Acreditávamos que posteriormente seria impossível ter um “controle” sobre os comportamentos deles dentro desse abrigo. Essa é uma demanda que precisa ser melhor discutida. Não encontramos no Abrigo uma outra resposta para essa questão, a não ser proibir.

Para essas questões havia orientação das profissionais que atuaram na supervisão do Abrigo, mas que não foi suficiente e nem tão elaborada para o conjunto dos funcionários. Alguns materiais (apostilas) foram entregues para a discussão do que era normal ou não em cada faixa etária, com a orientação para a qual, mesmo dentro de uma normalidade, era necessário estar muito atento, principalmente na hora de dormir, para que não ocorressem problemas.

Por causa de duas adolescentes terem ficado grávidas (namoravam jovens que não moravam no Abrigo), uma educadora afirmou:

“A questão da sexualidade é uma coisa muito difícil. Muitas vezes a gente chamou, conversou, explicou, orientou para usar camisinha, anticoncepcional, tem de ir ao médico. Muita gente falou isso, porque era melhor do que uma gravidez indesejada. Entretanto, ela falhou. Mas cada um segue o seu caminho”.

O fato de essas adolescentes terem engravidado foi visto por todos como uma impotência/incompetência do Abrigo. Apesar de todas as nossas orientações, a adolescente engravidou.

Uma das adolescentes que engravidou – Flávia - morou por 04 anos no Abrigo. Com dezessete anos começou a namorar um jovem que havia conhecido em um encontro sobre os direitos da criança e do adolescente. A adolescente veio nos pedir permissão para namorar e o rapaz (ele era dois anos mais velho do que ela), também. Autorizamos o namoro – com várias regras - e conforme o relato da própria adolescente: “Após um ano de namoro começamos a ter relações sexuais com preservativos”. Orientamos a adolescente sobre os métodos contraceptivos e a mesma passou em consulta médica. Quando a adolescente completou dezoito anos (não havia condições de ela retornar para a sua família e nem ir morar sozinha, por isso ela iria ficar por mais um tempo no Abrigo). Ela pediu a nossa autorização para ir morar com o namorado. Sabíamos que a mãe do seu namorado não desejava isso (o jovem morava com a mãe) e, após muito conversarmos, orientamos a adolescente que não era, naquele momento, o melhor caminho para ela. Ficamos sabendo, após 02 meses dessa conversa, quando a adolescente ainda estava no Abrigo, que ela estava grávida. O rapaz se comprometeu a casar e ela foi morar com ele.

A outra adolescente engravidou logo após a outra de 18 anos ter saído do Abrigo. Ela tinha 16 anos. Foi muito difícil para a equipe lidar com essa situação.

Além da falta de preparo dos educadores, outras questões são importantes para refletir sobre a gravidez dessas adolescentes. A mãe de uma das adolescentes sempre a orientava que deveria sair do Abrigo já casada. Essa mãe havia casado com 16 anos. O nascimento de uma criança tem um significado diferente para cada pessoa e a possibilidade de constituir uma nova família era o sonho de muitas adolescentes. A falta de perspectivas quanto ao futuro fazia com que se projetasse, muitas vezes, no namorado e, principalmente na sua família, a possibilidade de uma “nova vida”, uma “nova família”. Reis (2004, p.249) aponta que “a falta de horizontes tem sido determinante para um comportamento centrado na busca de um companheiro, na qual a gravidez é usada como estratégia, em muitas circunstâncias”.

Ainda segundo Reis (op.cit., p.251),

A maternidade e a paternidade juvenis se referem, principalmente, à falta de opções [...] A afetividade e a sexualidade podem se potencializar se outros aspectos da vida não estão se desenvolvendo [...] Assim, a maternidade e a paternidade, embora por caminhos tortuosos, podem surgir de buscas para suprir carências em outros campos da vida.

Para finalizarmos este item sobre a sexualidade, é indispensável que haja uma formação constante de todos os funcionários para lidarem com esse tema. É importante discutirmos o processo de desenvolvimento dos sujeitos, o que é próprio em cada faixa etária, para derrubarmos tabus e fornecermos informações/orientações para que a criança e o adolescente possam viver a sua sexualidade com qualidade. Esse tema deve estar intrínseco no projeto político-pedagógico do Abrigo.

#### 4.3.4. A relação entre os abrigados

Conforme relato de uma educadora na dinâmica do grupo focal, uma das dificuldades no abrigo pesquisado era trabalhar a diferença entre as faixas etárias. Era impossível com apenas 02 educadores por plantão conseguir atender às necessidades, ao mesmo tempo, das crianças e dos adolescentes. Além do mais, para todas as educadoras que participaram do grupo focal, os adolescentes não gostavam de conviver com as crianças pequenas. Uma educadora assim expõe:

“Na minha opinião, os adolescentes não gostam de se misturar com os pequenos. Eles acham que os pequenos têm mais atenção do que eles. Eles não gostam dessa mistura, querem tudo para eles, porque aí eles vão para qualquer lugar, podem assistir a qualquer programa. É complicado. Eles não respeitam muito não, se puderem eles ‘cacetam’ os pequenos mesmo. Eles batem nos menores. Já vi várias vezes. Eles têm ciúmes”.

Outra educadora afirmou, que os adolescentes acreditavam que “os ‘pirralhos’ vieram para tirar as tias deles” e explica por que os adolescentes achavam isso:

“Na realidade a tendência é de dar mais atenção para os pequenos. Eles requerem mais cuidados. Tem escada, tem isso, tem aquilo, tem o vaso sanitário. Então é sempre: - ‘Olha o Fulano, olha o Sicrano’. Ninguém falava: - ‘Olha a C., olha a V. (adolescentes)’. Era: ‘Olha a R., olha o M. (crianças)’. Os adolescentes se sentiam de escanteio. Essa é a minha opinião”.

Essa era com certeza uma reação dos adolescentes: sentirem muito ciúmes das educadoras por causa das crianças pequenas, entretanto essas educadoras não relataram que as dificuldades que elas tinham em se relacionar com as adolescentes aumentavam ainda mais a rivalidade entre as crianças e os adolescentes. Mesmo com uma rotina extenuante, elas estavam mais “disponíveis” para os pequenos, por questão de afinidade e facilidade no trato.

As adolescentes tiveram um olhar diferenciado sobre essa questão. Vejamos o relato de Jéssica:

“Eu sempre gostei do fato de ter crianças pequenas na Casa, porque me fazia voltar à minha infância. Além do mais era uma forma de dar e receber carinho, de poder cuidar e de ter os nossos irmãos junto conosco”.

Conforme o relato de Alessandra, quando uma adolescente “judiou” de uma criança, ela fez um protesto. Eis seu relato:

“Tinha uma adolescente que falava para a criança: ‘Vai dormir, vira pro canto, vai fazer isso’. Às vezes, chega na criança, pega-a pelo braço e aperta, fica balançando. A criança não gosta, começa a chorar, que é o que já aconteceu com a R. Vivo falando pra ela, não faz isso com a criança porque a criança não quer dormir. Deixa-a aí brincando, que daqui a pouco ela dorme. Até a educadora perguntou se nós estávamos judiando da R. Aí eu falei: -‘Ela está judiando, sim’. Ela respondeu que não estava judiando da menina, que estava pedindo para ela ir dormir, virar para o canto. Eu disse que estava judiando, sim. Essa pessoa não é um educador, mas a educadora pediu para uma adolescente pôr a menina para dormir. Aí a menina punha para dormir, virava para o canto, apagava todas as luzes, virava pro canto, a menina chorando, esperneando, gritando. Eu dizia que ela estava judiando da criança. Uma hora eu pedi para a outra adolescente sair, deitei do lado da criança, falei baixinho para ela dormir, fiz carinho e ela dormiu”.

Flávia relata que, quando entraram as crianças mais novas, deu aos adolescentes uma nova responsabilidade e ela gostava disso:

“Depois que entraram as crianças menores, você fala assim: - ‘Ah vou ter de ajudar’. Se a criança vai fazer bagunça, você tem de chamar a atenção. Que nem quando meus irmãos entraram, eles eram menores. Eles aprontavam muito. Eu ia atrás deles, brigava com eles, colocava-os pra deitar, mesmo quando eles não queriam. Até dos irmãos dos outros eu cuidava. Eu preferia eles junto comigo do que em outro lugar. Eu gostava de fazer isso”.

Apesar das brigas e dos ciúmes dos adolescentes por causa das crianças, consideramos que havia uma relação de afeto entre eles. Todos os adolescentes ajudavam a cuidar das crianças, solicitavam para ir buscá-las na escola, na creche e as acompanhavam ao médico. Tinha uma adolescente que adorava pentear o cabelo de todas as crianças. Quando uma criança ficou muito doente, os adolescentes não conseguiam sair da casa, porque estavam extremamente preocupados com ela. Todo mundo falava baixo para não incomodar a criança.

Agora, é uma relação que não é fácil. Há muito ciúmes, porque por mais que os adolescentes se comportem com uma “independência rebelde” – querem fazer tudo sozinhos, se consideram “donos do nariz” -, eles necessitam do colo, do afeto e do apoio dos adultos. Havia muita irritação, sim, com as crianças, principalmente quando estava passando algum programa na TV a que os adolescentes queriam

assistir e as crianças gritavam demais etc., mas ao mesmo tempo havia uma vontade de cuidar, mesmo que fosse para atender às suas próprias carências.

Algumas questões devem ser pensadas: uma forma de os adolescentes afetarem os educadores, principalmente quando estes não lhe davam atenção ou tomavam alguma medida que não gostavam, era “maltratando os pequenos”. Acreditamos que isso não significava que os adolescentes não gostassem das crianças, mas era uma forma de atingir os educadores; o educador quando estava muito atarefado dava ao adolescente a incumbência de cuidar das crianças e inclusive de dar bronca quando elas fizessem bagunça. Algumas vezes os adolescentes davam uns tapas nas crianças e não havia manifestação dos educadores, dando assim legitimidade àquele ato. Entretanto, quando não era incumbência do adolescente cuidar da criança, o educador contestava o ato. Então, era conflituoso. Uma hora você pode e na outra não. Essa ação também interferia na relação que o adolescente tinha com a criança.

Sempre optamos por ter um número quase igual de crianças e de adolescentes, ou seja, 10 e 10. Dessa maneira nem as crianças e nem os adolescentes ficavam isolados. Havia faixas etárias que se entendiam e que se relacionavam. Em alguns momentos havia diferença nesses números por causa dos encaminhamentos realizados pelos Fóruns e pelos Conselhos Tutelares.

Mesmo diante da fala do educador, de haver poucos funcionários para tratar as diferenças entre as crianças e os adolescentes, no Abrigo Casa Coração de Maria usávamos algumas estratégias: ter duas televisões para que não houvesse brigas; havia uma escala de uso do aparelho de som portátil. Nunca o uso poderia atrapalhar o que o outro estivesse fazendo; algumas atividades externas eram realizadas apenas para os adolescentes ou apenas para as crianças, ou em muitos casos juntos, já que os adolescentes adoravam ir também aos passeios das crianças.

Quanto à relação entre adolescentes, Flávia relata que, apesar das brigas, havia muita cumplicidade entre eles:

“Então sempre era uma coisa de mais cumplicidade. A gente era muito mais amigo. Quando um aprontava, a gente ficava quieto, ninguém falava. Se o educador descobrisse, um ia pra cozinha descascar cebola, outro ia descascar alho, outro ia passar roupa etc, mas ninguém falava nada. Era bem legal mesmo. Quando tinha os meninos mais velhos... Foi na época que eu entrei, aquele negócio, adolescente está na fase onde os hormônios estão à flor da pele. Daí um queria namorar o outro, daí aquele negócio de cumplicidade, um ficava lá na escada olhando pra ver se a educadora estava vindo. Daí quando ela chegava, estava todo mundo deitado. Senão a gente ficava contando piada no escuro. Eu ajuntava os beliches, um ao lado do outro, ficava contando história de terror. Daí todo mundo de cima descia para a cama de baixo, pra ficar um pertinho do outro. Era uma época bem gostosa. Lógico que havia aquelas intrigas básicas. Como nós éramos muito amigos, tinha uma hora em que você até acabava discutindo com o outro. Só que depois passava”.

Para essa adolescente não tinha como não ter essa cumplicidade, principalmente porque todo mundo acabava fazendo tudo junto:

“Você dorme, acorda, toma banho praticamente junto. Às vezes uma estava lá penteando o cabelo e a outra estava no vaso sanitário. Isso acontecia muito e como era aquela correria, aquela brincadeira, então você se sente igual irmão mesmo. Uma está penteando o cabelo, a outra está se trocando, outra está tomando banho, outra está lá dentro do banheiro, às vezes aprontando. Às vezes a gente enchia a banheira, naquela cumplicidade: - ‘Vamos lá!’ Eu entrava na banheira e a gente brincava lá na banheira. Eu acho que foi uma fase bem gostosa na minha vida. Aprendi muito, mesmo brigando, discutindo, acabei aprendendo”.

Essa questão da cumplicidade também foi relatada por uma educadora: “Eles têm uma cumplicidade entre eles, existe essa cumplicidade. Por exemplo, se fulano planeja fugir, nós não vamos ficar sabendo, mas todos eles sabem”.

#### **4.4. A relação com a comunidade**

Conforme especificado no item 2.7 desta pesquisa, o Abrigo Casa Coração de Maria era privilegiado pela quantidade de recursos disponíveis para o melhor andamento do seu trabalho. Dificilmente tínhamos dificuldades no acesso a algum recurso, seja ele público ou “particular”. Conseguimos construir uma teia de serviços que fortalecia, complementava e dava qualidade às ações desenvolvidas no Abrigo. Entretanto, em relação ao trabalho com as famílias tínhamos mais dificuldades em

conseguirmos recursos, tendo em vista garantir a provisoriedade da medida de proteção.

Mesmo com a garantia do acesso aos recursos, pretendemos neste momento destacar alguns aspectos importantes no relacionamento com essa rede. A relação com uma escola pública estadual foi muito difícil<sup>31</sup>. Alguns meninos, principalmente nas idades de 08, 09 e 10 anos, davam muito trabalho nessa escola. Eles também causavam alguns problemas no Abrigo, mas conseguíamos encontrar ações para lidarmos com eles. Entretanto, os professores alegavam que em razão de seus próprios limites, não tinham condições de lidar com o comportamento dos meninos. Éramos chamados freqüentemente para reuniões com a diretoria e com os professores, e era dito para nós: “Vocês tem que tomar alguma providência em relação a esses meninos, senão, teremos de transferi-los de escola”. Os professores falavam como se fosse somente nossa a responsabilidade de trabalhar o comportamento dos meninos. Não havia um movimento da escola para discutir alternativas que pudessem ser tomadas no seu próprio espaço para lidar com as atitudes dos meninos. Quando questionávamos, sugerindo que poderíamos atuar em conjunto nos casos, só que deveria haver esforços de todos, a coordenadora pedagógica nos dizia que elas faziam o melhor que podiam e cabia ao Abrigo “modificar” sozinho o menino. Os garotos, percebendo a fragilidade e a hostilidade das pessoas da escola, acabavam tendo comportamentos violentos, como quebrar vidros, descarregar extintores, bater nos colegas etc. Chegamos a transferir um menino de escola, a pedido da psicóloga que o atendia. Ela acreditava que não dava mais para insistir no relacionamento, já que a escola havia deixado de acreditar no menino.

As conversas com a diretora e com as professoras geralmente eram muito tensas. Solicitávamos nesses encontros a presença da psicóloga que atendia os meninos, pois percebíamos que a escola ficava mais “tranqüila”, porque acreditava que o problema era único e exclusivo do menino, mas à escola não cabiam também ações específicas, porém conjuntas.

---

<sup>31</sup> Essa é uma demanda muito trazida pelos coordenadores de abrigos no Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo - a dificuldade no relacionamento com as escolas.

Uma situação extremamente constrangedora ocorreu com esses meninos. A diretora da escola chamou todos os alunos (todos conheciam os meninos do Abrigo, por causa de seus comportamentos). Fizeram uma roda e no centro dela colocaram os garotos do Abrigo. Em um determinado momento, a diretora perguntou para os outros alunos: “Vocês querem que denunciemos o comportamento desses meninos para o Conselho Tutelar?”. Todos os outros alunos gritaram sim. Após isso, a escola fez uma denúncia ao Conselho Tutelar e nós fizemos uma denúncia na Coordenadoria e na Secretaria de Educação. Os conselheiros tutelares realizaram uma visita ao Abrigo e compreenderam todas as ações que estávamos realizando para que os meninos se comportassem bem na escola, mas que era uma demanda que também tinha que ser atendida pela escola e não só por nós. É interessante ressaltar que as outras escolas que tinham problemas com as crianças e com os adolescentes da Casa, comportavam-se de maneira totalmente diferente. Os professores e a diretoria nos chamavam para conversar e propunham ações conjuntas. Por mais que houvesse demora na melhora do comportamento do abrigado, a escola não se mantinha alheia ao que estava acontecendo.

Percebíamos que havia muito preconceito em relação ao menino e à menina abrigados e isso prejudicava a relação entre a escola e eles.

Apesar da dificuldade do relacionamento com as escolas, a convivência com o “mundo de fora” era extremamente incentivada e praticada pelo Abrigo. Essa relação diminuía os preconceitos, inseria a criança e o adolescente na comunidade, fortalecendo a sua auto-estima, a sua individualidade e a sua autonomia.

Marin (1999, p.13 e 14) traz uma contribuição importante sobre esse aspecto:

Quando se abrem as portas da instituição e a criança tem uma relação viva com sua comunidade [...] quando se apaixona por outra criança no mundo de fora, quando pode viver sua sexualidade – ao contrário do mundo assexuado do modelo de internatos – surgem conflitos, surge a necessidade de entender e questionar a sua história e passa a ser possível viver situações de angústia e dor. Essas vivências é que são estruturantes de qualquer ser humano e, fundamentais, para que se alcance a maturidade e se constituam sujeitos sociais.

Quando as adolescentes foram questionadas sobre o que achavam e como se sentiam no relacionamento que tinham com a comunidade, Alessandra disse:

“Eu acho ótimo. Quando eu saio, eu acho ótimo, porque eu sempre converso com alguém de fora, com as minhas amigas. Às vezes, eu me abro com as minhas amigas, conto várias coisas que estão acontecendo. Até fofocas, com os voluntários da Universidade São Judas Tadeu quando a gente vai lá eu falo. Eu me dou muito bem com eles. Sempre converso”.

O contato com o mundo de fora possibilita a construção de novas amizades, de novos olhares sobre a vida e sobre o mundo, aumenta a alegria e o prazer pela vida.

Entretanto, ainda existe a necessidade de lidarmos e trabalharmos com os preconceitos que persistem em relação às crianças e aos adolescentes que moram em instituições. Segundo Jéssica,

“Houve uma vez que havia uma “Patricinha” na escola, na 5ª série, ela me chamou de órfã. Eu não gostei de jeito nenhum, porque eu acho que tem de ter respeito por todo mundo. Não importa o que a pessoa seja, até se ela for um mendigo, o respeito deve ser preservado. Aí eu acabei brigando com ela. Dei vários ‘escarcéus’ na sala”.

O importante no relato de Jéssica é que ela se manifestou. Independentemente da sua condição, exigia respeito. Ao ouvir o comentário da colega, poderia ter guardado para si e sofrido com aquilo, mas resolveu reagir.

Complementando esse aspecto, Flávia relatou como as pessoas a viam:

“... quando você vai participar de um curso, de um encontro, ou de uma conferência, as pessoas falam: - ‘Você é de um abrigo? Nossa, mas é tão diferente! Você não é revoltada’. Eles imaginam uma pessoa revoltada. Não pensam que as pessoas que estão no abrigo são normais. Eles acham que o abrigo é só para delinqüentes! Existem outras pessoas que não têm consciência do que é um abrigo. Quando eu fui participar de um curso e quando eu comecei a me sair bem no curso, daí o pessoal falava: - ‘Nossa, você é de abrigo! Coitadinha, ela é de abrigo. Vamos dar mais atenção para ela’. Eu dizia: - ‘Não gente, eu sou normal como os outros’ e acabava mostrando isso”.

As relações com a comunidade, com os outros também são importantes para o amadurecimento das pessoas. Jéssica relatou:

“Quando eu comecei a me relacionar com as pessoas da Companhia de Dança, eles me ensinaram a convivência com as pessoas, a reeducação do corpo. Como se comportar, como se dirigir às pessoas, o que se deve fazer, o que não se deve. Lá dentro da Companhia o pessoal sempre me respeitou como pessoa, e não porque eu era de um abrigo. Eles me ajudaram para caramba, e sempre disseram que eu sou uma pessoa que luta por aquilo que quer, não importa onde esteja”.

Entretanto, quando o assunto era religião era difícil para essa adolescente:

“Quando eu me encontrava com o pessoal da igreja eu gostava. Eu sempre me identifiquei muito com eles. Só que, às vezes, eu me sentia mal quando eles queriam dar palestras de Deus. ‘Ah, porque Deus vem aqui na terra, isso, aquilo’. Eu não gostava. Então acabava fugindo. Disso eu não gostava, mas deles como pessoas, eu adorava”.

Apesar da organização mantenedora ser católica, havia um respeito muito grande pela religião dos abrigados e de suas famílias. A organização que executava o serviço antes de nós era espírita. Eram realizados alguns encontros espíritas dentro do Abrigo. Quando iniciamos o nosso trabalho, conversamos com as crianças e com os adolescentes que eles poderiam continuar participando dos cultos espíritas, mas que tais cultos não seriam promovidos na Casa. Alguns adolescentes por algum tempo foram a um Centro Espírita, mas depois pararam. Como tínhamos uma boa relação com uma igreja católica próxima ao Abrigo, algumas adolescentes pediram para ser batizadas e crismadas. Conversamos com as suas famílias, que também concordaram, e assim foram realizadas as cerimônias na própria igreja. Vários adolescentes optaram por nem ser batizados. As crianças menores eram batizadas de acordo com o desejo de suas famílias e poderiam ser batizadas na igreja de preferência da família.

A relação com o “mundo de fora” é extremamente importante para que as crianças e os adolescentes se constituam como sujeitos e melhorem a auto-estima.

#### **4.5. Concepções de família e a preservação dos vínculos familiares no abrigo**

Pudemos apreender na fala de todos os sujeitos que participaram desta pesquisa a importância que a família tem para o indivíduo. Tanto nas entrevistas com o pai e com a mãe, como nas dinâmicas de grupo focal com os educadores e com os adolescentes, a presença do tema família ocupou grande espaço.

Apesar de as competências em relação ao trabalho com as famílias que têm suas crianças e seus adolescentes abrigados ainda serem um “jogo de empurra-empurra” na rede de proteção integral - ausência do que se atribui aos outros envolvidos e responsáveis por essa medida em relação ao processo de reintegração familiar – uma das atribuições fundamentais do abrigo, conforme o primeiro princípio do artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é a preservação dos vínculos familiares.

Entretanto, uma das “incompreensões” não só das pessoas que trabalham nos abrigos, mas também da sociedade, é como preservar, ou mesmo como reintegrar essa criança ou esse adolescente em sua família depois de situações que envolvem violência, abandono, negligência, abuso sexual etc., garantindo a provisoriedade que prioriza o ECA?

Várias questões devem ser levadas em consideração para uma discussão mais elaborada sobre essas “incompreensões” e, sobretudo, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária - direito esse estabelecido no ECA, em várias convenções internacionais e, atualmente mais discutido, no processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social através da Política Nacional de Assistência Social. Nesse momento, não queremos sacralizar a família, assim como não discordamos que, em muitos casos, o retorno da criança e/ou do adolescente para a sua família não será possível, mas são necessárias tais ponderações.

A questão de gênero é muito forte nos abrigos para crianças e adolescentes. As mulheres são, praticamente, as únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos. Durante os quatro anos de trabalho da pesquisadora no Abrigo Casa Coração de Maria, apenas dez pais foram atendidos. Já passaram pelo Abrigo, do início do ano de 2000 até o presente momento, 70 crianças e/ou adolescentes, e hoje estão lá atualmente abrigadas 21. Desse universo, somente dois pais cuidavam sozinhos de seus filhos, os outros oito acompanhavam suas companheiras nas entrevistas e nas visitas, e, destes oito, quatro acompanharam efetivamente o processo de desabrigo. Esse fato demonstra que as mulheres continuam maternando e sustentando seus filhos sozinhas. O homem, neste contexto, é menos cobrado do que a mulher quanto às suas responsabilidades em relação aos filhos. Hoje em dia é naturalizado seu abandono, sua ausência, como se um filho fosse gerado apenas pela mãe.

Em razão dessa “naturalização” do abandono dos pais, devemos ter muito cuidado para não culpabilizar, com os nossos preconceitos, tão somente as mulheres, perdendo a possibilidade de qualquer trabalho que envolva a participação dos homens. Percebemos que a tendência das pessoas é sentir muita raiva quando a mãe abandona seus filhos. Para elas, mãe nunca abandona seu filho, se o faz deve ser severamente punida com a esterilização. Em razão das raízes patriarcais intrínsecas nas relações de gênero, para o homem abandonar a família se torna mais “fácil” do que para a mulher, que se vê presa, cultural, social e ideologicamente a assumir o ônus do cuidado com os filhos sozinha e ainda ser culpabilizada por ter escolhido “o homem errado”.

Podemos constatar que a maioria dos serviços de proteção infantil enfatiza, muitas vezes demasiadamente, a identidade/responsabilidade materna. De acordo com Souza (2000), as mães nos processos que tratam de violência doméstica, independentemente do grau de envolvimento nos episódios de agressão, são muito cobradas. Uma identidade materna negativa constitui um fator de risco no discurso da proteção infantil e contribui para o fortalecimento de um estereótipo de comportamento materno positivo, que tem como ingredientes principais a dedicação integral aos filhos.

A pobreza também é outra questão que devemos levar em consideração no processo de discussão do direito à convivência familiar e comunitária. Não podemos enfatizar que a pobreza é o único motivo que leva ao abrigamento das crianças e dos adolescentes, senão, no nosso país, quantos abrigos seriam necessários para atender todas as crianças e os adolescentes pobres? Mas o que devemos levar em consideração é que a maioria dos abrigados é de família pobre. Será que atos de abandono, de violência, de negligência, de abuso sexual não acontecem nas famílias com melhores condições econômicas, ou elas estão livres disso?

Não podemos deixar de mencionar essa questão. Que ações hoje são realizadas para que as crianças e os adolescentes pobres tenham seu direito à convivência familiar e comunitária garantido? Mesmo a pobreza não sendo o maior condicionante para a perda temporária do poder familiar, a pesquisa do IPEA constatou que, dentre todos os motivos que levam ao abrigamento, o maior percentual é o da pobreza<sup>32</sup>.

Essas questões devem ser levadas em consideração para que as nossas “incompreensões” possam se situar em um contexto mais amplo. Não podemos olhar para a mãe, para o pai ou para o familiar/responsável como um indivíduo isolado, fora de uma conjuntura social e conforme afirma Faleiros, “não é possível dissociar o padrão de convivência familiar das questões mais amplas de frustração, humilhação, redução dos direitos sociais e privação causadas pelo desemprego e pela diminuição do papel do Estado na garantia da sobrevivência das famílias por meio da provisão de políticas sociais” (FALEIROS 2004 apud SILVA, 2004B, p.46).

Não existem políticas públicas eficazes que garantam - na parceria que é estabelecida entre família e estado e sociedade - o direito de viver em família e prioritariamente na família de origem. O Estado tem se afastado cada vez mais de suas responsabilidades, fazendo com que a família necessariamente parceira nesse processo de proteção, não consiga desempenhar plenamente suas funções.

---

<sup>32</sup> Conforme Silva (2004B, p.56), 24,10% dos motivos que levam ao abrigamento de crianças e adolescentes estão relacionados à carência de recursos materiais da família/responsável (pobreza).

Conforme Chauí (1998, p.13), vivemos sob

... duas grandes dídivas neoliberais: do lado da economia, uma acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego estrutural; do lado da política, a privatização do público, isto é, não só o abandono das políticas sociais por parte do Estado, mas também o recrudescimento da impossibilidade para que a esfera pública possa constituir-se.

A crítica generalizada à indiferença do Estado neoliberal em relação às políticas públicas, a redução do espaço do Estado de Bem-Estar e, sobretudo, a privatização das políticas sociais tornam, portanto, a situação absolutamente dramática para amplas camadas da população, principalmente para as famílias mais pobres, que se sentem humilhadas, ofendidas e culpadas por não possuírem aquilo que o capitalismo não lhes deixa possuir. Pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número dos que detêm o poder. Segundo Sampaio (2005, p.A3):

Se morrerem todos, o PIB não será afetado nem as margens de lucro e índices de acumulação do capital (salvo, talvez, o lucro das firmas que fornecem bens para os programas assistenciais do Estado).

Essas questões devem se somar - pois não são as únicas - a outros subsídios, na nossa atuação com as famílias no Abrigo. Devemos também ouvir o que esses sujeitos têm a dizer na sua singularidade, na sua individualidade. Pensar a família é refletir sobre o percurso de vida familiar, o que envolve as ações dos vários sujeitos que a compõem. Esse percurso se insere no tempo histórico, social, político e cultural de cada sociedade. Levar em consideração esses fatores é necessário para não cairmos na tendência de nivelar o nosso olhar e não entender, por exemplo, em razão da proximidade que temos com o problema, como em uma aparente igualdade de condições, uma mãe abandona o seu filho e outra se sacrifica trabalhando para cuidar dos seus.

Vitale (2004) traz uma consideração importante sobre a complexidade da família:

A família é uma realidade complexa, em constantes transformações, uma realidade que não podemos captar de forma imediata. Ela é um espaço de convívio e de confronto entre gêneros e gerações, coexistindo situações de conflitos e mecanismos de solidariedade. A família contemporânea é relacional.

Em face da dificuldade de compreender tal complexidade, torna-se indispensável que os trabalhadores de abrigos realizem uma reflexão sobre de que forma a medida de proteção abrigo é utilizada em nosso país, pois são sujeitos políticos pela ação que realizam. No último encontro nacional de abrigos da Pastoral do Menor, houve uma cisão nas discussões. Uma parte das pessoas acreditava e defendia que o melhor para a criança e para o adolescente era ficar no abrigo. O abrigo deveria se constituir como família. E a justificativa dada era que o trabalho com as famílias é muito difícil. Quando as pessoas que participavam desse encontro (trabalhadores de abrigos) foram questionadas sobre qual era realmente o trabalho realizado com as famílias das crianças e dos adolescentes abrigados, focalizaram as poucas entrevistas e os encaminhamentos solitários que realizavam. Quais as políticas, quais as ações conjuntas que eram realizadas em relação às famílias por esses trabalhadores e pela rede de proteção integral? Na medida em que não nos questionamos sobre essas ações, leva-nos a acreditar que o abrigo é o melhor lugar para a criança e o adolescente viverem. E como nós, sujeitos políticos, nos colocamos na discussão para que seja garantido que milhares de crianças possam retornar para as suas casas, apenas com as nossas ações isoladas?

Logo que a Organização Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto assumiu o abrigo pesquisado, poucos familiares compareciam às visitas. Constatamos que havia algumas regras determinadas pela outra organização que dificultavam a visita das famílias. O horário das visitas era extremamente rígido. Os familiares poderiam ver os abrigados apenas aos sábados e das 14 às 16h. Não eram abertas exceções. Aqueles que compareciam só podiam ficar no hall de entrada. Não tinham acesso a

nenhum outro cômodo da Casa. Várias cadeiras eram colocadas nesse hall e um cartaz afixado em uma parede dizia que era proibido fumar e entrar na Casa.

Tiramos esse cartaz, colocamos as cadeiras em outro espaço e as crianças e os adolescentes começaram a receber seus familiares na sala de estar, ou em uma sala, chamada sala de artes, que ficava na edícula da casa.

Flexibilizamos os horários e o dia da visita, já que muitos pais não podiam vir nos dias estipulados. Dessa maneira, eles poderiam ficar mais próximos dos filhos e de nós, inclusive participando de algumas atividades.

Solicitamos autorização para lermos os autos processuais das crianças e dos adolescentes nas Varas da Infância e Juventude com o objetivo de obter mais informações e subsidiar as nossas ações. Começamos a realizar visitas domiciliares e a convidar os pais para visitarem e participarem de algumas atividades do Abrigo. Passamos, então, a estimular as visitas (levando sempre em consideração se havia ou não proibição judicial). Realizamos vários passeios em que os pais estavam juntos. Para todas as confraternizações que eram realizadas, convidávamos os familiares. Fornecíamos passes de ônibus quando a mãe ou o pai ou o familiar não tinha condições de pagar a condução e, algumas vezes, fornecíamos cesta básica. Procurávamos convidar para as festas, passeios e aniversários não só o pai ou a mãe – várias crianças não tinham mais contato com eles – mas também outros membros da família ou pessoas importantes na vida das crianças e dos adolescentes.

Orientávamos os educadores sobre a importância de se acolher bem a família, assim como de estar atentos aos comportamentos. Para exemplificar essa questão, tivemos uma experiência no Abrigo em que um pai e uma mãe estavam separados e foram visitar o filho no mesmo dia. Nesse dia eles brigaram dentro da casa, constringendo o filho e as outras pessoas que estavam no local, por isso

optamos por orientar que as visitas deveriam ser realizadas em dias separados, até que pudéssemos avaliar melhor o caso.

No início do nosso trabalho, havia uma assistente social que auxiliava a coordenadora do Abrigo no acompanhamento das famílias. Cada uma ficou responsável por alguns casos e depois discutiam sobre cada um deles. Logo que essa assistente social saiu, contratamos uma psicóloga que passou a atuar nesse trabalho, realizando também atendimentos individuais e visitas domiciliares às famílias. Nos atendimentos individuais levantávamos os pontos que levavam ao abrigo, mas, também, a história de vida dessas pessoas. Pensávamos que assim poderíamos encontrar, juntamente com elas, caminhos que possibilitassem o retorno das crianças e dos adolescentes ao lar.

Em 2002, realizamos um trabalho em grupo com as mães para o qual convidamos alguns pais, que não compareceram. Esse trabalho foi orientado por profissionais do Instituto Sedes Sapientiae, um projeto que tinha como tema: “Pais e mães: seus papéis na relação com os filhos – afeto e autoridade”. Esse tema foi escolhido, porque muitas mães relatavam as dificuldades que tinham em lidar com os seus filhos, sobretudo na tarefa de colocar limites.

Entretanto, na primeira sessão do grupo, percebemos que essas mães queriam falar sobre si. Queriam expor as suas dificuldades pessoais: auto-estima baixa, sensações de fracasso e frustração, medos, impotência, tristeza. Elas queriam ser ouvidas na sua individualidade, não queriam apenas falar sobre os seus filhos, mas sobre si mesmas. Todas diziam que amavam os seus filhos, mas as demandas do dia a dia eram difíceis de serem suportadas sozinhas, principalmente porque estavam fragilizadas emocionalmente. Foram 12 sessões em que discutimos vários temas relacionados às histórias pessoais dessas mulheres. Todas as mães que participaram do grupo se sentiram mais fortalecidas para enfrentarem os desafios do dia-a-dia.

Somada a essas ações, realizamos algumas parceiras para o atendimento dessas famílias. Conseguimos, através de uma organização internacional, dinheiro para complementar a renda de uma mãe, por dois anos, para que ela pudesse ficar com os filhos. Além disso, nós a encaminhamos para um trabalho (na própria organização mantenedora) e possibilitamos a ela um atendimento psicoterápico (Clínica Avape). Com recursos próprios da organização, internamos duas vezes uma mãe que era dependente química em clínicas para tratamento. Juntamente com a Supervisão Regional de Assistência Social da Mooca incluímos várias mães em benefícios de transferência de renda. Mediante parceira com uma igreja, várias famílias recebiam cestas básicas.

Entretanto, constatamos que não podíamos garantir - acreditamos que essa competência não é só do Abrigo - para todos os familiares os atendimentos que eram necessários, mesmo articulados com a rede de proteção integral. Não conseguíamos incluir na rede pública de saúde familiares que necessitavam de atendimento em saúde mental; demandas relacionadas à habitação, ao trabalho e à qualificação profissional também eram difíceis de serem atendidas; não há vagas suficientes na rede sócio-assistencial da comunidade de origem da criança e do adolescente para efetivarmos o desacolhimento – creches, núcleos sócio-educativos, cursos profissionalizantes; não conseguíamos acompanhar as famílias e os jovens após o desabrigamento.

As questões relacionadas acima não contemplam todos os caminhos necessários para que as crianças e os adolescentes retornem para as suas casas. Mesmo porque cada caso era um caso. Havia situações em que os familiares/responsáveis não tinham mais o desejo de ficar com os abrigados. Não compareciam às visitas, não telefonavam. Quando o pai ou a mãe já havia falecido, em muitos casos, os outros parentes não realizavam mais nenhum contato. Muitas mães optavam pelos companheiros e os filhos ficavam no abrigo<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Reflexões sobre essa consideração podem ser encontradas no texto: MUSZKAT, Malvina; MUSZKAT, Susana. Permanência na diversidade: um estudo sobre a conjugalidade nas classes de baixa renda. In: GOMES, Purificacion Barcia (Org.). *Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: CALLIS, 2003.

Poderemos apreender melhor, a partir dos relatos dos sujeitos que participaram desta pesquisa, como a questão da família era vivenciada dentro do Abrigo Casa Coração de Maria.

As histórias de vida da mãe e do pai que participaram desta pesquisa nos levam a constatar como os seus direitos fundamentais básicos lhes foram negados. A violência estrutural é presente na vida deles. Segundo Minayo (1990, p.290), a violência estrutural é “aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas conseqüências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora”.

Tanto a Sra. Cilene como o Sr. Silmar relataram em suas entrevistas que não haviam tido infância. Cilene, quando indagada sobre como havia sido sua infância, diz:

“Eu não tive infância. Comecei a trabalhar com 7 anos de idade. Aos 10 anos, minha mãe não tinha notícias minha, pois a mulher tinha sumido comigo. Mas eu trabalhei muito, ela apanhava bloco para eu lavar a louça, eu lavava, passava, fazia tudo. Trabalhei muito. Aí minha mãe me pegou e me tirou dessa casa, que a mulher estava judiando de mim. As crianças dela me batiam, me chutavam. Com 10 anos de idade, minhas pernas viviam roxas. Aí minha mãe me tirou de lá, me colocou em outro, bem longe. Minha mãe me pôs lá na casa de uma mulher. A mulher me tratava muito bem. Eu fiquei lá três anos, depois eu voltei para o trabalho onde eu estava”.

O Sr. Silmar também relata:

“A minha infância ..., para falar a verdade, acho que nem tive infância. Eu comecei a trabalhar muito, muito novo na roça e nosso pai era do interior. Lá era uma cidadezinha pequena. Eu lembro que, com 8 anos de idade, eu já ia para roça trabalhar, cortar, carpir, ajudar a arrancar feijão, quebrar ervas. Naquele tempo, nós éramos 2 irmãos pequenos na casa e a minha mãe com aquele problema. Nós brigávamos muito em casa, então, meu pai sempre me levava. Eu, que era o mais velho, para o serviço, para não ficar brigando com o mais novo. Com 8 anos comecei a trabalhar, depois comecei a engraxar sapato, depois a vender sorvete na rua, vender pastel. Fui crescendo. Quando eu estava com uns 12 anos, peguei serviço numa firma de asfalto. Nesse esquema de asfalto, fiquei trabalhando mais ou menos 1 ano e pouco. Aos 14, a firma começou a gerenciar lá, então, eu comecei a andar pelo mundo, trabalhando”.

Pelo fato de terem começado a trabalhar com pouca idade, não foi possível prosseguirem com os estudos. Assim fala Silmar: “Nunca mais estudei. Também não tinha jeito. Quando a gente pegava um serviço, não tinha como estudar. Se faltasse um dia, já mandavam a gente embora. Então ficava tudo difícil”.

Além da iniciação prematura no mundo do trabalho, Cilene quando fala da sua infância se recorda da violência ocorrida em sua casa:

“Meu pai bebia muito. Ele bebia tanto que, quando a minha mãe estava grávida do último, do meu irmão Fábio, ele quebrou o dedo dela, que está fundo até hoje, de tanto que ele bebia. Ele avançava na minha mãe, batia em todo mundo. Era um verdadeiro inferno, nós sofríamos, e todo dinheiro que eu pegava era para pagar aluguel. Eu ganhava roupa, usava a roupa que ganhava, não podia comprar, então usava as que ganhava, nós usávamos [a roupa juntos], eu, meus irmãos. A minha patroa mandava muita roupa. Ai todo mundo em casa usava, mas comprar ...”.

O pai de Cilene morreu aos 25 anos. Ela conta como foi o episódio: “Ele morreu atropelado, acidentado. Ele foi esfaqueado e jogaram-no debaixo de um carro. Ele foi morto porque ele bebia. Quando ele bebia, ele insultava os outros, mas até hoje não descobrimos quem fez isso com ele”.

Silmar, ao lembrar de sua família, traz a tristeza da morte de sua mãe que tinha apenas 23 anos:

“Minha mãe morreu com 23 anos. Mas até ela morrer, eu ia direto visitá-la. Inclusive, quando ela morreu, eu estava lá, trabalhando com um rapaz, fazendo um serviço para ele. Eu fiquei perto dela até os últimos dias de vida. Fiquei no lado dela, mas quando ela morreu, entrar na casa não tinha mais... Ficou triste a casa. Meu pai ia trabalhar, meus irmãos também saíam cedo e eu ficava na casa, lembrava da minha mãe. Começava a dar uma tristeza... Então eu saía de novo. Por isso demorei a voltar. Quando voltei novamente, fazia uns 6 anos que eu não aparecia. Tinha irmãos que já haviam casado, já tinha sobrinho. Eu fiquei um tempo e depois voltei para cá, para trabalhar e continuei trabalhando aqui. Não tenho mais interesse em voltar pra lá”.

Após a lembrança de suas infâncias (que infância?), tanto o pai, como a mãe enfrentaram situações difíceis enquanto adultos e provedores de suas famílias. Silmar relata na maior parte de sua entrevista a dificuldade de arrumar um bom emprego:

“Já fiz bico de pedreiro, trabalhando na rua, até que acabei ficando sem serviço e trabalhando no ferro velho; só que o problema é serviço. O desemprego é muito grande e também tenho pouco estudo [...] Já tentei em tudo que é lugar. Fui para a Bahia, não deu certo. Fui para o Paraná não deu certo. Eu pretendo arrumar um serviço melhor, porque o serviço que eu estou agora não é um serviço, é só para a gente não poder falar que está parado, mas está difícil de arrumar. Com pouco estudo fica ruim”.

Silmar o tempo todo em sua entrevista expõe o quanto se sente humilhado e desesperado por não ter um emprego que possa sustentar com qualidade os seus filhos. Conforme sua fala: “Sem emprego não dá, tem vezes que tenho vontade de largar tudo...”. A música do cantor Fagner, guerreiro menino, exemplifica o sentimento de Silmar: “Um homem se humilha/Se castram seu sonho/Seu sonho é sua vida/E a vida é trabalho/E sem o seu trabalho/Um homem não tem honra/E sem a sua honra/Se morre, se mata/Não dá pra ser feliz/Não dá pra ser feliz...”

Cilene também expõe as dificuldades para ter um bom emprego, com carteira assinada. Assim expõe em seu relato:

“O máximo que eu consigo de emprego, é ser empregada doméstica, mesmo assim, sem carteira assinada. Lavo e passo roupas. Se eu tivesse mais estudos quem sabe encontraria um emprego melhor ...”

Se Cilene em sua infância passou por momentos de violência por causa da dependência química de seu pai, quando casada a situação não mudou. Eis sua fala:

“Eu cheguei em casa cansada, eu lavava roupa, passava, ficava quase o dia todo trabalhando, não tinha tempo para ficar parada, não. Chegava tarde. Já tinha acabado de lavar a roupa, a minha filha vinha vindo com o menino da creche, era o pequenininho, o D. Aí meu marido disse que tinha espancado ela. Não prestou. Eu

estava com a panela de água fervendo. Eu fui tirar satisfação com ele. Ele me deu um tapa no rosto. Aí eu peguei a panela. Ele me deu um tapa no rosto, pegou uma corrente assim grossa passou aqui assim em mim. Ele ia quebrar o meu pescoço. Se eu não pegasse com essa mão a panela de água fervendo, eu ia morrer. Ele teve queimadura de 3º grau. Eu até fui parar no Fórum. Por isso, eu terminei. Era pra ele ter me matado. Cheguei cansada, ele veio me espancar, me bater, me chutou e eu ia ficar quieta? Não ia ficar quieta, né? Foi legítima defesa. Na delegacia deram legítima defesa.

A violência do pai contra os filhos continuou, ocorrendo assim a intervenção do Poder Judiciário:

“Aí a Assistente Social veio lá em casa fazer entrevista e ficou sabendo, pelos vizinhos, que ele espancava todo mundo. Aí que começou a levar. Levou a P., a V. e a S. Depois o meu marido pegou o J. espancou de pau, de cinta, batia muito naquele menino. O menino era desse tamanho. O J., naquele tempo, ele era bem novinho. Ele batia em todo mundo, não queria saber. O juiz começou. Foi para o Fórum. Foi parar na delegacia e de lá foi mandado os papéis para o Fórum, para começar a pegar as crianças e começou a pegar um por um”.

No caso de Silmar, ele teve que solicitar auxílio ao Fórum, pois sua esposa começou a ter problemas de saúde mental:

“Estávamos morando na Rua J. T. Eu arrumei um serviço de conferente em uma firma, e comecei a trabalhar lá. Comecei a comprar coisas pra casa, tudo [...] Com o tempo, mais ou menos um ano e pouco, com a casa mobiliada, minha esposa estava bem sossegada. Aí começaram esses problemas. Esse ataque de nervos dela. Fui perdendo as coisas aos poucos. Internei-a no hospital, ela ficou um bom tempo internada. Aí ela sarou. Então eu entreguei a casa que nós morávamos, porque o médico falou que era muito barulho na rua, fomos morar em outro local. Aluguei uma casa de 2 cômodos, fui morar lá com ela. Sarou. Ficou boa. Arrumei serviço bom lá de novo. Quando eu estava melhorando as coisas, ela ficava doente. Comecei a perder as coisas novamente até que fomos para outro Estado. Lá ficamos mais um tempo numa casa alugada. Estava com serviço bom. Piorou a situação dela, a crise de nervos. Voltamos para cá de novo. Fiquei uns tempos aonde já havia morado, mas começou a dar muita morte, coisa errada”.

Como forma de proteger os filhos das situações de violência que ocorriam perto de sua casa e das dificuldades de sua esposa, Silmar solicitou auxílio para colocar seus filhos em um abrigo:

“Fiquei com medo dos meninos ficarem lá e acontecer alguma coisa com eles, internei-os lá em A. Eles ficaram lá até ela melhorar um pouco, mas ela não melhorou, não. Aí, com o tempo que eles ficaram lá, 1 ano e pouco, a gente pediu uma passagem para o juiz. O juiz liberou. Fomos embora para a Bahia. Ela piorou lá. Pior ainda do que estava aqui. Eu não conseguia arrumar emprego, trabalhei 3 dias na roça. Então me desesperei, comecei a procurar serviço, e não arrumava de jeito nenhum. Ficava só na mão dos parentes dela ajudando. Eles não queriam, faziam de má vontade. Ficou uma situação difícil ficar lá dependendo dos outros. Eu conversei com a minha cunhada e ela me mandou o dinheiro da passagem. Eu voltei com os meninos e deixei-a lá. Ela ficou 1 ano, a doença atacou a cabeça dela de novo. Era um branco que dava nela. Ela sumiu no meio do mundo, ficou 1 ano e pouco desaparecida. Agora acho que faz 4 meses que ela apareceu”.

Outra questão trazida por Cilene e por Silmar é a ausência de um apoio/contato familiar que os ajudem a cuidar dos seus filhos. Para Silmar solicitar essa ajuda também lhe causa humilhação, segundo o seu relato:

“Já não tenho muita amizade assim com eles, não posso contar com eles, porque na verdade quase não me criei junto a eles. Aos 14 anos, quando comecei a andar pelo mundo, já fui me distanciando deles. Então não posso contar com eles para nada. Talvez se eles me ajudassem, eu poderia até ficar com os meus filhos, mas eles também trabalham para sobreviver e não podem me ajudar. Mas não sei ... Me sinto muito humilhado, quando preciso da ajuda deles”.

O distanciamento da família é relatado da seguinte forma por Cilene: “Eu tenho irmão para tudo que é lugar. Tem em lugar que eu nem imagino. Mas não tenho muito contato com eles. Eles não me ajudam. Não ajudam nem a minha mãe...”.

O apoio da família mais extensa (irmãos, tios, avós etc.) pode auxiliar para que as crianças e os adolescentes possam permanecer em suas famílias. Sem essa retaguarda, as pessoas se tornam mais vulneráveis tanto material como emocionalmente. É interessante ressaltar que a maioria das mães atendidas no Abrigo Casa Coração de Maria tinha pouco ou nenhum contato com as pessoas de sua família.

Hoje, o que Silmar mais deseja é desabrigar os seus filhos para cuidar deles. Não mede esforços para que isso aconteça, segundo o seu relato:

“ ... estou levando a minha mulher num psiquiatra, fazendo tratamento direitinho para melhorar a situação dela e para que ela possa me ajudar a cuidar das crianças. Eu estou trabalhando no ferro velho e quero criá-los, mas tem de ter a mãe para ajudar, enquanto eu vou trabalhar”.

Silmar reconhece a necessidade da mãe para ajudar a cuidar dos filhos, enquanto ele trabalha. Ele se coloca integralmente no papel de provedor da família e não mede esforços para novamente ficar com os seus filhos.

É importante reconhecer na fala de Silmar que a sua família vinha caminhando bem, entretanto a doença de sua esposa “desestabilizou” o lar. As considerações de Vitalle (2004) exemplificam como esse aspecto deve ser levado em consideração no trabalho com as famílias.

A família tem um percurso que inclui rupturas, separações, mortes, nascimentos, conflitos intergeracionais, doenças etc. É uma complexidade de emoções, de sentimentos e de sensações, que podem gerar, em algum momento, situações de violência entre os seus membros. E essa violência, não fez necessariamente parte de todo percurso da vida dessa família. Ocorreu em momentos difíceis e desafiantes para ela.

Cilene também deseja ficar com os seus filhos. Acredita que o seu marido ou ex-marido - ela não consegue identificar - precisa ajudá-la financeiramente. Mas, nesse momento, salienta que é melhor para os seus dois filhos ficarem no Abrigo até ela ganhar uma casa que prometeram para ela (processo de mutirão) e também porque ainda precisa aprender a lidar com o comportamento dos seus filhos. Conforme seu relato:

“O J. costuma atacar pedra, dar soco no D. Eles não param de brigar e aprontar quando eles vão para casa. Eu não sei. Estou dando uma atenção danada para o J., eu espero ele dormir, para levantar da cama, ele me abraça assim e não quer largar. Aí o D. quer que eu fique abraçada, virada pra ele. Eu tenho de ficar no meio da cama, eu armo a bicama, eu tenho de pôr o D. aqui, o J. aqui e eu aqui e a D. na

outra ponta que quer dormir junto comigo também. Aí eu fico doidinha, eu falo para a D. que não dá pra continuar dormindo com a mãe. Ela dorme, põe a perna em cima da minha perna e pega no sono. Ela está muito agarrada comigo. Isso é normal?”.

Outro aspecto que deve ser ressaltado neste momento é como os familiares vêem as pessoas que compõem a equipe técnica do Poder Judiciário.

Na fala de Silmar, mais do que na de Cilene, havia uma preocupação do que a assistente social do Fórum iria dizer sobre as suas atitudes. Vejamos as suas falas:

“Não sei o que a assistente social vai falar quando fizer a pesquisa da cabeça dela (da sua mulher), mas o que eu queria mesmo agora é ajuntar dinheiro para tirar os meninos, para eu cuidar deles”.

“A assistente social lá do Fórum falou que, em primeiro lugar, ela quer ver a minha esposa tratada, do resto ela não quer saber mais de nada”.

“Porque o que vale é conversar com a assistente social de lá”.

Quando indagamos se Silmar sabia por que as outras crianças e os outros adolescentes estavam no abrigo, ele nos disse:

“A assistente social do Fórum falou para mim que qualquer coisa que eu fizer de errado, eles cancelam a minha visita e eu só veria os meninos quando tivessem dezoito anos. Então, eu não falo nada, não pergunto nada. Tenho medo de ser mal entendido e depois irem lá no Fórum falarem que eu estou atrapalhando no Abrigo”.

A posição de subalternidade da família na relação estabelecida com o Poder Judiciário sempre foi muito relatada pelos pais e pelas mães que tinham seus filhos acolhidos no Abrigo Casa Coração de Maria. Muitos familiares nos diziam que não eram ouvidos e que as decisões eram tomadas de forma autoritária.

Para o melhor acompanhamento das famílias, procurávamos ter uma relação próxima com os técnicos do Poder Judiciário. Marcávamos reuniões constantes para discutirmos os casos e para que as decisões pudessem ser compartilhadas e não fôssemos pegos de surpresa, quando houvesse algum desabrigoamento, alguma visita inesperada de um familiar etc. Entretanto, em muitas situações partíamos de referenciais diferentes para avaliarmos os casos, principalmente no olhar que se tinha para a família e para o adolescente, o que gerava alguns conflitos. Buscávamos, então, embasar a nossa argumentação nos relatórios que encaminhávamos, tendo em vista refletir melhor sobre a trajetória/comportamento dos sujeitos. Nunca houve um desabrigoamento, ou alguma decisão mais importante, sem que tivéssemos participado, mesmo que a partir de relatórios.

As educadoras na dinâmica do grupo focal reconheceram os esforços que eram realizados para que a família estivesse dentro do abrigo. Conforme o relato de uma educadora:

“Trazer a família para o Abrigo é muito interessante. Trazer a família para os passeios. A gente via que a família, mesmo longe, que já tinha perdido o vínculo, ela se aproximava do filho; pouco a pouco, ela ia se aproximando. Acho que isso é o ideal no abrigo”.

Mesmo porque para todas as educadoras que participaram do grupo focal o que as crianças e os adolescentes queriam era ficar com as suas famílias. Segundo a fala de uma educadora:

“Eles não se importam se eles não comem, se eles apanham, se não tem comida. O que eles querem mesmo é estar com a família deles, embaixo de uma ponte, no barraco de favela comendo pão duro, que eu sempre achei que eles querem é isso mesmo: a família deles”.

Entretanto, quando foi perguntado para as educadoras qual era o sentimento que tinham pelas famílias, das quatro educadoras, uma foi enfática: “Raiva”. Essa raiva era destinada para a mãe que também participa desta pesquisa, Cilene. Conforme o relato dessa educadora:

“Eu não sei como foi a vida da Cilene. É ruim, pode até ser, mas foi fácil ter nove filhos. Foi fácil, não foi? Por que foi fácil? Porque não é ela que cria. Ela não tem responsabilidade nenhuma com os filhos dela. Ela não ama os filhos dela. Porque uma mulher que ama os filhos, não os abandona. Uma mãe que eu tiro o chapéu é a L. Ela tinha 5 filhos, viveu naquela situação, foi despejada, jogou os filhos naquele abrigo; desesperada essa mulher lutou, lavava roupa, a troco de R\$ 0,50 dentro daquele cortiço. Essa mulher lutava. Ela vinha ver os filhos toda semana. Quando trocou os filhos de abrigo, ela ficou desesperada. Correndo de abrigo em abrigo para achar os filhos, por que? Porque ela ama os filhos dela. Então a pessoa que ama os filhos, larga o marido que bate, que espanca. Os filhos são importantes na vida dela. Foi uma pessoa que lutou, que guerreou, lutou contra tudo e contra todos e conseguiu um canto dela”.

Para essa educadora, independente da história, das condições de vida de Cilene, da ausência do pai de seus filhos (que não foi lembrado em nenhum momento na dinâmica do grupo focal), Cilene não amava os seus filhos. Porque mãe que é mãe não abandona. Esse era o conceito da educadora. Marin (1999, p.95 e 98) traz uma contribuição importante sobre essa questão com relação ao pensamento das pessoas que trabalham em instituições: “A boa mãe fará qualquer sacrifício, se assim o quiser, para ter junto a ela o seu filho. Se haverá comida, creche ou escola não parece ser questionado”.

A educadora baseou a sua fala no olhar que tem sobre a sua própria história. Mesmo diante de todas as dificuldades pelas quais passou, nunca abandonou e sempre amou os filhos:

“Outro dia meu filho chegou em casa e falou: ‘Hoje falei muito de você lá no meu serviço’. ‘Por quê?’ - eu perguntei. Meu filho respondeu: ‘Lá no meu serviço tem dinâmica de grupo, então quando vamos participar da dinâmica, cada um fala sobre si e sobre a sua família e eu falei que você e o pai são guerreiros. Mesmo diante das dificuldades, vocês nunca nos abandonaram. Eu nunca vi vocês brigarem, vocês sempre nos amaram’. É isso que eu acredito, quem ama mesmo não abandona”.

Vitale (2004) afirma que devido à intimidade que temos com o tema, podemos olhar para a família do outro a partir da desigualdade, da incompletude. Conforme suas reflexões:

Todos nós temos um modelo de família internalizado, uma idéia do que “deve ser” uma família. A intimidade com conceito de família pode causar confusão entre a família com a qual trabalhamos e os nossos próprios modelos de relação familiar.

Acercamo-nos da família do outro (alter) a partir de nossas próprias referências, de nossa história singular. Por isso, tendemos a desconhecer as diferenças, ou pior, em muitas situações, projetamos no outro a família com a qual nos identificamos. Assim, podemos transformar as diferenças observadas em desigualdade ou incompletude.

Outra educadora trouxe um posicionamento diferente. Enfatizou a importância de atentarmos para a história de vida desses sujeitos, antes de tirarmos as nossas conclusões. Eis a sua fala:

“Nós precisamos entender em que situação esses pais foram pais. A gente fica fora e não entende. Se a gente for ver o que se passou na vida dessas mães e desses pais, veríamos a situação de outro modo. Você citou o exemplo de Cilene. Como será que foram os pais dela? Será que ela realmente abandonou os filhos ou por amor eles estão no abrigo? Fico me perguntando que adultos são esses que estão gerando filhos? Para mim é muito delicado falar que sinto raiva ou que sinto pena. Cada um tem a sua história e nós devemos conhecê-la melhor antes de tirar as nossas conclusões”.

Outro aspecto trazido por essa educadora é que quando a criança ou o adolescente sai de suas casas há uma mudança no espaço familiar. Também a vivência do abrigado na instituição acarreta mudanças em seu comportamento. Todos mudam. Por isso o trabalho com a família e com o abrigado deve ser realizado, no sentido de que, quando a criança e/ou adolescente volte para a sua casa, exista ainda um espaço, seja físico, seja emocional, seja de pertencimento esperando por ele. Conforme a sua experiência, a educadora relatou:

“A criança e a família devem ser trabalhadas. Não só a família, o vínculo deve ser restabelecido dos dois lados. Até por experiência própria de onde eu trabalhava com adolescentes, a grande dificuldade era que, após a saída do adolescente de casa, se fechavam os espaços e havia um conflito muito grande entre eles. Uma coisa que a gente fez lá e que deu muito certo, que a gente viu resultado, eram os grupos de convivência. Grupos onde havia profissionais como psicólogos e assistente sociais que trabalhavam o adolescente sozinho, a família sozinha e depois os dois juntos, aí a gente viu o resultado, porque não depende só de um”.

Todas as educadoras concordaram que deveria ser realizado um trabalho em conjunto entre os abrigados e as suas famílias. Além disso, uma educadora (a que demonstrou o sentimento de raiva por Cilene) deu uma sugestão: o comparecimento

da pessoa da família deveria ser uma obrigação e que a mesma deveria ser voluntária no abrigo. Segundo o seu relato:

“Eu acho que a família deveria ser voluntária no abrigo. Passar o dia no abrigo, trabalhando, ajudando, para saber como que é dentro de um abrigo. Como que os filhos deles são tratados no abrigo. Como é a convivência dos filhos com as outras crianças. Porque eles brigam, eles se machucam, eles se batem, pai não gosta. A Cilene mesmo né, quando machuca os filhos dela, ela vira uma onça, não vira?”

Apesar de a fala dessa educadora, sobre a importância de a família ser “voluntária” no abrigo, uma coisa não era aceita por ela: as reclamações dos pais em relação ao seu comportamento. Segundo a sua fala: “Eles reclamavam do tratamento dados aos filhos... Já que era tão ruim, porque não levavam os seus filhos para casa?”.

Todas as educadoras que participaram da dinâmica do grupo focal concordaram que era muito importante para as crianças e para os adolescentes a presença dos familiares no Abrigo para a preservação dos vínculos familiares. Entretanto, como pudemos verificar, principalmente na fala de uma educadora, “conviver” com essa família no abrigo não era fácil. Essa convivência era permeada por sentimentos hostis – “raiva” pelos motivos que levavam ao abrigamento. A postura do educador também não podia ser contestada. Os pais não tinham “condições morais” para realizarem questionamentos.

Quando os pais foram indagados na dinâmica do grupo focal como avaliavam o trabalho no Abrigo Casa Coração de Maria, pouco conseguiram relatar. Silmar relatou que gostava muito das ações realizadas e que não tinha nada para reclamar, mesmo porque ele nos disse: “Acho que quem tinha que ver isso é a senhora. Outras pessoas que convivem mais nesse abrigo, sabem das coisas que precisam e de que não precisam, então, a gente, que só vem fazer a visita não tem como dar opinião de uma coisa que a gente não sabe como funciona”. O medo de ser prejudicado, tanto nesse abrigo, como no Fórum, faz com que Silmar não se pronuncie sobre aquilo que acha. É a atitude de subalternidade fazendo-se presente.

Já Cilene fez duas ponderações: não gostava da ação de uma educadora, que hoje não trabalha mais no Abrigo e o fato de seu filho de 11 anos ir sozinho para a escola. Logo orientamos que deveria conversar com a coordenação do abrigo.

Se Flávia (adolescente) destacou no seu relato que projetava nas educadoras a figura de sua mãe, o desejo de estar com a sua família de origem, e que a mesma fosse diferente, era imenso. Esta é a sua fala:

“Eu falava para os outros que não sentia falta da minha mãe, mas no fundo, eu sentia. Eu queria uma mãe, um pai perto, eu queria uma família. Quando eu fui morar com outra família, não era a mesma coisa. Eu ficava pensando: “Ai, como minha mãe poderia ser isso”, mas não era. A minha realidade era totalmente diferente. Acho que hoje eu estou um pouquinho mais consciente em relação a isso e sinto ainda falta da minha mãe porque eu queria que ela melhorasse. Eu queria que minha família fosse unida, que os meus irmãos estivessem junto com ela. Sabe, que tivesse um final de semana, um domingo, que todos pudessem almoçar juntos”.

Essa fala da adolescente nos faz refletir que o fato de o abrigado dizer que não sente mais a falta de sua família não significa que realmente não sinta. Pode ser uma forma de lidar com o sofrimento causado pela separação. Assim, eu procuro esquecer aquele que me causa dor. Se a criança e/ou adolescente optam por não lidar com a situação e o abrigo também, é impossível fazê-la vir à tona. Dessa forma caímos na armadilha de, sem avaliar melhor o caso, afastar ainda mais o abrigado de sua família.

No seu relato, Jéssica - assim como a sua irmã Flávia - diz que não sentia falta de sua família. Entretanto, ela ressalta que não gostava como algumas educadoras no Abrigo se referiam à sua mãe. Jéssica relata: “Muitas vezes as educadoras falavam da minha mãe de uma forma ruim. Eu sei que ela não faz as coisas certas, mas não quero que falem mal dela”.

Podemos constatar que mesmo frente às dificuldades com as suas famílias, as adolescentes exigiam respeito e ações eficazes para que os seus familiares ficassem bem, mesmo que não estivessem junto com eles. Acreditamos que o

sentimento das adolescentes era: mesmo distante não desejo que eles sofram e sejam ridicularizados.

Diante do exposto, podemos constatar que o respeito à família deve ser um imperativo ético dentro do Abrigo. Independentemente dos motivos que levaram ao abrigamento e, se quisermos trabalhar com os outros na perspectiva do direito, da justiça e da cidadania, o respeito é ponto fundamental.

#### **4.6. A vida após o Abrigo Casa Coração de Maria**

No Abrigo Casa Coração de Maria acreditávamos que o processo de desabrigamento começava quando a criança e o adolescente eram acolhidos. Conversávamos com os abrigados - respeitando a possibilidade de entendimento de cada um - sobre todas as atividades no Abrigo e sobre as nossas ações para a preservação e reintegração familiar. O processo de reintegração era realizado juntamente com a rede de proteção integral. Era extremamente importante as crianças e os adolescentes participarem desse processo, pois traziam questões de suas famílias para fundamentarmos melhor as nossas ações e principalmente porque também eram sujeitos na situação vivenciada. O trabalho com as famílias era intrínseco ao processo de desabrigamento.

Foi solicitado para as duas adolescentes que não moram mais na instituição que relatassem como é a vida após o Abrigo Casa Coração de Maria. Seguem os relatos de Flávia e a seguir o de Jéssica:

Flávia: “Minha vida é muito corrida. Eu acordo às 5 horas da manhã, às vezes, 4h30, vou tomar banho. Saindo de casa, vou para o serviço, ralo pra caramba, depois saio do serviço e vou para a faculdade. Tenho que me manter acordada, o que é difícil. Depois saio da faculdade, vou para casa, tenho de arrumar o remédio do nenê, tenho de fazer as coisas. O final de semana é muito corrido: eu tenho de limpar a casa, lavar a roupa, passar e estudar. Tudo isso. Antes de eu fazer faculdade era meio monótono pra mim. Era uma coisa chata, eu saía de casa, ia

trabalhar, depois voltava e fazia as coisas. Sabe? Fazer janta, cuidar da casa... É outra realidade, tem um filho que não pára de falar “mamãe”. Ser mãe, que nem no meu caso, eu sou mãe, sabe, o meu nenê tem um probleminha especial, ele é cardiopata. Tudo isso complica muito. Então, vira e mexe eu estou correndo para o hospital. Daí, tenho de deixar o serviço, tenho de deixar a faculdade. O ano passado fiquei quase o ano inteiro praticamente dentro do hospital, que foi o tempo que ele ficou pior. Então é tudo isso. Eu aprendi muito no Abrigo, porque se eu não tivesse passado pelo abrigo não sei se eu teria toda essa informação que eu tenho hoje. A questão de eu ter curso, aquela vontade de estudar, foi crescendo dentro de mim. Quando eu estava no Abrigo, as tias sempre estavam martelando: ‘Flávia estuda. Se você quer ser alguém na vida, estuda, faz curso. Isso vai ser bom para você, busque mesmo. Saiba cada vez mais aprender’. Hoje, eu vejo isso. Hoje eu dou aula. Então, você tem de saber muitas coisas porque as crianças, os adolescentes buscam isso, eles buscam saber, eles querem cada vez mais aprender. Se você tem uma coisa nova ... Tudo que eu aprendi ... Eu aprendi a pintar, a bordar, a fazer brincadeiras com as crianças. Hoje eu estou pronta justamente por trabalhar com crianças, por isso hoje eu sou professora lá na creche/EGJ. Então, eu ajudo muito, muito mesmo e eu não sei se eu não tivesse passado pelo Abrigo, o que eu seria. Com a família que eu tive, com a formação precária que eu tinha antes do Abrigo, eu não teria oportunidade de estudar como eu estudei no Abrigo. De ter feito cursos, como eu fiz lá no abrigo. Aprender coisas hiper-legais, como viajar, conhecer a praia, conhecer tudo isso: o universo. Porque eu conheci a praia no Abrigo, eu não imaginava viajar, mas no Abrigo é aquele negócio, vencer com mais força. Só que você não brinca, você não tem a liberdade que tinha no Abrigo. De você tocar na areia e falar: ‘Isso é areia, isso purifica a gente, deixa a gente mais leve’. Então, isso me ajudou muito, sabe? Você conhece o outro mundo e se forma. Acho que a Casa me ajudou muito em tudo o que eu tenho hoje. Se não fosse pela Casa, eu não sei o que seria. Eu sempre falo isso e sempre vou falar: ‘A casa me ajudou muito, mas foi o Abrigo Casa Coração de Maria’. Não estou falando dos outros abrigos que passei, que não me ajudaram em nada, só absorveram um pouco do tempo precioso que acho que hoje eu tenho”.

Jéssica: “Bom, fora do Abrigo a gente acaba tendo muito mais responsabilidade. Eu não tive tanta como a minha irmã. Eu não tive tanta preocupação porque eu não tenho filho, e também não moro sozinha. Mas a Casa Coração de Maria me ajudou a ter mais responsabilidade. Não a responsabilidade de lavar a louça, de limpar o chão, isso era obrigação, tem de fazer todos os dias, mas a responsabilidade de colocar o pé no chão. Porque, quando você chega lá fora, não é tão fácil quanto a gente imagina. É você que tem de se preocupar com as roupas do dia. A questão do trabalho. Eu vou para o balé até de domingo. Além de eu dar aulas para eles, em público, eu tenho de arrumar os tapetes, verificar o palco se está tudo ok, o som, tudo ... para que tudo saia perfeito na hora que o som começa a tocar, as crianças começarem a dançar. Saber que elas não vão se machucar porque o aquecimento que eu dei foi ótimo, maravilhoso. Eu também tenho a responsabilidade de ser assistente de uma professora. Eu ajudo a montar as coreografias para ela, digo se a música está legal ou não, e isso é passado para a coordenação e tem um relatório sobre mim. É um ponto positivo para mim, porque a Dona M. pode contar comigo para qualquer hora. Essa é a única coisa que me comove muito. Não tenho muitas responsabilidades. Sei o que eu faço da minha vida, todos me falam para pensar mil vezes com quem vou dormir, com quem vou sair, porque, hoje em dia, as coisas não são fáceis, você não deve confiar em todo mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível, também não tínhamos essa pretensão neste estudo, nos aproximarmos de todas as questões que envolvem o cotidiano do Abrigo Casa Coração de Maria. Serão necessárias outras pesquisas para um maior aprofundamento do dia-a-dia institucional. Procuramos nos aproximar e refletir sobre aquilo que acreditamos que estava mais latente na fala de todos os sujeitos que participaram desta pesquisa. Salientamos também a necessidade de um maior aprofundamento - inclusive utilizando-se de subsídios de outras áreas (principalmente da psicologia) -, de cada tema levantado nesta dissertação.

Pelo apanhado histórico que realizamos sobre o processo de institucionalização no Brasil, pudemos constatar que, para a criança e o adolescente pobres, praticamente não existiram ações do Poder Público e da sociedade civil, portanto políticas públicas, que garantissem o seu direito de conviver com a sua família. A institucionalização, além de ser utilizada como uma forma de “minimizar” os problemas da desigualdade social foi também uma maneira de controlar ideologicamente os sujeitos e garantir a oferta de mão-de-obra barata e explorada.

Apreendemos que no decorrer da história foram sendo criadas inúmeras instituições para atenderem as tendências e as demandas de cada época. Algumas características marcaram essas instituições: disciplina, controle, punição e repressão. Entretanto, um fato merece destaque neste apanhado histórico. Na década de 1940 foram realizadas em São Paulo as Semanas de Estudos dos Problemas dos Menores. Nos Anais da I Semana (apud FÁVERO, 1999, p.34) consta que várias questões foram levantadas sobre o tratamento destinado aos “menores” nas instituições – abandono, ausência de alimentação, castigos corporais, punições, controle. A partir dessas reflexões, foi instituído através da Lei de Colocação Familiar, o Serviço de Colocação Familiar. Este serviço, ousado para a época, buscava evitar que mais crianças e adolescentes fossem institucionalizados em condições desumanas, mas que fossem acolhidos em lares substitutos. Entretanto, conforme o depoimento de Helena Iracy Junqueira (1994 apud FÁVERO 1999, p.76 e 77 “a prática mostrou que se fosse dada determinada importância à família, a mãe não precisava sair para trabalhar e não precisava pôr a criança em

outra família. Então, a colocação familiar perdeu o sentido que tinha nos Estados Unidos, que era colocar a criança na família substituta; verificou-se que não havia razão para isso. Excepcionalmente se poderia, mas o principal problema nosso era criar condições para o menor ficar com a família. [...] Eu me lembro de um período em que se verificou que, da verba da colocação familiar, 80% era concedida à própria família do menor”.

Apesar de ser realizado um trabalho com a família da criança e do adolescente para que ela, conforme Fávero (op.cit., p.76), “preenchesse requisitos que a enquadrassem nos padrões dominantes do que se considerava uma família normal”, estava se delineando um outro olhar para a criança, para o adolescente e para a sua família e o serviço de colocação familiar demonstrou a necessidade imprescindível de um trabalho a ser realizado com as famílias de origem.

Em 1964, apesar da possibilidade de mudanças em razão do que representava a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, as práticas repressivas e inadequadas continuaram sendo executadas nas instituições.

A partir da década de 1980 com o movimento articulado de vários segmentos organizados da sociedade na defesa dos direitos da criança e do adolescente, mudanças importantes começaram a ocorrer. A Constituição Federal de 1988, artigo 227, estabelece que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos. Em 1993, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA instala o novo paradigma de direitos e de proteção integral à criança e ao adolescente e determina um novo modo de gestão participativa entre Estado e sociedade.

Entretanto, podemos constatar que, apesar da conquista legal, muitas mudanças ainda são necessárias para que a cultura da institucionalização seja alterada pelo direito à convivência familiar e comunitária, principalmente mediante a efetivação de políticas públicas eficazes. Devemos lutar para a mudança do paradigma pelo qual se olha a criança e o adolescente, ou seja, como coitados, carentes, infelizes, dependentes, sendo a sua família considerada como a grande vilã da história. E essa mudança deve ocorrer na mentalidade de todos os

envolvidos na determinação e no acompanhamento da medida de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco.

Pudemos considerar o total despreparo do Poder Público para uma discussão mais elaborada sobre essa medida de proteção. As conversas sempre se pautaram no alto valor financeiro que esse serviço demanda. Justifica-se que pagando esse valor para as famílias elas cuidariam efetivamente dos seus filhos. Com certeza se fosse transferido um valor adequado para a família (não a esmola dos inúmeros programas de bolsa auxílio), elas com certeza cuidariam de seus filhos. Entretanto, o Poder Público não menciona que muitas vezes as questões que envolvem o abrigo das crianças e dos adolescentes não envolvem apenas dificuldades econômicas. Mais do que isso, não se tem uma discussão de quanto realmente custa atender com qualidade as crianças e os adolescentes nos abrigos, para que se cumpra o que preconiza o ECA. Constatamos, nas duas pesquisas sobre abrigos, uma realizada em São Paulo<sup>34</sup> e a outra em nível nacional<sup>35</sup>, que a diferença de valores repassados para as organizações sociais para a execução do serviço demonstra que realmente não existe uma política de atendimento nessa área<sup>36</sup>. Em São Paulo os serviços conveniados com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS demonstram nitidamente isso. Cada organização executa o serviço do seu modo. Algumas atendem especificamente crianças com algum tipo de doença, outras determinam faixas etárias, outras atendem apenas um sexo. Não existe uma política que direcione o atendimento a ser realizado. Mesmo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, possuindo uma norma operacional técnica (realizada na gestão da prefeita Marta Suplicy) que procura direcionar o trabalho a ser realizado, não contempla todas as demandas técnicas e financeiras do serviço de abrigo.

---

<sup>34</sup> SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo*. São Paulo: SAS, 2004.

<sup>35</sup> SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

<sup>36</sup> As pesquisas trouxeram outros fatos que também demonstram a ausência de políticas de atendimento em relação à medida de proteção abrigo.

Este estudo demonstrou que, além do despreparo do Poder Público, há ainda muito que se refletir sobre as ações do Poder Judiciário, do Conselho Tutelar e das organizações sociais que executam o serviço.

Constatamos, tanto pelas entrevistas, como pela leitura dos relatórios encaminhados pelas Varas da Infância e Juventude e pelos Conselhos Tutelares, que muitas medidas de abrigamento foram determinadas a partir de paradigmas extremamente preconceituosos e punitivos em relação às famílias e também em relação às crianças e aos adolescentes com problemas de comportamento. Tornou-se evidente que em muitos casos a dinâmica familiar, de uma forma mais ampla, não foi levada em consideração na aplicação da medida. Também, que não se ouve o que todos os sujeitos que compõem o quadro familiar têm a dizer, já que todos estão envolvidos na situação.

O abrigo, em muitos casos, foi utilizado como uma medida de punição às famílias e/ou de “correção” às crianças e aos adolescentes com problemas de comportamento. Nesse último caso, era necessário que o abrigamento provocasse mudanças no comportamento do abrigado. A criança/adolescente era “instruído” que deveria mudar o seu comportamento se quisesse realmente retornar para o seio de sua família.

É evidente que devemos levar em consideração a complexidade que envolve o trabalho nas Varas da Infância e Juventude. A função de tomar uma decisão frente à situação vivenciada pelas crianças e pelos adolescentes não é uma tarefa fácil. Além dessa complexidade, os profissionais enfrentam outras dificuldades como a falta de infra-estrutura física e funcional, problema esse relatado em diversos trabalhos dos profissionais da área judiciária.

Conforme Oliveira (2001, p.156) “o trabalho na instituição judiciária é bastante limitado por conta da sua estrutura e da especificidade das ações”. Apesar dessas dificuldades são necessários esforços do Poder Judiciário no sentido de discutir, capacitar e melhorar as práticas de todo o seu corpo técnico, além de proporcionar uma infra-estrutura adequada.

Ao Poder Público cabe também a tarefa de investir em formação e capacitação dos conselheiros tutelares. Esta pesquisa constatou que os relatórios emitidos por eles, em muitos casos, não possuem fundamentação para a aplicação da medida de proteção e partem de paradigmas preconceituosos e punitivos. Frente a excepcionalidade da medida não podemos desconsiderar tais ações.

Não podemos deixar de apontar que a ausência de programas oficiais de auxílio às famílias e também a não efetivação de políticas públicas dificultam o cumprimento efetivo do que compete a todos os sujeitos que compõem a rede de proteção integral à criança, ao adolescente e às famílias.

Percebemos também que ainda há muito que se discutir sobre a execução dessa medida de proteção nas organizações sociais. Constatamos, seja na nossa presença no Fórum de Abrigos da Cidade de São Paulo, seja nos mais diversos fóruns de discussão e na nossa própria experiência no Abrigo Casa Coração de Maria, que muitas entidades “tem o seu jeito de fazer”. Partem, muitas vezes, para a execução de seus trabalhos, fundados em princípios morais e religiosos e não aceitam serem questionadas sobre as suas práticas. Geralmente há um “líder” que pode ser o presidente, o superintendente, o líder espiritual etc. que direciona as ações a serem realizadas, por isso não cabe a contestação. Existe também uma questão, muito defendida por algumas organizações sociais, que quem está na “prática” sabe muito melhor o que se precisa e o que está fazendo, do que quem está apenas no campo teórico (pesquisadores, teóricos, profissionais dos serviços públicos etc.). Isso tira toda a possibilidade de se construírem mudanças e de se somarem saberes e poderes. Outra questão que deve ser ressaltada é que se o que norteia as ações de muitas organizações são os valores morais e religiosos, as pessoas acabam por acreditar que basta boa vontade, integridade e amor ao próximo para se trabalhar com as crianças e com os adolescentes nos abrigos. Infelizmente essa é uma leitura equivocada que compromete todo o trabalho a ser realizado. Por isso, é dever também das organizações sociais refletirem e discutirem sobre as suas práticas, assim como é obrigação do Poder Público e dos demais envolvidos atuarem juntamente com as organizações para a efetivação dessa medida de proteção, conforme preconiza o ECA.

Em face dessas considerações, podemos destacar que não é só competência do abrigo a provisoriedade e a excepcionalidade da medida de proteção. O serviço faz parte de uma rede que precisa funcionar, para que possam ser garantidas, além de ações para o processo de reintegração familiar, ações para que o cotidiano institucional possa ser um espaço de respeito à identidade, à individualidade, à autonomia e ao protagonismo. E ninguém está isento dessa responsabilidade. Gulassa (2005, p.02) pontua muito bem a necessidade dessa rede, quando enfatiza que as pessoas falam do abrigo como se não tivessem nada a ver com ele. Segundo a sua reflexão, “os abrigos são sempre mencionados como ‘o outro’, ‘o terceiro elemento’, ‘aquele lá ... que não consegue desempenhar suas funções adequadamente’, ‘aquele ... que não deveria existir’, ‘aquele que é um mal necessário’. Menciona-se o abrigo como se o restante da sociedade não tivesse nada a ver com o que acontece com ele, ou como se este outro não fosse parte de um mesmo todo”.

Esta pesquisa também demonstrou que, apesar dos esforços da organização para que o Abrigo Casa Coração de Maria pudesse ter um direcionamento do seu trabalho, constatou-se que ainda há muito a ser feito. As falas dos sujeitos foram extremamente importantes para levantar quais as ações que precisam se realizadas diante de tanta complexidade que envolve o cotidiano institucional.

A partir de considerações teóricas e das falas dos sujeitos, verificamos que, as histórias, os comportamentos das crianças e dos adolescentes e os sentimentos que permeavam a rotina do Abrigo Casa Coração de Maria mexiam demais com os educadores e os levavam, muitas vezes, a lidar com fatos das suas próprias histórias de vida, o que poderia proporcionar ou não sensações agradáveis. Por mais que houvesse um processo de formação, que observamos que não era plenamente eficaz, a complexidade das relações do cotidiano institucional solicitava das pessoas “competências emocionais”. As crianças e os adolescentes relacionavam-se com os funcionários com toda a intensidade. Tanto que, na fala das próprias adolescentes, as educadoras foram referenciadas como mães ou como membros da sua família. E muitas vezes isso não era entendido pelas próprias abrigadas, porque as educadoras não se comportavam à altura das suas expectativas com relação àquilo que elas solicitavam. Da mesma forma, podemos

ênfatizar que o sentimento das educadoras poderia ser o mesmo, pois conforme os seus relatos, faziam de tudo para o bem das crianças e dos adolescentes e eles não se comportavam da maneira que elas queriam. Havia uma sensação de insatisfação dos dois lados, o que levava a comportamentos hostis e ao aumento do número de conflitos.

Foi muito relatado pelas educadoras a dificuldade no trabalho, principalmente, com as adolescentes. Uma das educadoras mencionou que, pelo fato de ter tido um relacionamento difícil com a sua mãe quando era adolescente, era muito difícil trabalhar com as abrigadas.

Além da complexidade que permeava as relações entre as pessoas nesse abrigo, é fato que a rotina extenuante nele (levar para a escola, para o médico, acompanhar a lição de casa, ajudar nas tarefas de organização da casa, dar banho, dar comida etc.) também não proporcionava momentos para que se discutissem alternativas para as horas de conflito e para o planejamento de atividades mais prazerosas. Com apenas dois educadores por plantão, era muito difícil realizar o trabalho com qualidade.

Outro aspecto apontado na pesquisa foi a falta de preparo dos educadores no que se refere à discussão do tema sexualidade. Os dados mostraram que não era proporcionada aos funcionários uma formação adequada para lidar com essa questão. Além disso, esse tema também remetia os educadores aos aspectos de sua individualidade. Os relatos dos adolescentes demonstraram a fragilidade dos educadores para lidar com esse tema, e eles sem outra opção, conversavam a partir de suas experiências pessoais ou preferiam não tratar do assunto. Pela importância da sexualidade na vida das pessoas, é indispensável que ela seja um tema intrínseco no projeto político pedagógico do abrigo.

Neste estudo também constatamos que, na relação entre os abrigados, havia afeto, amor, raiva, cumplicidade, amizade. Sentimentos estes importantes para a constituição de cada ser e fundamentais para qualquer tipo de relacionamento humano. As adolescentes relataram que apesar das dificuldades para lidar com as crianças pequenas havia afeto entre eles e todas defenderam a importância de ter

os seus irmãos menores próximos a elas, assim era possível protegê-los. Para as adolescentes, a convivência com as outras crianças, mesmo que não fossem seus irmãos, possibilitava o retorno a momentos de sua infância e a trocas afetivas. Demonstraram que havia ciúmes, principalmente por causa da relação mais próxima dos educadores com as crianças e que em muitas situações agiram com hostilidade com as crianças pequenas pelo fato de quererem chamar a atenção dos educadores. Já as educadoras relataram que não poderia existir afeto por causa das brigas, ciúmes etc., mas as adolescentes mostraram que sim. Elas mostraram que não era fácil conviver com as outras crianças, ainda mais porque tinham que dividir a atenção do adulto que estava presente na Casa. Entretanto, temos que concordar que não é fácil trabalhar com as duas faixas etárias ao mesmo tempo. São necessários mais funcionários. Acreditamos que seriam necessários 03 educadores por plantão e, conforme relato das próprias educadoras, os funcionários deveriam trabalhar como uma equipe e ter formação constante para lidarem com as demandas postas no dia-a-dia do abrigo.

Esta pesquisa também mostrou que a relação das crianças e dos adolescentes com o “mundo de fora” - com as pessoas e com os recursos que não estão no âmbito do abrigo - é extremamente importante para que os abrigados se constituam como sujeitos e melhorem a sua auto-estima. Esse aspecto foi muito destacado pelas adolescentes. Todas disseram que o contato com outras pessoas proporcionava sensações extremamente agradáveis, era educativo e dava mais prazer à vida. Com isso pudemos apreender que devemos trabalhar para que a “marca da criança institucionalizada” não se constitua como a maior característica de quem esteja abrigado - a criança coitada, dependente, carente, infeliz. Se a relação com a comunidade for bem trabalhada, assim com as ações realizadas dentro do abrigo, tanto a criança quanto o adolescente irão perceber que o abrigo pode fazer parte daquele momento da sua vida, mas não a representa como um todo. Também que ele pode ser sujeito, ter a sua identidade.

Para a complexidade que envolve o cotidiano do abrigo não existem respostas exatas. É impossível lidar com os comportamentos das crianças e dos adolescentes de uma mesma forma, assim como é impossível para eles reagirem de uma mesma maneira às demandas do cotidiano, se quisermos realmente que o

serviço não seja executado de forma massificada. O que temos claro é que devem existir parâmetros que guiem o trabalho a ser realizado. Entretanto, como afirmado pelas próprias educadoras, existem situações em que as suas atitudes “fogem daquilo que se tem como referência”. Porque cada sujeito (criança, adolescente e funcionário) se insere na cotidianidade com sua própria singularidade e a intensidade das relações que permeiam a rotina do abrigo faz com que os educadores lidem com sentimentos, com emoções que fogem da sua formação apenas “intelectual” e que, em muitas vezes, mexem com as suas almas. É nesse aspecto que está a complexidade do trabalho em abrigo – realizar as inúmeras atividades do dia-a-dia permeadas por intensas emoções. Por isso é necessária uma formação/supervisão que contemple os aspectos mais gerais ligados à cotidianidade em uma perspectiva que garanta direitos, mas também ações que acolham o educador. Acreditamos ser fundamental no processo de capacitação dos trabalhadores de abrigos que eles possam, assim como afirma Gulassa (2005, p.02), terem conhecimento sobre suas funções, sobre suas práticas e **principalmente sobre si mesmos**. É indispensável conhecer-se para relacionar-se melhor com os outros, e ser acolhido, para poder reconhecer os seus limites e trabalhar com eles.

Essa capacitação deve ser constante, apoiada e realizada por profissionais de fora da instituição, capacitados em trabalho em equipe. Deve-se ter também um espaço para escuta individual, para que se respeite o educador na sua individualidade, mas que lhe dê possibilidades para enfrentar os desafios. É indispensável que os educadores se respeitem entre si e trabalhem como equipe para que as suas ações no cotidiano não sejam fragilizadas. É necessário que os funcionários também tenham a possibilidade (e sejam incentivados) a participar de cursos, fóruns de discussão e capacitação. Também acreditamos que a carga horária 12x36 é desgastante, razão por que sugerimos uma carga horária menor – 8 horas diárias.

Agora, nos resta pensar como conseguir isso na medida em que há insuficiência do número de educadores e profissionais nos abrigos; falta de recursos financeiros para a supervisão e capacitação dos funcionários; falta de estrutura básica nos abrigos (os trabalhadores dos abrigos são vistos como pedintes); e, falta de salários adequados, o que faz com que o educador necessite ter vários

empregos. É uma luta cujo compromisso todos nós, pesquisadores e trabalhadores da área da infância e juventude, devemos assumir.

Fizemos questão de mensurar no item 4.5 – Concepções de família e os vínculos familiares no abrigo - a trajetória da mãe e do pai que participaram desta pesquisa. São histórias de abandono social imposto a milhares de famílias brasileiras. Silmar luta para ter os seus filhos de volta e sente o peso de não ter tido a possibilidade de estudar e de se aperfeiçoar para ter um futuro melhor. A sua infância teve de ser trocada pelo trabalho, pela responsabilidade. Não foi garantido a ele o direito de ser criança, de ser adolescente, de estar junto à sua família.

Cilene também não teve infância, assumiu o peso da responsabilidade de ter que trabalhar para ajudar nas despesas de sua casa, juntamente com a sua mãe, por ser a filha mais velha. Sofreu a violência cometida por seu pai, que por ser uma pessoa com uma doença – dependência química aliada a outros fatores – assumiu uma postura de violência em sua casa (será que havia sido cuidado/educado para outra postura?). Cilene, pelo senso comum, casou com o marido errado e é extremamente punida por “não amar os seus filhos”, como toda mãe deveria fazer. Enfim, ela é mulher. E em uma sociedade extremamente machista, com profundas raízes derivadas da sociedade patriarcal, ela deve ser punida, independentemente da sua história pessoal, daquilo que lhe foi negado, das relações que construíram a sua particularidade. Não tem desculpas – ela não é uma boa mãe. Agora quem é o bom pai? Com certeza Silmar, que dedica a sua vida para ter os seus filhos de volta. Mas do pai “ruim” ninguém fala. Parece-nos que não existe pai “ruim”, existem somente mães “ruins”. Podemos constatar pela nossa prática que essa conceituação não permeia só as reflexões dos educadores que estão no abrigo, mas toda a sociedade.

Podemos neste momento refletir sobre quais aspectos, conceitos e crenças tomamos por base para olhar e trabalhar com essas famílias e como atuamos em face do desejo da adolescente que dizia que não sentia falta de sua mãe, mas no fundo o que mais queria era estar com ela. Como podemos preservar os vínculos familiares no abrigo, se, conforme a fala dos próprios adolescentes, havia um

desrespeito às figuras parentais? E como ajudar essa mãe a “melhorar” se já havia sido condenada por seu comportamento?

Entretanto, a fala de uma educadora foi importante: “devemos conhecer a história desses pais” e, mais do que isso, fazer deles sujeitos. Para isso, a família deve ser vista como parceira, sujeito político. Não queremos sacralizar a família. Em muitos casos ela não é o melhor lugar para a criança e o adolescente estarem, mas não devemos também ter como parâmetro que o abrigo é o melhor lugar. Ele deve ser bom, lugar de pertencimento, mas não deve ser utilizado como a única alternativa para a criança e para o adolescente.

Devemos trabalhar com as famílias no campo das possibilidades, das competências e das capacidades, mesmo que, no decorrer do processo, percebamos que a família realmente não tem condições de ficar com as suas crianças e com os seus adolescentes.

Devemos lutar para que políticas públicas garantam o direito à convivência familiar e comunitária e, na nossa ação no abrigo, devemos ter a clareza de que não somos os únicos responsáveis pela garantia desse direito, mas devemos com pleno conhecimento sobre as nossas funções, sobre as nossas práticas e sobre nós mesmos, direcionar as nossas ações na perspectiva que garanta direitos, mas direitos com justiça.

E, neste momento final desta pesquisa, procuramos fundamentar a palavra justiça, utilizando-nos do discurso de encerramento do escritor José Saramago no 2º Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre. Saramago iniciou seu discurso lendo uma história de um camponês que, após tanto exigir justiça, resolveu tocar o sino da igreja que somente tocava quando uma pessoa morria. Os habitantes da aldeia não entendiam por que aquele homem tocava o sino, já que ninguém havia morrido naquele momento. O camponês, ao se explicar, disse que anunciava a morte, não de uma pessoa, mas da justiça, porque naquele momento ela havia morrido. Saragamo completou:

Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo de ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida e o alimento do corpo.

Hoje, o papel social dos sinos encontra-se limitado ao cumprimento das obrigações rituais e o gesto iluminado do camponês de Florença seria visto como obra desatinada de um louco ou, pior ainda, como simples caso de polícia.

Outros e diferentes são os sinos que hoje defendem e afirmam a possibilidade, enfim, da implantação no mundo daquela Justiça companheira dos homens, daquela Justiça que é condição da felicidade do espírito e até, por mais surpreendente que possa parecer-nos, condição do próprio alimento do corpo.

Houvesse essa Justiça, e nem um só ser humano mais morreria de fome ou de tantas doenças que são curáveis para uns, mas não para outros. Houvesse essa Justiça, e a existência não seria, para mais de metade da humanidade, a condenação terrível que objetivamente tem sido.

... Não tenho mais que dizer. Ou sim, apenas uma palavra para pedir um instante de silêncio. O camponês de Florença acaba de subir uma vez mais à torre da igreja, o sino vai tocar. Ouçamo-lo, por favor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo: Cehila-Paulinas, 1992.

BARBETTA, Alfredo. *A saga dos menores e educadores na conquista da condição de cidadão. O Movimento Nacional dos Meninos(as) de Rua na década de 80*. 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) PUC-SP, 1993.

BAPTISTA, Myriam Veras. *Crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo*. São Paulo: Pólis/PUC-SP, 2002.

BIROLI, Maria Izabel de Azevedo Marques. *Os filhos da República: a criança pobre na cidade de São Paulo, 1900-1927*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.

BRASIL. Lei n 8069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Ética e violência*. Texto apresentado no Colóquio: Interloquções com Marilena Chauí. São Paulo: CENEDIC, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COTRIM, Beatriz Carlini Cotrim. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, ano 01, nº 05, 1996.

FÁVERO, Eunice Teresinha. *Serviço Social, práticas judiciárias, poder*. São Paulo: Veras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo sócioeconômico*. São Paulo: Veras Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. *Mães (e pais) em situação de abandono – quando a pobreza é fator condicionante do rompimento dos vínculos do pátrio poder*. Tese (Doutorado em Serviço Social) PUC-SP, 2001.

FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR – FEBEM-SP: Disponível em: <[www.febem.sp.gov.br/index/linhatempo5.htm](http://www.febem.sp.gov.br/index/linhatempo5.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2006.

GÓES, José Roberto de, FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

GOFFMAN, Erwing. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva S.A, 1974. Tradução Dante Moreira Leite.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. *Dilema e avanços da política de abrigamento no Brasil*. Paper apresentado na “International Conference – Children and Youth in Emerging and Transforming Societies”. Universidade de Oslo, Noruega, Jun. 29 /Jul. 03, 2005.

Guerreiro Menino. Fagner. *Cartaz – Sucessos de Fagner*. Faixa 5, n. 850.039 CBS Sony Music. s/d. 1 CD-ROM.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. O que os abrigos dizem sobre si mesmos. *Boletim Trimestral nº 01 - Programa Abrigar*. São Paulo: Instituto Camargo Correa, Outubro, 2005.

HELLER, Agnes. *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1982.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991. Tradução Alcides João de Barros.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARICONDI, Maria Ângela (Coord.). *Falando de abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência*. São Paulo: FEBEM, 1997.

MARIN, Isabel da Silva Marin. *Febem, família e identidade: o lugar do outro*. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

MELLO, Simone Guerese, SILVA, Enid Rocha Andrade. Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004A.

---

\_\_\_\_\_ . Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004B.

MERISSE, Antonio. *Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 6(3) jul/set/1990.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. *Crianças e adolescentes (des) acolhidos: a perda da filiação no processo de institucionalização*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). PUC-SP, 2001.

REIS, Vânia Teresa Moura. *Jovens pais e jovens mães: experiências em camadas populares*. Tese (Doutorado em Serviço Social) PUC-SP, 2004.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SAMPAIO, Plínio Arruda. O ABCD da desigualdade social. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 04 fev.2005, Caderno A, p.3.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo – PLASp 2002-2003*. São Paulo: SAS, 2003.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo*. São Paulo: SAS, 2004.

SARAMAGO, José. De la justice à la démocratie. Disponível em: <[http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/tbib\\_Jose\\_Saramago.php](http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/tbib_Jose_Saramago.php)>. Acesso em: 17 mar. 2006.

SILVA, Roberto da. *Do abrigo à família*. Rio de Janeiro: Terra dos Homens, 2002.

SILVA, Enid Rocha Andrade. Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada”. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004A.

\_\_\_\_\_. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004B.

SOUZA, M. P. *A publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denúncia*. Tese (Doutorado em Serviço Social) PUC-SP, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

SUPLICY, Marta (Org.). *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2000.

VITALE, Maria Amália Faller Vitale. *Adoção: Qual é a lei que Queremos*. São Paulo: PUC-SP, 2004.

ZARUR, Dahas. *Educandário Romão de Mattos Duarte*. Rio de Janeiro, 1992.

WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Tradução Marcelo Brandão Cipolla.

## ANEXOS

### ANEXO 01

#### HISTÓRIA DE VIDA

Esta é a história de João Francisco de Oliveira, natural de São Paulo, do bairro de São Miguel Paulista. Nascido no mês de novembro, filho primogênito de Claudete, mãe de mais outros quatro filhos: Caio, Jéssica, Alessandra e Flávia. Sua mãe, seu padrasto, seus irmãos e ele moravam em uma casa simples, nos fundos de uma olaria. Viviam bem, até sua mãe começar a beber.

A mãe e o padrasto de João bebiam muito. Conforme o relato de João, quando sua mãe bebia, jogava a comida fora, o arroz, o feijão e rasgava os documentos do marido e dos filhos. Colocava a faca na garganta de João, batia nele com borracha, quase cegou seu olho uma vez. João conta que ela só não batia nos filhos mais novos, porém nele e em Caio. Batia muito. Todo dia a mãe pegava a cabeça de João e atirava contra a parede. Presenciando esses acontecimentos, Alessandra e Flávia começaram a fazer xixi na cama. Sua mãe, para castigá-las, colocava-as totalmente sem roupa num tanque gelado, com todo mundo olhando. Fazia isto logo cedo, com o maior frio. Jogava as meninas dentro do tanque e ainda dava uma surra nelas.

Entretanto, João conta que era “danado”. Ele só queria ficar na rua. Não queria saber de ficar em casa. Como ele era o mais velho, ele tinha de cuidar dos seus irmãos, dar comida, arrumar a casa, enquanto a mãe trabalhava. Mas, ele não gostava de fazer isso, gostava de ficar na rua. Toda vez que sua mãe chegava bêbada e ele estava na rua, ela lhe batia. João relata: “Ela me batia porque eu era muito danado”.

O padrasto de João, o senhor Valdir, não trabalhava. Ele era um ótimo pedreiro, mas devido ao alcoolismo, foi demitido, não conseguindo outro emprego. Ficava o dia inteiro no bar. Algumas noites dormia em casa, outras, na rua. Ele não tinha familiares em São Paulo. Estavam todos na Paraíba.

A mãe de João, dona Claudete, era empregada doméstica. Aos quatro anos, foi para um orfanato de meninas. Seus três irmãos foram para um orfanato de meninos e nunca mais se encontraram. Aos seis anos, quase foi adotada, porém a família desistiu. Ficou no orfanato até os dezoito anos. Aprendeu apenas um ofício: prendas do lar. Conseguiu apenas terminar o primário.

Devido a denúncias dos vizinhos, João e seus irmãos foram abrigados. João foi abrigado aos doze anos, como ele ainda se lembra, pois era dia do seu aniversário.

Logo que João e seus irmãos chegaram ao abrigo “Aquarela”, Caio, Jéssica, Alessandra e Flávia foram transferidos para outro abrigo, pois este abrigo era somente para adolescentes.

O padrasto de João comparecia freqüentemente ao setor técnico da Vara da Infância e Juventude para saber notícias dos filhos. Entretanto, como comparecia sempre alcoolizado não era autorizado a visitá-los.

A mãe de João também comparecia à Vara da Infância e Juventude, entretanto, demonstrava interesse somente pelas filhas mais novas: Alessandra e Flávia.

Mediante essa situação, João contava, no abrigo, apenas com seus amigos, já que não tinha contado com seus familiares. Durante os sete anos que João permaneceu no abrigo “Aquarela”, seus irmãos não foram procurados pelos técnicos do abrigo. Eles alegavam que a distância entre os abrigos tornava praticamente impossível o trabalho de aproximação entre irmãos. No período em que João e seus irmãos permaneceram abrigados não foram proporcionados encontros que permitissem a eles estreitarem os laços de afetividade.

Conforme o relato do João, ele sentia muita falta de sua família. Ele conta: “Sentia, todo mundo sentia!” Eu sentia muita falta da minha família porque, como você sabe, não há nada melhor do que você estar junto dos seus irmãos, do seu pai, da sua mãe, com a família toda reunida. No abrigo, você convive com pessoas que você nunca viu na sua vida. Pessoas que você não conhece. Então você sente falta daquele círculo familiar. De estar reunido com a família.

Entretanto, ao completar dezesseis anos, João soube, por intermédio de uma voluntária do abrigo, que seus irmãos tinham sido desabrigados e estavam morando com sua mãe, que estava com um novo companheiro e tinha parado de beber. João ouviu aquela história com lágrimas nos olhos e respondeu para a voluntária que lhe perguntou se tinha ficado chateado: “Não, eu não fiquei chateado, não!” Ah, fiquei só um pouquinho! Porque será que a minha mãe não veio me buscar? Será que ela não gosta de mim? Será que ela ficou chateada porque eu ficava o dia inteiro na rua e não ajudava em casa? Ou será que ela não gostava do meu pai, que era o mesmo dos meus outros irmãos e que batia nela? A voluntária não tinha como dar respostas a João.

No abrigo, João dividia um quarto com outros quatro amigos. Dividia seu guarda-roupa com um outro amigo, que era muito bagunceiro. João gostava das suas coisas muito bem arrumadas, que por serem poucas, ocupavam apenas uma prateleira do armário. Das suas coisas, o que João mais gostava era uma calça que estava rasgada mas que foi dada por sua mãe. Ele nunca se esquecera do dia em que ela lhe entregara aquele presente. Foi o único presente dado a ele por ela, quando ainda não bebia.

João gostava da rotina do abrigo. Nos dias da semana, acordava às seis horas para ir para a escola. Gostava de ser o primeiro a acordar para usar o banheiro ainda limpo e para tomar café ainda quentinho. João não gostava muito de estudar, aos doze anos, ainda estava na quarta série. Fazia reforço escolar e percebia sua melhora, já que conseguia ler um gibi inteirinho.

Todos no abrigo tinham tarefas a cumprir e João adorava ficar na cozinha. Todo mundo no abrigo adorava a cozinha. João conta que era o melhor lugar da casa. Ele lavava a louça melhor do que uma menina. Entretanto, como era um dos meninos mais prestativos, acabava por fazer várias tarefas, ajudava a lavar a perua, o quintal, estender roupas etc.

Porém havia dias que não eram fáceis. Havia muita briga no abrigo e suas coisas, às vezes, sumiam. Nunca era ninguém. Havia momentos em que estava triste, com saudades de sua mãe, precisava de um colo, conversar com alguém, mas, na correria do abrigo, os educadores não tinham tempo de conversar com ele. Nestes dias, não queria ir para a escola, porém não havia jeito, tinha de ir.

Aos quinze anos, começou a fazer um curso profissionalizante. Queria muito ser mecânico de caminhão. No primeiro dia do curso, ficou tão assustado que não conseguiu entrar na escola. Quando voltou para o abrigo, não teve coragem de contar o fato para ninguém. Chorou, a noite toda. No dia seguinte, conseguiu entrar na sala de aula. Começou a ter dificuldade para entender as matérias do curso. Mas, o pessoal do curso entendia a sua situação e o ajudava. Saiu do curso como o aluno mais dedicado.

Aos dezesseis anos, conseguiu um estágio em uma empresa. Estagiou por um ano e aos dezoito, foi desligado. O estágio era para adolescentes até os dezoito anos.

Como estava com dezoito anos, João tinha de sair do abrigo, mas como não tinha um emprego fixo, ficou até os dezenove. Então conseguiu um emprego em uma padaria e com o seu salário conseguiu alugar um quartinho em uma pensão. Continuou a estudar, pois o seu sonho era ser mecânico de caminhão. Conseguiu, por intermédio de seu patrão, realizar mais um curso no Senai. Como foi o aluno mais destacado do curso, conseguiu um emprego em uma grande montadora de caminhões. Hoje, João é chefe do seu setor. Está casado e tem três filhos. João conseguiu, enfim, o que tanto queria: viver em família.

**ANEXO 02****RESOLUÇÃO Nº 40/CMDCA/1998**

Publicada em 18.06.1999 – *Diário Oficial do Município* - p. 27 e 28

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Ficam aprovados, nos termos do Anexo Único, integrante desta Resolução, os Indicadores de Monitoramento e Fiscalização de Casa de Passagem/Abrigo e Entidades Governamentais e Não Governamentais que prestam Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Anexo Único que se refere o artigo 1º da Resolução 40/CMDCA/98 de 1/06/1998

**INDICADORES DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CASA DE PASSAGEM/ ABRIGO E ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS QUE PRESTAM ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;**

**CONSIDERANDO:**

1 Que a criança e o adolescente são pessoas em fase de desenvolvimento, bem como sujeitos de direito, e que devem ser constituídas em prioridade na formulação das políticas sociais e na destinação de recursos:

2 Que as entidades alvo devem ter criança e o adolescente como razão de sua existência e de seus objetivos estatutário;

3 Que a política Municipal de atendimento aos meninos e meninas na rua foi regulamentada pelo Dec.36.804 de 11/04/1997;

4 Que entidades particulares e conveniadas por poder público preta serviços relativos à capacitação da criança, do adolescente e de suas famílias, no que diz respeito ao efetivo exercício dos direitos da cidadania.

**OBJETIVO:**

Construir uma metodologia de avaliação que se constitua instrumento útil para monitoramento de Casa de Passagem, Abrigo e das Entidades Governamentais e Não Governamentais que tenham como propósito específico o atendimento de

criança e de adolescente conforme os regimes estipulados nos incisos I,II,III,IV,V,VI e VII do Artigo 90 no parágrafo único do Artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## AÇÕES/PROCEDIMENTOS

### A - QUALIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

	Regularizado	Em Regularização Irregular
Alvará de Funcionamento		
Alvará do Corpo de Bombeiros		
Secretaria de Vigilância Sanitária		
Relação espaço Interno/Usuário		
Área de Lazer/Recreação		
Limpeza		
Habitabilidade		
Segurança		

Alvará de Funcionamento - Verificação da regularidade em face do que dispõe o Código de Edificação do Município. A posse do Alvará atesta a sua regularidade, mas não a dispensa de cuidados com a manutenção e reparos, sendo que tais observações devem ser registradas no Relatório de Vistoria para posteriores providencias.

Alvará do Corpo de Bombeiros – Verificação da regularidade da entidade em face do que estabelece o Código de Edificações do Município. A posse do Alvará atesta sua regularidade, mas não da execução de manutenção preventiva, tal como a recarga dos extintores, desobstrução das saídas de emergências, armazenamento de inflamáveis; etc.

Vistoria da Secretaria de Vigilância Sanitária – Verificação da regularidade da obra, em face da Legislação Municipal que trata a matéria.  
Não havendo, no Município, órgão equivalente, atentar-se aos requisitos estabelecidos na legislação sanitária.

Relação Espaço Interno/Usuário – Verificação da regularidade da entidade em face do Código de Edificações do Município, à legislação hospitalar, quando cabíveis. Na falta de uma legislação para entidades de atendimento à criança e ao adolescente, aplica-se a legislação correlata existente, como a legislação escolar e a legislação sobre construções hospitalar.

Áreas de Lazer e Recreação - Segundo as conclusões alcançadas no entendimento das teorias pedagógicas, considera-se lazer a existência de espaços, equipamentos e meios que possibilitam o desenvolvimento de atividades monitoradas, constantes de um plano pedagógico.

Limpeza – Verificação das condições de limpeza das partes internas e externas da entidade, além de outros aspectos visualmente identificáveis. Devem ser verificados aspectos higiênicos que tenham implicações diretas na saúde, tais como a salubridade de água, lavagem de roupas e fatores geradores de micoses e de perturbações respiratórias.

Habilidade – Verificações das condições gerais de habilidade, segurança e salubridade, do imóvel onde funciona a entidade, observado-se para tal a disposição dos espaços internos, ( dormitórios, refeitórios, banheiros, salas, locais de recepção e de visitas, etc...) sempre considerando-se a especificidade das necessidades dos usuários, tais como: idade, sexo e tempo de permanência na entidade.

Segurança – Verificação das condições de segurança, quer quanto aos recursos humanos, quer quanto ao espaço físico apropriado para a prestação desse serviço da forma que ocorra ininterruptamente.

## B - REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

	Regularizado	Em Regularização	Irregular
CGC e Inscrições			
Inscrição CMDCA			
Estatuto			
Regimento Interno			
Titulo de Utilidade Publica			

CGC e Inscrições – Mais do que simples verificação dos aspectos formais quanto à existência ou não deste quesito é importante a identificação das possibilidades de acesso aos recursos, benefícios e programas, através do levantamento das providências adotadas, tais como recebimento de verbas e doações. Movimentação das contas bancaria, etc.

Inscrição do CMDCA – Verificação da existência da Inscrição e sua atualização nos termos do Artigo 90 e parágrafo único do Artigo 91, da compatibilidade dos programas em relação aos objetivos, bem como das alterações, modificações e ampliações de seus programas junto ao CMDCA, devendo ser consideradas as Resoluções 1, de 27/09/1994, 4 de 6/01/1995, 35 de 9/10/1997 do CMDCA.

Estatuto - A análise do Estatuto e de suas posteriores alterações devem ser no sentido de verificar a coerência dos propósitos da entidade para com o ECA e a política de atendimento a criança e ao adolescente, bem como as disposições que normalizam a participação dos associado, inclusive nos cargos de direção, a não distribuição de dividendos e a forma de utilização dos bens patrimoniais.

Regimento Interno - Avaliação de adequação do Regimento Interno da entidade às disposições do ECA, do regime disciplinar imposto aos usuários, no que se refere à disposição dos seus direitos e dos seus deveres, à acessibilidade a documentos, às informações, etc...

Programa de Nutrição – Avaliação da adequação alimentação oferecida a faixa etária e a fase de desenvolvimento em que o usuário se encontra, especialmente no

que se diz respeito ao aleitamento e a suplementação vitamínica. Devem ser observadas as obediências ao cardápio.

### C- AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

	Excelente	Ótimo	Bom	Regular	Péssimo
Serv.Médicos					
Serv.Odontológicos					
Serv.Psicológicos					
Serv. Sociais					
Serv. Educacionais					
Serv. Profissionalizantes					
Serv. de Atendimento Direito					

Obs: Casa de Passagem - observação do direito assegurado o atendimento médico e o acompanhamento psiquiátrico conforme Dec. 36.804, de 11/04/97.

Serviços Médicos – O quesito a ser verificado a qualidade e a regularidade dos serviços prestados aos usuários e não à atuação profissional do médico, paramédico, enfermeiras. Identificada a modalidade de atendimento (de Posto de Saúde, por convenio ou outra forma), impo constatar a cobertura oferecida, a regularidade do atendimento e o oferecimento de remédios, etc.

Serviços Odontológicos – Independente existência ou não de gabinete odontológico ou de dentistas quadros da entidade, avaliam-se a qualidade e a regularidade dos serviços prestados, bem como o fornecimento de prótese e de insumo necessário aos cuidados dentários.

Serviços Psicológicos – Independentemente da existência ou não de psicólogos nos quadros da entidade deve ser avaliadas a qualidade e regularidade dos serviços prestados, inclusive à família.

Serviços Sociais – Independentemente da existência ou não do Assistente Social nos quadros de entidade deve ser avaliadas a qualidade e regularidade dos serviços prestados, inclusive aos familiares, bem como a intervenção com a comunidade.

Serviços Educacionais – Segundo a faixa etária dos usuários, avaliam-se a oferta e a disponibilidade dos serviços educacionais correspondentes, independente de ser oferecidos dentro ou fora da entidade. Inclui-se nesse quesito as atividades extra classe, como aulas de reforço, palestra e visitas monitoradas, bem como a disponibilidade de livros, de material de estudo e de local apropriado para a realização, etc.

Serviços Profissionalizantes – Por serviços profissionalizantes não se entendem as atividades de apoio de manutenção que são necessárias e importantes para entidades, exceto se devidamente caracterizadas com atividades de aprendizagem, sob supervisão profissional e os competentes registros. Avaliam-se o oferecimento de oportunidades de iniciação ao trabalho, dentro ou fora da entidade, as parcerias realizadas para esse propósito. Horário e a adequação da atividade à faixa etária e

características regionais, administração de remuneração resultante do trabalho prestado ou do estágio feito regularidade da escrituração trabalhista.

Serviço de Atendimento Direito – Este serviço destina-se a avaliar o atendimento direto e contínuo feito por técnicos, educandos e voluntários e tem diversos aspectos a serem considerados, tais como: a aplicação do Regime Interno, a disciplina, os prêmios, o atendimento às necessidades individuais, a intensidade das relações atendentes como os usuários, etc.

#### D – ALIMENTAÇÃO

	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
Programa de Nutrição					
Fornecimento de Gêneros Alimentícios					
Preparação dos Alimentos					

Programa de Nutrição – Avaliação da adequação da alimentação oferecida à faixa etária e à fase de desenvolvimento em que o usuário se encontra, especialmente no que diz respeito ao aleitamento e à suplementação vitamínica. Devem ser observadas a obediência ao cardápio semanal, a forma de preparo dos alimentos, a qualidade do que é oferecido, a disposição das sobras e as condições em que são servidas as refeições.

Fornecimento de gêneros alimentícios – Avaliação do nível de comprometimento do orçamento com a alimentação, da centralização das compras do armazenamento dos gêneros, da observância dos prazos de validade e da qualidade dos produtos estocados, etc.

Preparação dos Alimentos – Verificação da forma de preparo dos alimentos, das condições em que são servidos, bem como a regularidade da oferta e da qualidade dos produtos.

#### E - FINANCIAMENTO E MANUTENÇÃO FINANCEIRA

	PERMANENTE	EVENTUAL	PROJ.	PRESTAÇÃO CONTAS REGULAR/IRREGULAR
FEDERAL				
ESTADUAL				
MUNICIPAL				
INTERNACIONAL				
PRÓPRIOS				
ONGS				

Obs: Recursos oriundos de empresas estatais qualquer que seja a esfera governamental serão computados segundo o nível de administração.

Federal - Em todos os itens identificar o órgão fornecedor e avaliar a regularidade com que a verba é fornecida, o valor e a eventual vinculação orçamentária, o percentual que ela representa no orçamento anual da entidade. Na prestação de contas, em todos os itens, considera-se regular a apresentação anual e irregular a sua inexistência.

Estadual – Empresas públicas da administração direta ou indireta e Fundações, devem ser computadas segundo a sua vinculação administrativa.

Municipal – Devem ser considerados com recursos municipais os oriundos de provisão orçamentária do Município, oriundo de fundos e de empresas públicas Municipais.

Internacionais - Independentemente da origem da mantenedora da entidade, consideram-se recursos de origem estrangeira toda e qualquer entrada de verbas que tenham sido arrecadadas no exterior, o que excluem, por exemplo, as doações e financiamento do UNICEF e incluem as ONGS internacionais.

Próprios - Devem ser considerados recursos próprios os resultados de atividades de industrialização, de prestação de serviço de aluguel, além das contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, arrecadadas por esforços próprios da entidade.

ONGS – Devem ser consideradas apenas as organizações nacionais, independentemente da arrecadação do fundo ter sido no exterior no território nacional.

#### F – PLANO DE TRABALHO

	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
Forma de Elaboração					
Estabelecimento de Objetos					
Capacitação					
Organização do Trabalho de Atendimento Direto					
Metodologia					
Avaliação					

Formação de Elaboração – Avaliação da participação de assessorias e de consultorias especializadas e da participação dos técnicos, dos profissionais, do pessoal de atendimento direto, dos educadores e dos próprios usuários da entidade, que evidencie o nível de atendimento de comprometimento dos executores com as linhas gerais do Plano de Trabalho.

Estabelecimento de Objetos - Avaliação da adequação dos programas às disposições do Estatuto da Entidade, do ECA, e da Loas, da promoção e defesa dos direitos, da adequação dos recursos físicos, materiais, financeiros e humanos aos objetivos propostos e de suas possibilidades de efetiva implementação. As metas sócio-psico-pedagógicas e culturais, se existirem, devem estar suficientemente explicadas.

Capacitação Continua – Avaliação do trabalho de formação continua em relação ao quadro permanente de funcionários da entidade, da regularidade e da aplicabilidade dos cursos oferecidos, bem como da forma de participação dos funcionários.

Organização do Trabalho de Atendimento Direto – Avaliação da proporcionalidade educadores/ educandos, do regime de trabalho e da rotatividade no quadro de funcionários. Para o programa Casa de Passagem ver anexo 4, do Programa Municipal de Atendimento de Meninos e Meninas de Rua, da Cidade de São Paulo, previsto no DEC.36.804, De 11/04/1997, Publicado no Suplemento do D°.M. de 24/01/1998.

Metodologia – Avaliação desse quesito em função dos objetivos traçados, visando a coerência entre objetivos e metodologia e o nível dos executores em relação as metodologias aplicadas.

Avaliação – A sistemática de avaliação deve indicar quem, como e quando se avaliam os resultados do Plano de Trabalho, a periodicidade de sua aplicação e as soluções propostas.

#### G - INDIVIDUALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
Registro e Ocorrências Pessoais					
Documentação Pessoal					
Vestuário					

Registro e Ocorrência Pessoal – Por registro e ocorrências pessoais entende-se a forma de arquivamento e de guarda de todos os dados ocorrênciais referente à criança, aos adolescentes e à sua família, incluindo relatório social, medico, psiquiátrico, psicopedagógico, disciplinar, de transferência, de visitas e de correspondência recebidas, reportagens fotográficas, etc. Considerando-se a inexistência de autonomia para o usuário manter ele próprio, registros pessoais de sua historia de vida.

Documentação Pessoal – Verificação da existência de documentos de caráter pessoal, tais como Certidão de Nascimento, Célula de Identidade, Certificado de Alistamento Militar, Carteira de Trabalho e documento de Controle Bancário sobre poupança, conta corrente e extrato do PIS e FGTS.

Objetos de Uso Pessoal – Verificação da possibilidade de manutenção da individualidade do educando, que tem como parte importante à posse e a individualização de objetos de uso pessoal, tais como: material de higiene, presentes, objetos de valor efetivo e emocional.

Vestuário – Verificação da existência da garantias para a posse, guarda e utilização de roupas e de calçados de usp pessoal, bem como do estado de conservação e das possibilidades de sua reposição.

## H – PROCEDIMENTO DE DESLIGAMENTO

	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
Superação das Condições que Originam o Abrigamento					
Inserção na Comunidade					
Relações Familiares					
Colocação em Família substituta					
Tempo Médio de Permanência na Entidade					

Obs: Entre a entrada do educando e a saída dele na entidade, deve ser avaliado o resultado da ação da entidade sobre a pessoa em fase de desenvolvimento.

Esta avaliação deve ser observada através da comparação entre a escolaridade inicial e final, a profissionalização inicial e final, da regularidade da documentação pessoal da apropriação dos antecedentes familiares e do histórico de abrigamento, dos estágios realizados e da aquisição de hábitos de higiene, de saúde e de sociabilidade, pois são pré-requisitos indispensáveis para a vida em sociedade. Quanto maior o período de permanência na entidade, mais se tornam necessárias as medidas de proteção previstas no artigo 101. ECA, Lei 8069 de 13/7/1990 – que visam assegurar todos os encaminhamentos necessários para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Superação das condições que originou o abrigamento – Se o motivo do abrigo foi o abandono, a doença ou a prisão dos responsáveis, o pré-requisito desejável é que o educando tenha adquirido a capacitação e a autonomia necessária para promover seu próprio sustento ou contribuir para a elevação da qualidade de vida da família com seu próprio trabalho.

Inserção na comunidade – Devem ser considerados os trabalhos sistemáticos a quebrar o isolamento das unidades de apoio à internação que visem à diminuição do preconceito, da estigmatização social, do subemprego e da exploração do desabrigado em virtude de sua condição de vulnerabilidade.

Relações familiares – Avaliação dos esforços da entidade no sentido de facilitar a reintegração familiar extensiva da criança ou do adolescente sob seus cuidados. Isto inclui a periodicidade da comunicação e da visitação da família ao educando, as possibilidades de comunicação disponíveis e as iniciativas da própria entidade neste sentido, durante o período de permanência.

Colocação em família substituta - Avaliação dos esforços desenvolvidos pela comunidade, por voluntários ou pelo Poder judiciário, centralizados na entidade, em favor da colocação da criança e adolescente em família substitutas, por meio do apadrinhamento, guarda, tutela, adoção ou outras modalidades, particularmente de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, idades tardias e etnia que dificultem o encaminhamento da família substituta.

Verificação da existência de cadastros para tais finalidades, com priorização de casais brasileiros, de serviços para as mesmas finalidades e de grupos candidatos ou famílias guardiãs tutoras ou adotantes.

Tempo médio de permanência na entidade - O abrigamento, como medida extrema, deve ser avaliado na proporção do tempo médio de permanência da criança ou do adolescente na entidade. A inclusão da família em programas oficiais de auxílio, orientação psicossocial e complementação de renda garantirão um menor tempo da criança e do adolescente no abrigo e favorecerá o retorno mais rápido à família, o que demonstrará a eficiência da Entidade em cumprir os objetivos estabelecidos pelo ECA. Quanto maior o tempo de permanência, maior deve ser o esforço para a escolarização, a profissionalização e a socialização comunitária do educando.

**ANEXO 03****RESOLUÇÃO Nº 48 / CMDCA / 1999**

Publicada em 06.08.1999 – *Diário Oficial do Município* - p. 27 e 28

Considerando o disposto no artigo 8º, inciso XI, da Lei Municipal nº 11.123, de 22/11/91, que comete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a inscrição de programas, com especificação dos regimes de atendimento das entidades governamentais e não-governamentais, mantendo registro das inscrições e suas alterações;

Considerando o teor dos artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069, de 13/07/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo quais:

Artigo 90 – As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução dos programas de proteção e sócio-educativos destinados às crianças e aos adolescentes, em regime de:

- I. Orientação e apoio sócio-familiar;
- II. Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III. Colocação familiar;
- IV. Abrigo; liberdade assistida;
- V. Semiliberdade;
- VI. Internação.

Parágrafo Único – As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Artigo 91 – As entidades governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

Parágrafo Único – Será negado o registro à entidade que:

- a) Não ofereça instalações físicas em condição adequadas habitualidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;
- c) Esteja irregularmente constituída;
- d) Tenha em seus quadros pessoais inidôneas;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolve:

Artigo 1º - Enumerar os requisitos necessários à concessão do registro de inscrição e de suas alterações às entidades não-governamentais com fins lucrativos:

- I. Executar plano de trabalho compatível com os princípios da Lei 8.069/90;
- II. Prestar atendimento sistemático e contínuo;
- III. Estar regularmente constituída (registro em cartório);
- IV. Oferecer instalações físicas compatíveis como regime de atendimento proposto, em condições de habilidade, higiene, salubridade e segurança;
- V. Realizar atendimento de acordo com programa e regimes preceituados pelo artigo 90 do ECA;
- VI. Ter em seu quadro pessoas idôneas;
- VII. Apresentar a documentação exigida pelo CMDCA da Cidade de São Paulo;
- VIII. Constar das finalidades estatutárias da entidade o atendimento a Crianças e/ ou Adolescentes

Artigo 2º - Enumerar a documentação necessária concessão a concessão do registro mencionada no anterior;

- I. Requerimento dirigido ao Presidente do CMDCA /SP, em papel timbrado da entidade, solicitando registro para funcionamento e inscrição do programa ou atualização de dados ou, ainda segunda vai registro;
- II. Plano de trabalho por programa, compatível com cada projeto, em total consonância com a Lei 8069/90;
- III. Demonstrativo de instalação: planta física o croqui do local;
- IV. Prova de constituição legal;
  - a) Certidão atualizada do registro do estatuto da entidade o órgão competente ou o contrato;
  - b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ atualizado, bem como de cada unidade a ser inscrita;
  - c) Cadastro de contribuinte Mobiliário – CCM, emitido pela Secretária Municipal de finanças;
  - d) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS – CND, com validade atualizada;
  - e) Certificado atualizado de matrícula ou credenciamento de órgãos municipais, estaduais e federais, se for o caso;
  - f) Balanço patrimonial e financeiro dos últimos 2(dois) anos, assinado pelo contador, pelo representante da entidade e pelo tesoureiro ou Conselho fiscal;
  - g) Inscrição estadual – ICM/ ICMS, quando for o caso;
- V. Carimbo da entidade com o número do CNPJ endereço, etc;
- VI. Relação numérica das crianças e adolescentes atendidos por faixa etária e sexo;
- VII. Alvará de funcionamento e verificação da regularidade da entidade em face do Código e Edificação, expedido pelo órgão competente do Município, com carimbo e papel timbrado;

- VIII. Alvará do Corpo de Bombeiros;
- IX. Atestado da Secretaria da Saúde do Estado – Centro de Vigilância Sanitária, se for o caso;
- X. Atestado de antecedentes dos dirigentes da entidade e de suas unidades;
- XI. Comparecimento do Presidente ou de seu representante legal, munido da competente procuração, para entregar a documentação e assinar a declaração do CMDCA/SP;
- XII. Toda documentação será submetida à avaliação e apreciação da Equipe de Apoio e Assessoria Técnica do CMDCA/SP

Artigo 3º - Toda documentação deverá ser entregue em cópia reprográfica juntamente com os documentos originais para verificação.

Artigo 4º - O registro terá validade de 4(quatro) anos, devendo ser atualizado ao termino de tal prazo.

Parágrafo Único – A ocorrência de qualquer alteração, criação ou extinção de programa, deverá ser comunicada ao CMDCA/SP.

Artigo 5º - A entidade deverá desenvolver seu trabalho no Município de São Paulo.

Parágrafo Único – Os programas da entidade devem ser compatíveis com a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Artigo 6º - As exigências contidas nos artigos 1º e 2º destas Resoluções abrange a concessão de registro, inscrição de programa e obtenção da segunda via do registro.

Artigo 7º - A entidade deverá apresentar os documentos relacionados no artigo 2º desta Resolução, no CMDCA/SP, com endereço à Rua da Figueira, 77, sala 305, Parque D. Pedro, as terças e quintas-feiras, das 9 às 15 horas.

Artigo 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**ANEXO 04****RESOLUÇÃO Nº 53 / CMDCA / 1999**

Publicada em 11.11.1999 – *Diário Oficial do Município* - p. 27 e 28

Considerando o quadro dramático da pobreza, desagregação Social e desrespeito aos direitos sociais derivados da ineficácia das políticas sociais;

Considerando que crianças e adolescentes em situação de abandono, risco pessoal e social ainda vivem no chamado processo de triangulação - casa - rua - instituição, dificultando e perdendo os vínculos com a família e a comunidade;

Considerando o reordenamento institucional, trabalhar com criança e adolescente inclui necessariamente trabalhar o binômio criança/família; onde as políticas sociais devem ter como premissas a melhoria da qualidade de vida através de programas no regime de orientação e apoio sócio-familiar;

Considerando que toda criança ou adolescente, tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em famílias substitutas, assegurados à convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (artigo 19 da Lei n.º 8.069/90);

Considerando a política de atendimento prevista nos artigos 86/88 da Lei 8069/90;

Considerando a falta e implantação e funcionamento efetivo de uma rede atendimento municipalizado a infância e a juventude, através da ação integrada de serviços sociais, tais como, creche, escola, centro de juventude, posto de saúde, auxílio de promoção à família e outros;

Considerando que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos, e sociais, garantidos, na Constituição Federal, artigo 227;

Considerando que a Lei 8.069/90 revê os modelos tradicionais das grandes instituições com atendimento despersonalizado, massificante e estigmatizante, lesando o desenvolvimento de crianças e adolescentes referentes à identidade, sentimentos de pertinência, auto-estima, afetividade e sociabilidade, confinados na instituição, recebendo atendimento assistencialista, - repressor;

Considerando o teor do artigo 92 da Lei n.º 8069/90, pelo qual as entidades que desenvolvam programas de abrigo, deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único: O dirigente da entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Considerando que as entidades governamentais e não governamentais serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares (artigo 95 da Lei n.º8069/90);

Considerando que as entidades governamentais e não-governamentais só poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, nos termos dos artigos 90 e 91 da Lei n.º 8069/90 e das Resoluções 04/94 e 47, 48, 49/99 do CMDCA;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam aprovados nos termos de Anexo Único, integrante desta Resolução, os requisitos e procedimento que devem ser observados pelas entidades que desenvolvam programas de abrigo.

Artigo 2º - Será negado registro às entidades que não observarem esses requisitos, cujos fundamentos constam do parágrafo único do artigo 91 da Lei 8069/90.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Anexo Único a que se refere o artigo 1º da Resolução 53/CMDCA/99.

Os abrigos devem atender a grupos de, no máximo, 20 (vinte) crianças e adolescentes, em, suas respectivas comunidades na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos, não permitindo o desmembramento de grupos de irmãos.

Esse espaço deverá se caracterizar como apoio à criança e adolescente com atendimento de 24 horas ininterrupto, personalizado, tendo como premissas básicas à transitoriedade e excepcionalidade, oferecendo proteção em moradia dentro de clima residencial, em pequenos grupos, participação da vida da comunidade e utilização de seus recursos.

Metodologia de Trabalho: é a dialógica e participativa, envolvendo crianças, adolescentes e educadores, família, comunidade, conselho tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, CMDCA, no processo de atendimento integral aos direitos da infância e juventude.

O abrigo é programa que faz parte de uma rede de atendimento.

a) Acompanhamento

Realizar um acompanhamento singular e personalizado para todas as crianças, além do grupal.

Manter arquivos onde deverão constar dados da criança, da família, os motivos pelos quais está abrigada o acompanhamento recebido e demais dados que possibilitem sua identificação e individualização.

Estabelecer um Programa Personalizado de Atendimento que será comunicado às autoridades competentes.

Procurar o restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares. Esgotadas as possibilidades de retorno à família de origem deve-se procurar colocar a criança/adolescente em famílias substitutas sob regime de guarda, tutela ou adoção.

Informar periodicamente à criança/adolescente abrigado sobre sua instituição de acordo com seu nível de compreensão e sob orientação técnica adequada.

Estabelecer o processo, a frequência e a melhor forma de contatos entre a criança, sua família e sua comunidade.

#### b) Atendimento

Garantir atividades psico-pedagógicas, escolarização e formação técnico-profissional.

Garantir as atividades culturais, esportivas de lazer.

Garantir assistência religiosa àqueles que desejarem de acordo com suas crenças.

Garantir vestuário e alimentação suficientes e adequados.

Garantir cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos.

Garantir sempre que possível, o envolvimento e a participação das crianças nas atividades cotidianas do abrigo.

#### c) Entrada e saída

Promover uma recepção digna e afetiva aos que chegam.

Evitar a separação dos irmãos que ingressam no abrigo.

Evitar, sempre que possível, a transferência das crianças a outras entidades.

Providenciar os documentos necessários para o exercício da cidadania (certidão de nascimento, carteira de identidade ...)

Preparar gradativamente para o desligamento.

Manter programas de apoio e acompanhamento às crianças/adolescentes que ingressam no abrigo.

#### d) Disposição física

Meio Ambiente: espaço físico e localização

É adequado que o abrigo se localize em bairro residencial com facilidade de transporte e próximo aos serviços públicos de saúde, educação, lazer, etc... Pode funcionar em residência adaptada, que acompanhe os padrões sócio-econômicos da vizinhança. Qualquer destaque, identificação especial ou emblema oficial são desaconselháveis afim de preservar a natureza residencial do serviço, evitando-se discriminação em relação às crianças e jovens. Preferencialmente, mesmo os utensílios e veículos do serviço devem ter identificação discreta. O prédio, terreno e equipamentos devem ser mantidos e operados sem risco de perigo à saúde e segurança dos aducandos e em condições higiênicas e sanitárias adequadas.

Recomenda-se que os quartos abriguem um número pequeno de crianças, possuindo também armários com espaço suficiente para roupas e objetos pessoais. As áreas de banho e higiene devem ser limpas e ventiladas, com portas ou cortinas que garantam a privacidade de seu uso. Os banheiros ou os quartos devem ser equipados com espelhos, colocados em altura conveniente para que as crianças possam cuidar devidamente de sua aparência e organizar sua imagem corporal. É indispensável que se reserve o local para o estudo com mesa, cadeira e espaço onde as crianças possam trabalhar. Se utilizadas as mesas de refeição para tal finalidade, estas devem estar completamente limpas nos horários de estudo. O local deve oferecer ou organizar espaço externo para recreação ao ar livre de acordo com o número de crianças e adolescentes abrigados, sem deixar de utilizar os espaços públicos de recreação e lazer. Os brinquedos e jogos de uso comum devem ser guardados em local próprio, discutindo-se com as crianças os critérios para seu uso e recolhimento. Brinquedos pessoais ficarão no armário das crianças. É importante lembrar que "brincar" - além de constituir um direito da criança - é uma atividade indispensável para que ela se situe e se descubra para a vida. O brinquedo não pode ser elemento decorativo e seu manuseio, evidentemente, vai desgasta-lo com o tempo. Assim, em que pesem as necessárias recomendações e cuidados, os brinquedos quebram - isto deve ser esperado. É preciso lembrar que as crianças podem brincar com sucata, panos, fantasias e outros objetos sem nenhum custo financeiro adicional.

#### e) Recursos Humanos

As mudanças havidas na concepção dos projetos de ação à infância/adolescência do mundo atual exigem o estabelecimento de uma Política de Recursos Humanos direcionadas por critérios de competência profissional e de formação específica. A peculiaridade do trabalho pressupõe processos de capacitação, reciclagem, supervisão técnica, produção teórica etc. Romper o conformismo e o baixo nível de escolha e preparação das pessoas que cuidarão de crianças e jovens num abrigo supõe uma atuação efetiva dos órgãos orientadores desse tipo de atendimento, na exigência das qualificações e da capacitação dos educadores.

O trabalho exige muita afetividade. Há uma carga muito grande de stress que precisa ser trabalhada em momento específico. O desafio que significa trabalhar a relação emocional que se estabelece entre o educador e o atendido, o contato com a comunidade, com as famílias e o enfrentamento equilibrado das contradições que o cotidiano institucional apresenta.

#### f) Convivência Coletiva

Regras e normas indicam habitualmente restrições às ações individuais para garantir o bem estar coletivo. Nem sempre são bem aceitas, mas são elas que pautam a vida das pessoas, quer estejam explícitas ou não. Quando não há clareza sobre os rumos a seguir numa determinada situação, os procedimentos adotados dependem do bom senso dos educadores do abrigo. Neste caso as decisões quase sempre são confiantes e não é raro ocorrer orientações divergentes sobre um mesmo problema. Por exemplo - autorização de um educador para assistir TV até altas horas e como estas facilitam a manipulação das próprias crianças em relação às condutas; prejudicam seu desenvolvimento e tornam o ambiente confuso e desorganizado. As grandes instituições, em geral, possuíam normas e regulamentos rígidos exigindo de crianças e adolescentes em ritual cotidiano até para os simples atos de acordar, fazer refeições, brincar, higienizar-se e dormir. A uniformização e a disciplina severa não permitem espaços de expressão de necessidades, desejos e possibilidades diferentes de cada criança como ser único. As orientações para o abrigo não podem ser exageradamente rígidas impedindo sua rediscussão quando necessárias, nem tão flexíveis a ponto de serem burladas quase sempre. Portanto, é indispensável que os serviços de abrigo tenham sua manutenção adequada a esta nova realidade em que, educadores e crianças possam planejar e executar diretamente o orçamento doméstico. Sua alimentação, seu vestuário e outras despesas do dia a dia podem perfeitamente ser gerenciadas pelo próprio abrigo, evitando-se o recebimento de refeições prontas, bem como a uniformização de roupas e objetos pessoais.